

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## Índice

Sipaf é destaque na 14ª Feira da Agricultura Familiar. Site do MDA. 02/09/2012.....	5
Fórum do Centro-Oeste lança estudo de R\$ 1,8 milhão sobre infraestrutura da região – Site da CNA. 03/09/2012 .....	5
Pepe defende sistema público de assistência técnica e extensão rural. Site do MDA. 04/09/2012.....	6
Efeito da seca nos EUA vai além da atividade agrícola. Neil Shah e Conor Dougherty – Valor Econômico. 04/09/2012 .....	8
Área de soja deve bater recorde no Paraná. Marli Lima –Valor Econômico. 04/09/2012	9
Exportação de soja já atinge US\$ 21 bilhões. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 04/09/2012.....	10
A Vale, a Justiça e a luta dos camponeses pela terra – Site da CPT. 05/09/2012 .....	11
SENAR lança blog de Agricultura de Precisão – Site da CNA. 05/09/2012 .....	12
Câmara impõe mais condições à compra de terra. Tarso Veloso – Valor Econômico. 06/09/2012.....	14
Nova hidrovía reduzirá em R\$ 2 bi custo de frete de grãos. Aguirre Talento – Folha de São Paulo. 06/09/2012 .....	15
Agricultura de precisão revoluciona setor agropecuário – Site da CNA. 10/09/2012....	16
Parlamentares latifundiários e suas estreitas relações com o agronegócio. Juremir Machado da Silva – Site do MST. 10/09/2012.....	17
Exportações do agronegócio atingem US\$ 62,5 bilhões no ano – Site do MAPA. 10/09/2012.....	20
Cooperação entre Mapa e Justiça fortalece segurança na fronteira do MS – Site do MAPA. 11/09/2012 .....	20
Conab já tem pronta prospecção de mercado para Safra 2012/2013 – Site da CONAB. 11/09/2012.....	21
Serviços de Ater receberão reforço do MDA. Site do MDA. 11/09/2012 .....	21
Mapa planeja alterações na estrutura – Site do MAPA. 12/09/2012 .....	23
Incra e Sebrae realizam encontro sobre assistência técnica – Site do INCRA. 12/09/2012 .....	23
Ministra Tereza Campello assinou acordo de cooperação com empresa estatal para investir R\$ 2,6 bilhões no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) até 2015. Sandra Fontella – Site do MDS. 12/09/2012 .....	24
Valor da produção bate recorde no Brasil. Fernando Lopes – Valor Econômico. 12/9/2012.....	24
Virtudes e limites das políticas compensatórias no Brasil. Mailliw Serafim – Carta Maior. 13/09/2012.....	25
Juros mais baixos e prazos maiores do Mais Alimentos estimulam agroindústria familiar. Site do MDA. 13/09/2012 .....	26

Pronatec Campo define pedagogia dos cursos voltados para agricultores familiares. Site do MDA. 13/09/2012 .....	28
Queimadas poupam áreas de soja em MT. Mariana Caetano – Valor Econômico. 14/09/2012.....	29
Alternativa polêmica – O Globo. 16/09/2012 .....	30
Tendências e novas tecnologias na feira agropecuária dos EUA – Site da CNA. 17/09/2012.....	31
1º Fórum Nacional de Agronegócios concentra lideranças rurais e empresariais – Site do MAPA. 17/09/2012 .....	32
Daqui para onde? Luiz Fernando de Paula – Valor Econômico. 17/09/2012.....	33
Política de subsídio aos extrativistas que comercializam produtos como açaí, babaçu, pequi e mangaba, entre outros, é reavaliada. Sophia Gebrim – Site do MMA. 18/09/2012.....	37
Estudo analisa relação entre o agronegócio e os meios de comunicação – Site do MST. 18/09/2012.....	38
Chamadas públicas de Ater vão qualificar 289 cooperativas. Site do MDA. 18/09/2012 .....	40
Cenário de lucros move o lento início de plantio de soja em MT. Fernanda Pressinott e Mariana Caetano – Valor Econômico. 18/9/2012.....	40
Mato Grosso mais forte no ministério. Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/9/2012....	42
Nova lei ameaça o escoamento da maior safra de soja. Patrícia Campos Melo – Folha de São Paulo. 19/9/2012 .....	43
País é o nono em depósito de patentes de fertilizantes com uso de nanotecnologia. Carine Ferreira – Valor Econômico. 19/09/2012 .....	44
Licitação da Tapajós-Teles Pires é suspensa para mudanças no edital – Folha de São Paulo. 20/09/2012 .....	45
MDA lança Manual de acompanhamento dos contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Site do MDA. 21/09/2012.....	45
Camponeses sofrem perseguição por produção agroecológica em RO – Site do MST. 21/09/2012.....	46
Brasil - solução na agroindústria. José Milton Dallari – O Estado de São Paulo. 21/09/2012.....	48
Honduras planeja ceder novas cidades a estrangeiros. Vitor Paolozzi – Valor Econômico. 21/09/2012 .....	49
Cotação recorde dos grãos faz o preço da terra disparar. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 21/09/2012 .....	51
Novas rotas do agronegócio. Felipe Luchete – Folha de São Paulo. 23/09/2012 .....	52
Agricultor familiar pode ser beneficiado com novas tecnologias. Site do MDA. 24/09/2012.....	52
Renda cresceu e ficou menos concentrada, aponta Pnad. Alessandra Saraiva e Diogo Martins – Valor Econômico. 24/09/2012 .....	53

Rússia põe mercado de grãos em alerta. Emiko Terazono e Courtney Weaver – Valor Econômico/Financial Times. 24/09/2012.....	54
Harmonização agroindustrial. Decio Zylbersztajn – O Estado de São Paulo. 24/09/2012 .....	55
CNA apresenta primeiro vídeo da campanha Time Agro Brasil – Site da CNA. 25/09/2012.....	57
Oficina do MDA discute maneiras de trabalhar Ater para quilombolas. Site do MDA. 25/09/2012.....	58
Pobreza no Brasil caiu em uma década o que era previsto para 25 anos – Site do MDS. 25/09/2012.....	59
PIB do agronegócio cai 1,6% no 1º semestre. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 25/09/2012.....	60
Conheça o Brasil Rural Contemporâneo 2012. Site do MDA. 26/09/2012 .....	62
Ditadura matou 1.196 camponeses, mas Estado só reconhece 29 – Site da CPT. 27/09/2012.....	63
Condraf apresenta proposta de Entidade Nacional de Ater. Site do MDA. 27/09/2012 .	65
Desigualdade caiu forte nos últimos dez anos no País. Ayr Aliski – O Estado de São Paulo. 26/09/2012 .....	66
Alta de fretes de grãos em MT já chega a quase 40%.Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 27/09/2012 .....	67
Escalada dos grãos perde força em setembro. Fernando Lopes, Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 28/9/2012.....	69
Mapa e Conab instituem Comitê de Acompanhamento e Avaliação – Site do MAPA. 28/09/2012.....	71
Agroecologia X Agronegócio: a resistência contra o poder. Najar Tubino – Carta Maior. 28/09/2012.....	72

## **Sipaf é destaque na 14ª Feira da Agricultura Familiar. Site do MDA. 02/09/2012**

Para quem visitou a Expointer ficou fácil reconhecer os produtos do agricultor familiar por meio do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em destaque nos estandes da 14ª Feira da Agricultura Familiar, que ocorreu na exposição gaúcha, geleias, queijos, sucos e, até mesmo cachaça com o selo mostravam ao consumidor a origem dos produtos.

O secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller, explica que o Sipaf foi criado para fortalecer a identidade social da agricultura familiar perante os consumidores. “Mais de dois terços do que está na mesa do brasileiro vem da produção familiar, porém o setor ainda sofre com a falta de reconhecimento”, detalha o secretário.

Laudemir enfatiza que o selo dá garantia de que aquele produto é feito pela agricultura familiar, produzido de modo diferente. “Para os agricultores é uma grande oportunidade para valorizar a produção”, ressaltou.

Com o selo no rótulo, a agricultora Cirley Lorenzetti, 55 anos, levou pela quarta vez à Expointer suas geleias e frutas cristalizadas para expor na feira. No total, mais de 10 tipos de produtos foram expostos. A agricultora cultiva diversas frutas há 35 anos. Há pouco mais de seis meses obteve o Sipaf. As lojas de especiarias onde coloco meus produtos e as vendedoras adoraram a ideia”, contou.

Cirley detalha que tem apenas a ajuda do marido e de seus dois filhos para plantar, colher e fazer todos os doces. “É muito importante os agricultores familiares tenham o selo, porque é uma maneira de identificar que, realmente, é você que faz”, disse.

### Reconhecimento

Visitante da feira, Linda Burkiewicz, 37, fez questão de voltar ao estande de dona Cirley para comprar de suas iguarias. Para ela, os produtos da agricultura familiar são muito mais saborosos e merecem ser valorizados “A feira é uma forma de promover o interior. Essa mobilização do governo em prol da agricultura familiar tem motivado a população do campo a vir para a capital e oferecer os seus produtos”, afirmou.

### Como obter o Sipaf

Os agricultores que quiserem obter o selo podem procurar o MDA, com a documentação regularizada - CNPJ, em caso de empreendimento, e CPF, em caso de pessoas físicas. Os que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) devem estar com a declaração dentro do prazo de validade.

---

## **Fórum do Centro-Oeste lança estudo de R\$ 1,8 milhão sobre infraestrutura da região – Site da CNA. 03/09/2012**

O Fórum das Entidades do Setor Produtivo do Centro-Oeste viabilizou, por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e das associações de produtores de soja e algodão do Mato Grosso, a realização de estudo para elaboração de um planejamento estratégico voltado para a

infraestrutura de transporte de carga da região. Para tanto, foram investidos R\$ 1,8 milhão na contratação da consultoria Macrologística, que prevê para maio de 2013 a conclusão do estudo.

Hoje, dia 3 de setembro, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) lançam o projeto. Será a partir das 14h30, na sede da FAEG. A imprensa será atendida na sede da FAEG, às 14h30. Haverá apresentação da metodologia e dos prazos do estudo por parte da empresa de consultoria, além de espaço para debate e sugestões sobre o tema.

Trata-se do mais completo estudo já realizado com essa finalidade no Centro-Oeste. Na primeira fase, será feito diagnóstico do setor de transportes, compreendendo modais utilizados, custos, produtos transportados, destino final das mercadorias e tudo que envolve a problemática de transporte – no prazo de sete meses. Na segunda fase – com duração de três meses –, o estudo fará as proposições.

Cada Estado da região, incluindo o Distrito Federal, indicará um facilitador, que será o ponto de contato técnico da empresa consultora. Serão realizados três relatórios técnicos intermediários, que servirão de base para discussão em cada Estado. Desses relatórios e suas conclusões, será gerado o relatório final do estudo.

Em agosto de 2012, foram iniciados os contatos em Goiás, bem como o levantamento dos dados secundários. Todas as entidades públicas e privadas que tenham relação com o tema transporte e carga serão ouvidas.

O estudo está sendo coordenado pelos especialistas Olivier Gerard e supervisionado por Renato Pavan. A mesma consultoria já realizou os estudos Norte Competitivo, Sul Competitivo e Nordeste Competitivo. Desses projetos, o Sul Competitivo foi entregue dia 28 de agosto, na CNI, em Brasília, e o projeto Norte Competitivo será entregue em setembro de 2012. “O fato de a empresa estar trabalhando nesses três outros projetos lhe proporciona uma visão completa desse problema no Brasil, o que facilitará o estudo do Centro-Oeste”, comenta o presidente da FIEG, Pedro Alves de Oliveira.

Ele acredita que o Fórum do Setor Produtivo do Centro-Oeste dá um passo decisivo no enfrentamento de um dos maiores problemas da região, que é o custo do transporte de matérias-primas, produtos agroindustriais e minerais, para o Brasil e exterior. “Ao disponibilizar o estudo para o governo e seus órgãos, para as entidades privadas e investidores, estaremos contribuindo para um melhor planejamento da atividade do transporte de carga, para a desejável redução do custo do frete e abrindo oportunidades para investimentos nessa área”, conclui Pedro Alves.

---

#### **Pepe defende sistema público de assistência técnica e extensão rural. Site do MDA. 04/09/2012**

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública e de qualidade é um direito dos agricultores. “O momento é o de lutar pela universalização dos serviços de Ater”, afirmou na tarde desta quarta-feira (3) durante o lançamento do Plano Safra para Agricultura Familiar

2012/2013 para o Pará, realizado, em Belém. O plano prevê R\$ 627,8 bilhões para o fortalecimento do setor no estado. Somente para Ater são mais de R\$ 22 milhões.

A Assistência Técnica também recebeu destaque nos discursos dos representantes de agricultores familiares participantes do evento. “A Ater é uma ferramenta indispensável para garantir uma melhor organização, um melhor planejamento e uma melhor aplicação dos recursos liberados pelo ministério”, disse Carlos Augusto da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado do Pará (Fetagri).

Pepe Vargas apresentou durante o evento as principais mudanças do Plano Safra para Agricultura Familiar 2012/2013 e especificou as ações para o Pará. Além de Ater, serão destinados R\$ 550 milhões em crédito para financiar investimento e atividades de custeio nas propriedades familiares pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Já os programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA) devem comprar cerca de R\$ 10 milhões em alimentos da agricultura familiar paraense.

A possibilidade de ampliação do seguro Garantia-Safra para todo o Brasil foi outra novidade destacada pelo ministro Pepe Vargas. “Para ter o seguro é necessária a adesão do município, do governo do estado e do agricultor”, pontuou. Atualmente, o seguro só atende agricultores familiares do semiárido.

O governador em exercício Helenilson Pontes agradeceu a visita do ministro e se colocou a disposição para outras parcerias. “Sem a ajuda de vocês, governo federal, não conseguiremos construir uma sociedade mais justa para a população do Pará”, disse.

#### Agricultura familiar como modelo de desenvolvimento nacional

O ministro ainda destacou a ampliação dos investimentos do governo federal no Pronaf, que nos últimos anos aumentou 400%. “Estamos aportando recursos consideráveis para o fortalecimento do setor”, ressaltou. Em 2002/2003 o Plano Safra destinou R\$ 3,9 bilhões em crédito para o setor, atualmente, são R\$ 18 bilhões.

“Nós não podemos mensurar o apoio do governo federal à agricultura familiar apenas pelo orçamento do MDA e do Inbra. Temos outros programas nos quais os principais beneficiários, são os agricultores familiares, como o Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, o Água para Todos, do Ministério de Integração Nacional, e o Programa Nacional de Habitação Rural”, informou o ministro. “Isso demonstra a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social do país”, completou.

#### Investimento Territorial

Ainda durante a cerimônia o MDA entregou dois caminhões para transporte de produtos da agricultura familiar por meio do Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios (Proinf). O investimento nos dois veículos foi de cerca de R\$ 300 mil. A ação beneficiou cerca de 400 famílias de agricultores dos municípios de Mãe do Rio e de Ipixuna do Pará, do Território da Cidadania do Nordeste Paraense.

“Esse caminhão vai facilitar o escoamento da produção de agricultores familiares que comercializam pelo Pnae e pelo PAA. É uma grande conquista para nós”, comemorou o presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mãe do Rio, Ismael Moreira de Sousa, 27 anos.

---

### **Efeito da seca nos EUA vai além da atividade agrícola. Neil Shah e Conor Dougherty – Valor Econômico. 04/09/2012**

Fortes chuvas no rastro do furacão Isaac podem ajudar algumas das partes mais afetadas pela seca nos Estados Unidos, mas a pior estiagem do país em décadas já afetou desde os preços da alfafa até operações de barcaças e tem o potencial de enfraquecer o crescimento americano.

As implicações da seca podem ser mundiais. Uma queda na produção americana de commodities agrícolas como milho e soja podem pressionar preços globais, num momento em que várias economias emergentes estão preocupadas com a inflação.

Por outro lado, um crescimento anêmico pode levar o banco central americano a reforçar medidas de estímulo que têm o potencial de enfraquecer o dólar, aumentando assim a competitividade de exportadores americanos em detrimento de seus rivais em outros países. Produtores agrícolas de outros países também podem ter uma oportunidade de aumentar suas vendas com o potencial declínio dos fortes concorrentes americanos.

Mas, por enquanto, as consequências mais visíveis da estiagem estão concentradas nos EUA.

Ben Costello diz que a empresa de "rafting" que ele gerencia no Estado de Colorado teve este ano só 45% do volume habitual de negócios nas férias de verão - um período de dois meses que terminou oficialmente ontem - porque o clima quente e seco provocou incêndios florestais que espantaram turistas. Os rios da região estão baixos, o que dificulta fazer os percursos mais longos que são os mais lucrativos para os negócios de Costello.

"Não há muito que possamos fazer", disse ele, além de reduzir o horário de trabalho e demitir trabalhadores para tentar compensar os negócios perdidos.

A trilha do furacão só trouxe chuva para cerca de um terço da região afetada pela seca no país.

O impacto da estiagem é mais visível em áreas agrícolas. Cerca de 63% dos EUA estão experimentando uma seca, o que prejudicou principalmente lavouras de milho e soja e fizeram subir o preço de rações para aves, suínos e bovinos. Pecuaristas estão buscando opções mais baratas para ração ou antecipando o abate, e espremendo as margens de lucros das empresas alimentícias. O diretor-presidente da Tyson Foods Inc., Donnie Smith, recentemente alertou que a alta dos preços de grãos poderia pressionar os lucros no ano que vem.



Os consumidores ainda não viram muito impacto no supermercado, mas vão ver se a seca continuar. O Departamento de Agricultura dos EUA já avisou que os preços de alimentos vão subir de 3% a 4% em 2013 em relação aos níveis deste ano. Em 2012, a alta em relação ao ano anterior deve ficar entre 2,5% e 3,5%.

Preços mais altos de produtos agrícolas estão atingindo os consumidores de outras formas. O etanol, que nos EUA é feito à base de milho para ser misturado à gasolina, tem sido apontado como um dos fatores que tem elevado o preço nas bombas dos postos.

A agricultura responde por apenas cerca de 1% do produto interno bruto dos EUA, mas ela tem sido um dos setores mais fortes de uma economia enfraquecida - em parte graças a um aumento nas exportações agrícolas. O setor também se beneficiou de uma alta nos preços das terras agrícolas.

O amplo uso de seguros de lavouras e vários anos de lucros saudáveis amorteceram o impacto para a renda dos agricultores. O Departamento de Agricultura afirma que o lucro líquido dos produtores agrícolas dos EUA vai subir 3,7% este ano, para US\$ 122,2 bilhões, o nível mais alto desde 1973 - apesar da seca. Um motivo é que a disparada nos preços de milho, soja e terra está encobrendo as perdas - algo que não aconteceu na última grande seca, em 1988. Isso tem limitado os efeitos na taxa de crescimento econômico, até agora.

Mas as chuvas recentes não devem desfazer o estrago da seca, dizem economistas, e estiagens podem ser duradouras. "A seca não vai acabar", disse Tom Jackson, economista sênior da IHS Global Insight. Ele diz que chuvas fortes podem ajudar a safra de soja do ano que vem, mas ventos mais fortes do que o habitual podem derrubar espigas de milho nesta época do ano.

A situação também poderia piorar se a chuva não retornar para o próximo plantio. Michael Feroli, economista do J.P. Morgan Chase & Co., disse que crescimento neste segundo semestre poderia ser um pouco prejudicado por exportações menores de produtos agrícolas, menores estoques nas fazendas e alta dos preços de alimentos, o que tornaria os americanos menos dispostos a gastar com outras coisas.

Indústrias que fornecem para agricultores estão sentindo o impacto.

A Agriflite Services Inc., uma companhia de pulverização de plantações no Estado de Indiana, é um exemplo. Como várias lavouras não estão sobrevivendo ao clima quente e seco, a companhia tem tido pouca demanda por seus serviços, diz um dos fundadores, Dave Eby. O faturamento este ano está 30% menor em relação ao ano passado, e a Agriflite só tem cinco aviões fazendo serviços constantes, quando no ano passado tinha 15, disse Eby.

---

**Área de soja deve bater recorde no Paraná. Marli Lima –Valor Econômico.  
04/09/2012**

*Norberto Ortigara, secretário da Agricultura do Paraná: opção dos produtores pela soja, em detrimento do milho, é resultado de "cálculos matemáticos"*

Os agricultores do Paraná deverão destinar uma área recorde ao plantio de soja na safra 2012/13, cuja semeadura terá início nas próximas semanas no Estado. De acordo com o primeiro levantamento de intenção de plantio na temporada divulgado ontem pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura paranaense, serão 4,56 milhões de hectares, 4% mais que no período anterior.

A produção esperada é de 14,99 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 38% na comparação com as 10,8 milhões de toneladas colhidas no ciclo passado (2011/12), marcado por quebra em razão da seca provocada pelo fenômeno climático La Niña.

Se confirmado, o volume previsto não será recorde, já que em 2010/11 a colheita estadual de soja totalizou 15,34 milhões de toneladas. Se o clima e a tecnologia utilizada nas lavouras colaborarem, o secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, não descarta a possibilidade de que esta previsão inicial para a produção seja superada.

O levantamento do Deral apontou que, com o avanço da soja, a área de milho plantado no verão deverá recuar 13%, para 851,9 mil hectares. Mas, nesse caso, a expectativa é de crescimento de 4% na produção na mesma comparação, para 6,83 milhões de toneladas. Segundo o secretário, a opção dos produtores pela oleaginosa é resultado de "cálculos matemáticos", já que a soja tem custo de produção menor e maior liquidez.

---

### **Exportação de soja já atinge US\$ 21 bilhões. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 04/09/2012**

O preço recorde da soja no mercado externo nos últimos meses coloca a oleaginosa com folga na liderança das exportações de commodities.

De janeiro a agosto, o país já arrecadou US\$ 21,3 bilhões com as vendas obtidas com o complexo soja, que inclui grãos, farelo e óleo. As estimativas são de que o país obterá o recorde de US\$ 30 bilhões neste ano.

O avanço das receitas com as vendas de soja permitiu que esse setor elevasse para 13% a participação no total das exportações, acima dos 10% de igual período de 2011.

Já o minério de ferro, ex-líder nas exportações, perde participação devido à queda nos preços externos.

As vendas externas do setor recuaram para US\$ 20,5 bilhões no ano, 24% menos do que de janeiro a agosto de 2011. A participação do minério de ferro nas exportações recuou de 16% no ano passado para 12,7% neste.

Não é apenas a soja que tem boa evolução. A quebra de safra de produção nos Estados Unidos, devido à seca, colocou o milho brasileiro na mira do mercado externo.

O país já soma receitas de US\$ 1,7 bilhão com as exportações do cereal, 31% mais do que até agosto de 2011. As exportações de agosto somaram 2,7 milhões de toneladas, 81% mais do que no ano passado.

Já o cenário para o café em grão não é tão favorável. O preço médio de negociação recuou 27% no mês passado, em relação ao igual período de 2011. Com isso, as receitas acumuladas até agosto caíram para US\$ 3,7 bilhões, 25% menos do que em 2011.

A exportação de carnes bovina e suína se recupera em volume. O mesmo não ocorre com a de frango, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento. O melhor desempenho ficou com a carne suína, cuja exportação somou 47 mil toneladas do produto "in natura" no mês passado, 21% mais do que em 2011.

Cuidados A Aprosoja alerta que o plantio da nova variedade de soja Intacta RR2 PRO da Monsanto -ainda não aprovada pela China- pode comprometer as exportações. A entidade não recomenda o plantio por ora.

Desrespeito A comercialização da nova variedade sem uma aprovação dos chineses seria "um flagrante desrespeito" com o produtor, segundo a entidade.

Definições A Monsanto tem um programa monitorado de produtores que testam a nova variedade. Em 2011, foram selecionados 500 produtores, número que pode ser maior neste ano. A empresa diz que não haverá comercialização da semente sem a aprovação chinesa.

---

### **A Vale, a Justiça e a luta dos camponeses pela terra – Site da CPT. 05/09/2012**

É de conhecimento público o projeto da VALE de extensão da ferrovia de Parauapebas até o município de Canaã dos Carajás para escoar a produção mineral de seu maior projeto de exploração de ferro, o S11D. O ramal cruzará áreas de ocupação e de Assentamentos, entre essas áreas está a Fazenda Santo Antônio, ocupada há mais de 10 anos por trabalhadores rurais ligados à FETAGRI.

O que chama a atenção nessa área é que, quase metade dela o fazendeiro adquiriu de forma ilegal comprando lotes do assentamento Carajás II, vizinho da propriedade. Com a ocupação de todo o imóvel, o então proprietário ingressou na justiça pleiteando medida liminar, pedido negado pela então juíza da Vara Agrária de Marabá, Cláudia Favacho. A decisão da juíza foi reformada no TJPA e a liminar foi então concedida autorizando a despejo das famílias. Com a ocupação, o INCRA reassentou 42 famílias nos lotes que pertenciam ao Assentamento Carajás II, mesmo assim, no momento do despejo, a polícia despejou todas as famílias das duas partes do imóvel.

Após o despejo o imóvel foi então vendido para a VALE e a ação possessória foi extinta a pedido do fazendeiro. A empresa então assinou um acordo com o INCRA de reassentar as famílias em outra área. Com todos os prazos prometidos pela VALE extrapolados, as famílias decidiram reocupar a propriedade. Após a ocupação, o que chamou a atenção foi o comportamento da Juíza ELINE SALGADO, da comarca de Parauapebas.

Mesmo sabendo que a competência para julgar as ações possessórias que envolvem conflito agrário é da Vara Agrária de Marabá, a VALE estranhamente ingressou com a ação na comarca de Parauapebas. A Juíza ELINE SALGADO, que no período respondia temporariamente pela 4ª Vara Cível, também sabedora que a competência era da Vara

Agrária de Marabá, ignorou esse fato, desrespeitou a lei e deferiu de imediato a liminar em favor da VALE. Novamente, todas as famílias foram despejadas de seus lotes.

Sabedores da má fé da VALE e da ilegalidade praticada pela juíza, os advogados José Batista Afonso (CPT) e Nilton Cesar Batista ingressaram com uma petição alegando a incompetência do juízo de Parauapebas e requerendo que o processo fosse, imediatamente, remetido à Vara Agrária de Marabá. Cientes das ilegalidades praticadas pela juíza, as famílias retornaram mais uma vez para seus lotes.

Com a ocupação, a VALE, novamente pleiteou o revigoramento da liminar de despejo. Outra vez entra em cena a Juíza ELINE SALGADO. Ao analisar o processo deveria, obrigatoriamente, julgar o pedido de incompetência do juízo de Parauapebas, protocolado pelos advogados, mas a juíza simplesmente ignorou o pedido e determinou o revigoramento da liminar autorizando o despejo das famílias. Foi preciso que os advogados ingressassem com pedido de reconsideração a ser julgado pela juíza titular e não mais pela juíza ELINE SALGADO.

A juíza titular da 4ª vara então acatou o pedido dos advogados, declinou da competência e encaminhou o processo para a Vara Agrária de Marabá. Os advogados da CPT irão agora ingressar com uma representação contra a juíza perante a corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado. Esse caso é um exemplo de como o poder da VALE acaba influenciando muitos juízes a desrespeitar as leis, as quais, eles têm por obrigação constitucional zelar pelo seu fiel cumprimento.

---

### **SENAR lança blog de Agricultura de Precisão – Site da CNA. 05/09/2012**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR lançou nesta quarta-feira, 5 de setembro, o blog Agricultura de Precisão. Um espaço com conteúdo informativo sobre o programa desenvolvido pela entidade, artigos, programação da série de seminários que acontecem em 10 estados a partir do dia 10 de setembro, vídeos, fotos e notícias.

Interessados no tema também podem fazer sua inscrição nos seminários de AP diretamente no blog. “Esse espaço vai contribuir para a disseminação de informações sobre agricultura de precisão e ajudará o produtor rural a entender o que é e como usufruir dessa tecnologia na sua propriedade. Queremos mostrar ao produtor que agricultura de precisão é muito mais do que o simples uso de uma máquina, que o mais importante é a gestão da propriedade”, afirma o secretário executivo do SENAR, Daniel Carrara.

O gestor de projetos em Agricultura de Precisão do SENAR, Victor Ferreira, destaca que AP não está associada apenas a cadeia produtiva de grãos. “Agricultura de precisão envolve coleta de dados e interpretação de mapas e busca otimizar a produção em qualquer cadeia produtiva”, esclarece. Segundo Victor Ferreira, a cadeia produtiva de grãos é a área que mais aparece tecnologias de AP por ser a mais mecanizada, mas café, cana, citrus, silvicultura e pecuária também já estão utilizando tecnologias de AP. “No cultivo do café, por exemplo, o produtor tem como saber quanto há de clorofila nas folhas para aplicação posterior de nitrogênio em cobertura. Isso apenas com o uso de tecnologia de agricultura de precisão”, explica.

## Os Seminários

O SENAR realizará um seminário em cada um dos 10 estados selecionados entre os meses de setembro e novembro, três por semana, atendendo entre 300 e 500 produtores rurais por evento.

Os produtores rurais de Balsas, no Maranhão, serão os primeiros a receber o seminário, no dia 10. Na sequência, o SENAR promove o evento em Bom Jesus (PI) no dia 12, em Maracaju (MS) no dia 17 e em Campo Verde (MT), no dia 22 de setembro. Os municípios de Luiz Eduardo Magalhães (BA), Cascavel (PR) e Não me Toque (RS) realizam o seminário no mês de outubro. Os palestrantes, Ricardo Inamasu, pesquisador da Embrapa, e os professores José Molin da ESALQ/USP, e Telmo Amado, da Universidade Federal de Santa Maria, abordarão os temas: base conceitual de agricultura de precisão, situação atual e tendências futuras e manejo de lavouras para alto rendimento.

Além do blog de Agricultura de Precisão, as pessoas interessadas podem fazer a inscrição nas Administrações regionais do SENAR e nos sindicatos rurais das cidades sedes dos seminários.

**Curso** – O SENAR também criou o curso de Agricultura de Precisão para capacitar os produtores rurais e operadores de máquinas em tecnologias de precisão. No Rio Grande do Sul e Bahia as administrações regionais iniciaram a capacitação e a expectativa é que ainda no segundo semestre deste ano as demais regionais iniciem o curso.

Acesse agora o blog de Agricultura de Precisão do SENAR:

[www.canaldoprodutor.com.br/agricultura-precisao](http://www.canaldoprodutor.com.br/agricultura-precisao)

---

## **Estados Unidos exportam menos soja e milho e abrem mais espaço para Brasil. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 05/09/2012**

*Apesar da forte quebra de safra, os norte-americanos obterão receitas recordes nas exportações do agronegócio.*

As estimativas mais recentes do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) indicam que as exportações vão somar US\$ 144 bilhões no ano fiscal de 2012/13 (início em outubro e término em setembro).

Os norte-americanos vão ter queda no volume exportado, mas serão compensados pelos elevados preços das commodities. Essa alta é provocada pela própria queda de produção nos EUA devido à forte seca na região.

Apesar das receitas recordes, o saldo cai para US\$ 26,5 bilhões, contra US\$ 30 bilhões que devem ser obtidos neste ano (2011/12).

Esse saldo é menor porque as importações sobem para o recorde de US\$ 117 bilhões no ano fiscal de 2012/13, contra estimativas de US\$ 107 bilhões neste ano.

O Usda avalia que o Brasil também terá boa evolução nas exportações do agronegócio, devido à estimativa de safra maior e preços mais elevados no mercado externo.

A ocorrência de novos problemas na zona do euro poderão respingar, no entanto, sobre as vendas brasileiras, dos EUA e dos asiáticos.

Mas a balança comercial dos norte-americanos apresenta forte redução nas exportações de grãos, principalmente nas de soja e de milho. Em 2011, os EUA exportaram 45,2 milhões de toneladas do cereal, volume que deve recuar para 33,5 milhões em 2012/13. A queda está abrindo as portas do mercado externo ao milho brasileiro.

Mesmo cenário ocorre no setor de soja, cujas exportações deverão recuar das 40,3 milhões de toneladas em 2011 para 30,2 milhões em 2012/13, segundo o Usda.

---

### **Câmara impõe mais condições à compra de terra. Tarso Veloso – Valor Econômico. 06/09/2012**

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou ontem um segundo projeto de Lei que define a aquisição de terra por estrangeiros. O projeto anterior, aprovado em junho, é parecido com o texto consolidado hoje, mas por questões regimentais, deputados preferiram aprovar novo texto hoje. No futuro, os dois projetos devem ser unidos e transformados em um só.

No novo projeto, de autoria do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Homero Pereira (PSD-MT), a principal mudança em relação ao texto antigo é a obrigatoriedade dos compradores dos imóveis rurais em criar um projeto agroindustrial para agregar valor e gerar renda e empregos para a região.

A proibição para compra de terras por uma organização não governamental com atuação no território brasileiro que tenha sede no exterior ou organização não governamental estabelecida no Brasil, cujo orçamento anual seja proveniente, na sua maior parte, de uma mesma pessoa física estrangeira, continua valendo. Além disso, fundos soberanos constituídos por Estados estrangeiros também não poderão comprar terras.

A proibição de aquisição, porém, não se aplica às companhias de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores no Brasil ou no exterior. O texto aprovado define que todas as operações já realizadas ou em negociação serão automaticamente regularizadas. O governo e o PT queriam limitar o benefício aos negócios fechados entre 1999 e 2010, período em que o assunto estava regulamentado por dois pareceres contraditórios da Advocacia-Geral da União (AGU).

Hoje, as negociações de terras entre estrangeiros e empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro sofrem restrições. Um parecer da AGU em vigor restringe as aquisições de imóveis rurais por empresas que tenham 51% ou mais de seu capital votante nas mãos de não brasileiros. Essas aquisições são limitadas a 50 módulos fiscais para pessoas físicas (250 a 5 mil hectares) e a 100 módulos (500 a 10 mil hectares) para empresas estrangeiras, desde que aprovadas pelo Incra.

O relatório estabelece que empresas nacionais, mesmo com maioria de capital estrangeiro, serão consideradas brasileiras. Com isso, até empresas com 99,9% de capital estrangeiro poderão adquirir qualquer extensão de terra, desde que sigam as regras da legislação para empresas 100% nacionais.

Com isso, o limite de área em posse de estrangeiros no novo texto deve ser inferior a um quarto da superfície dos municípios onde se situem. Essa regra é derrubada caso o estrangeiro seja casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão total de bens.

---

### **Nova hidrovía reduzirá em R\$ 2 bi custo de frete de grãos. Aguirre Talento – Folha de São Paulo. 06/09/2012**

*Trajeto se estenderá até o porto de Santarém (PA) e ajudará a escoar produção de Mato Grosso, que hoje é levada até Santos (SP)*

O governo federal decidiu dar o primeiro passo para a construção de uma hidrovía que escoará, pelo território do Pará, a produção de grãos do norte de Mato Grosso.

A obra irá facilitar a chegada das cargas em mar aberto e, segundo estimativas de especialistas, poderá reduzir os custos com fretes em R\$ 2 bilhões anuais.

O Estado de Mato Grosso produziu 40 milhões de toneladas de grãos na safra 2011/2012, o equivalente a 25% do montante nacional.

A hidrovía Tapajós-Teles Pires é um plano da década de 1990. Na próxima semana, haverá uma licitação para definir qual empresa fará os estudos de viabilidade e o projeto da obra.

A partir desse material, o governo poderá partir para a obra física, ainda sem definição de custo e de modelo de operação. Só os estudos devem ficar em R\$ 14 milhões.

A obra vai eliminar obstáculos como rochas e trechos arenosos, tornando navegáveis pouco mais de 1.000 km, partindo do rio Teles Pires (MT) e seguindo pelo rio Tapajós até o porto de Santarém (1.443 km de Belém).

Com isso, a produção de grãos em Mato Grosso, cuja principal rota de escoamento é por rodovia e ferrovia até o porto de Santos (SP), ganhará um novo caminho.

A partir de Santarém é possível chegar ao oceano Atlântico pelo rio Amazonas e abastecer tanto o mercado internacional como os consumidores do Nordeste.

A Aprosoja (que reúne produtores de soja e milho de Mato Grosso) calcula que o custo de transporte de uma tonelada de soja cairia de R\$ 227 para R\$ 60 com a hidrovía. Em um ano, o setor economizaria R\$ 2 bilhões.

"A hidrovía será um marco para o Centro-Oeste, um modal de transporte barato e que não polui. O rio Tapajós vai estar para o Brasil como o Mississippi está para os Estados Unidos", afirma Seneri Paludo, diretor-executivo da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso).

Segundo a entidade, a hidrovia atenderá principalmente as regiões oeste e médio-norte de Mato Grosso, que concentram mais da metade da produção agrícola do Estado.

## ENTRAVES

A licitação para os estudos será feita pela Codomar (Companhia Docas do Maranhão). A hidrovia, porém, deve ficar sob gestão da Ahimor (Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental)-o que pode ser um entrave à obra.

"Precisaríamos de um aumento no orçamento, porque nossa atual estrutura não tem condições de administrar essa hidrovia", afirma Albertino de Oliveira e Silva, superintendente da Ahimor.

---

## **Agricultura de precisão revoluciona setor agropecuário – Site da CNA. 10/09/2012**

O SENAR inicia em Balsas, no Maranhão, nesta segunda-feira, 10 de setembro, a série de seminários sobre Agricultura de Precisão, que vai realizar em 10 Estados até novembro, para disseminar informações e acabar com a ideia errada de que AP só se faz com máquinas. “A Agricultura de Precisão veio para revolucionar a forma como o produtor vê a propriedade”, afirma o gestor de projetos em Agricultura de Precisão do SENAR, Victor Ferreira. Ele explica que a AP influencia diretamente na gestão da propriedade, com diminuição dos custos de produção, aumento da produtividade e redução de impactos ao meio ambiente. “A partir do momento em que o produtor faz a coleta de dados e o mapeamento de áreas específicas da propriedade, por meio dos equipamentos de precisão, ele consegue planejar onde terá que investir mais na safra seguinte”, afirma.

A AP pode ser realizada em diversas cadeias produtivas como a de grãos, onde o maquinário está mais evoluído. Apesar de ser um tema relativamente novo no campo, a agricultura de precisão já apresenta resultados em alguns setores. Segundo Victor Ferreira, hoje é possível encontrar resultados expressivos nas cadeias produtivas de soja e milho no estado do Rio Grande do Sul, assim como em Goiás e Bahia. Ele acrescenta que agricultura de precisão não está apenas na cadeia produtiva de grãos e cita o exemplo do café, em Minas Gerais e uva, em Pernambuco.

“Em Minas, os produtores rurais estão identificando quais os talhões (terreno para culturas) produzem café de melhor qualidade. A partir disso, fazem uma diferenciação desse talhão e conseguem um preço de venda melhor, pois o café que é colhido no talhão de melhor qualidade não se mistura com o de baixa qualidade. Com isso, o produtor consegue um preço melhor na hora da venda. A mesma coisa ele pode fazer na distribuição de insumos de cobertura. Ele identifica quais as plantas que respondem melhor as taxas variadas de fertilizantes e investe mais nessas plantas, onde ele consegue um retorno melhor também”, explica.

Victor Ferreira destaca que na área de fruticultura em Pernambuco há produtores de uva que já identificam as plantas com cacho maior e ali, investem mais em taxas variadas de adubação e irrigação para diferenciá-las das demais. “Com isso eles têm otimizado a produção, aumentado a produtividade e diminuído os custos. Isso é agricultura de precisão”, conclui.



## **Parlamentares latifundiários e suas estreitas relações com o agronegócio. Juremir Machado da Silva – Site do MST. 10/09/2012**

Que país surpreendente este nosso Brasil. Quando a gente pensa que uma coisa é uma coisa, essa coisa já é outra coisa. PP e DEM não são os partidos com o maior número de grandes proprietários de terra. Perderam a liderança para o PSDB e o PMDB. Continuamos originais. Somos talvez o único país do mundo com uma socialdemocracia latifundiária. O livro do jornalista Alceu Luís Castilho, “Partido da terra, como os políticos conquistam o território brasileiro” (Contexto), explica como se deu essa formidável mutação. Com base em dados fornecidos pelos candidatos à justiça eleitoral, apresenta, com nomes, hectares e valores, quando estes não são sonogados, o mapa desses novos coronéis rurais.

Nossos representantes controlam mais de dois milhões de hectares. Nada de extraordinário para 12.292 políticos. Uma porção de terra do tamanho de Sergipe. Com alguns ajustes, fica maior que Alagoas, Haiti e Bélgica. João Lyra refestela-se em 53.108 hectares. O ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, nem consegue chegar a 200 mil hectares. Contenta-se com 185 mil em 1545 fazendas. A empresa de um certo Joaquim Reis explora esquilidos 500 mil hectares. Blairo Maggi, que já foi do PPS, o ex-partido comunista, planta grãos em míseros 203 mil hectares, sendo humilhado por seu primo, Eraí, que ocupa 380 mil hectares. Essa turminha com espírito cívico detém 1,2% do território brasileiro. Só ficamos atrás do Paraguai em concentração de terras. Alguns políticos, contudo, são modestos proprietários. O conhecido Geddel Vieira Lima só tem 10 mil hectares. Iris Resende não vai além de 21 mil. O pobre do Eunício Oliveira só tem oito mil. A média de hectares por senador é modestíssima: quase mil. Como conseguem eles viver assim? Um mistério.

Alceu Castilho é um chato. Dá muitos números enfadonhos. Fica mostrando que 211 políticos possuem mais de dois mil hectares cada um. Prova que 346 possuem 77% dos dois milhões de hectares declarados. Revela que 77 são donos de mais de cinco mil hectares cada um. Assinala que 29 deles cercam 612 mil hectares. Atenção, ignorantes, não venham falar em latifúndio. Esse é um termo técnico variável por região e município. Um latifúndio por extensão precisa ter, segundo o autor, 600 módulos fiscais. Na região Norte, um módulo fiscal vai de 50 a 100 hectares. Ou seja, para ser latifúndio precisa somar de 30 a 60 mil hectares. Prova de que o latifúndio está praticamente extinto no Brasil. Castilho enfatiza: “Nenhuma terra brasileira com até três mil hectares seria, ainda, latifúndio por extensão”. Restam os latifúndios por (falta de) exploração. Que coisa! Não?

Tem 31 políticos com mais de dez mil hectares cada um. Os prefeitos adoram a vida rural. Alguns não se controlam e usam trabalho escravo. Muitos compram terras longe do seus currais eleitorais. Amam São Félix do Xingu, um município devastador e flamejante. Entre agosto de 2009 e a agosto de 2010 teve 15,9 mil hectares de floresta queimados e 30,6% dos focos de incêndios do Pará. Vez ou outra, políticos esquecem de declarar alguns milhares de hectares ou de cabeças de gado. Inflam e desinflam preços. Chega a ter hectares a 13 centavos.

## **Senadores isentos**

Eu sou uma mala. Como o Senhor Jordain, personagem de Molière que fazia prosa sem o saber, eu faço humor sem que o meu leitor saiba disso. Quando leio um livro e aprendo algo, não paro de comentar. Estou fixado em “Partido da terra, como os políticos conquistam o território brasileiro”, obra do jornalista Alceu Luís Castilhos, feita com dados prestados por candidatos à justiça eleitoral. Não perderei tempo falando das propriedades de Jader Barbalho, Renan Calheiros e José Sarney. Nem de grilagem de terras, trabalho escravo e outros métodos corriqueiros. Também não me deterei em esquecimentos. A senadora Kátia Abreu esqueceu, em 2006, de declarar três mil cabeças de gado. Coisa pouca, não?

Iris Resende, quando era ministro da Justiça, permitiu a Aracruz Celulose continuar operando em 11 mil hectares de terras indígenas. Nada me espanta. Quero é completar o texto de ontem sobre os partidos latifundiários. Passo a palavra a Alceu Castilho: “O PMDB e o PSDB são os partidos brasileiros que abrigam mais políticos com terra. Os tucanos lideram o ranking entre os prefeitos: possuem mais de 21% do total de 1,16 milhão de hectares declarados pelos políticos eleitos em 2008 para o executivo. Mas é seguido de perto pelo PMDB, com 20% das terras. Entre os parlamentares eleitos em 2010 são os do PMDB que possuem mais de 21% do total de hectares: 95 mil em relação ao total de 451 mil”. Quatro partidos mandam no campo dos prefeitos: PMDB, PSDB, PR e PP. Mas tem latifundiário do PT, do PV, do PPS e do PSB. É suprapartidário. O DEM toma o lugar do PP entre os parlamentares. Os descendentes da ARENA têm menos terras que os rebentos do MDB. Uau!

## **O PMDB ganhou ares rurais.**

Uma mera coincidência assinalada por Castilho em relação ao PMDB: “Nenhum deputado do partido votou contra as alterações no Código Florestal, na votação de 2011. Em 2012, apenas quatro (entre 74) vetaram as mudanças. Longe de mim imaginar que votaram por interesse. Há enigmas insolúveis. O PSB cedeu seu lugar para o DEM na Comissão de Agricultura da Câmara de Deputados. O mineiro Paulo Piau (PMDB), relator da versão mais ruralista do Código Florestal, recebeu R\$ 1,25 milhão, de um total de R\$ 2,3 milhão para a sua campanha eleitoral, do agronegócio. Claro que nada lhe pediram e nada ele deu em troca. Agiu conforme a sua consciência. Em 2012, dos 16 senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16 eram proprietários de terra, detentores de 55 mil hectares. Não se declararam impedidos. Parlamentares multados pelo IBAMA votaram pela anistia às multas. Não viram qualquer irregularidade ética nisso nem conflito de interesses.

Castilho destaca: “Se um deputado tem uma concessão de rádio, não deve decidir sobre questões relativas ao tema. Um banqueiro não deve votar em temas do mercado financeiro”. A bancada ruralista decide tudo sobre o seu campo. Parte interessada não pode relatar projeto do seu interesse. O ruralista Saldanha Derzi (PMDB), presidindo uma comissão dos seus interesses, proporcionou este comentário de Gastone Righi:

“O Derzi está presidindo pelo número de anos ou pelo número de bois que possui”.

## **Coincidências rurais**

Eu valorizo muito os produtores rurais. São essenciais para a nossa alimentação. Só não valorizo certos métodos parlamentares. Continuo fixado no livro de Alceu Castilho, “Partido da terra, como os políticos conquistam o território brasileiro”. Ele nos informa que, em 2010, o Grupo Friboi, sediado em Goiás, doou mais de R\$ 30 milhões para campanhas eleitorais. Financiou 48 candidaturas, com 41 eleições. O Friboi tem espírito cívico. Colocou dinheiro também na campanha de Dilma Rousseff. Por coincidência, dos seus 41 parlamentares eleitos, na primeira prova de fogo, o Código Florestal, 40 votaram pelas mudanças agradáveis aos ruralistas. Apenas o gaúcho Vieira da Cunha não seguiu o rebanho.

Paulo Piau (PMDB), relator da matéria, recebeu R\$ 1,25 milhão do Friboi. Mesmo sendo parte interessada, não se declarou impedido. Nem a leitura do Código de Ética pelo colega Chico Alencar (PSOL) o abalou: fere o decoro parlamentar “relatar matéria de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento da sua campanha eleitoral”. É um mundo particular. Tem fazendeiro político que não disponibiliza água potável para seus escravos. Falando em livros, reli “A segunda chance do Brasil, a caminho do Primeiro Mundo”, do ex-embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon, o homem que ajudou a preparar o golpe de 1964. Gordon é um conservador nato, um inimigo das esquerdas subversivas, um crítico dos “excessos” da nossa Constituição de 1988. Pois não é que ele nos surpreende.

Assim: “Durante a elaboração da Constituição de 1988, a UDR obteve proteção contra a desapropriação de todas as propriedades produtivas, eliminando assim o conceito de 1964 [do Estatuto da Terra de Castelo Branco, que foi ‘letra morta’, segundo Gordon] de ‘latifúndios em razão do tamanho’, vastas propriedades mais de seiscentas vezes à área do ‘módulo’ de fazenda familiar de cada região”. Para o Brasil dar o grande salto, escrevia Gordon, ao final dos anos 1990, só com reforma agrária: Para participar dos padrões do Primeiro Mundo, é indubitável que eles [os sem-terra] precisam de acesso fácil à propriedade da terra”. Esse Gordon deve ter ficado gagá. Chamava os fazendeiros da UDR de conservadores, diz que tem racismo no Brasil, insinua que o nosso judiciário não gosta de transparência e indica que reformas, como a agrária, nunca deslancharam por estar o Congresso dominado pelos principais interessados em evitá-la.

Nunca se pode confiar num amigo americano.

Leia-se esta declaração altamente subversiva dele: “Depois de restaurado o governo civil, os opositores da reforma agrária mostraram uma força excepcional na Assembleia Constitucional de 1988, eleita democraticamente, assim como entre os congressistas eleitos em 1990 e 1994. Desse modo, reformas que poderiam contribuir para uma melhor distribuição do capital humano e físico, levando por sua vez a uma menor desigualdade de distribuição de renda continuam a ser parte dos problemas ainda não resolvidos pela sociedade brasileira”. FHC foi obrigado a meter o pé no acelerador, mas não bastou.

Entre 1995 e 2002, segundo o livro de Alceu Castilho, “O partido da terra”, citando livro do senador João Alfredo, relator da CPMI da Terra, “as organizações de ruralistas receberam R\$ 1.052 bilhão dos cofres públicos por convênios ou contribuição compulsória”. O MST é tetinha perto disso.

Chega. Autores são muito chatos. Viram tudo do avesso.

## **Exportações do agronegócio atingem US\$ 62,5 bilhões no ano – Site do MAPA. 10/09/2012**

*Valor é 1,8% maior que o registrado entre janeiro e agosto de 2011*

As exportações do agronegócio entre os meses de janeiro e agosto deste ano cresceram 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo US\$ 62,5 bilhões – o que representa 39% do total das exportações brasileiras em 2012. No mês de agosto, as exportações do setor foram de US\$ 8,8 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 1,5 bilhão.

Em 2012, os setores que mais venderam foram: complexo soja (US\$ 21,4 bilhões), carnes (US\$ 10 bilhões), complexo sucroalcooleiro (US\$ 7,8 bilhões), produtos florestais (US\$ 6 bilhões) e café (US\$ 4,1 bilhões). Juntos esses cinco setores responderam por 79,2% da pauta exportadora. Os que tiveram maior crescimento percentual nas vendas foram fibras e produtos têxteis (62,5%), animais vivos (53,4%, exceto pescados), complexo soja (20,3%), bebidas (17%) e fumo e seus produtos (16,1%). O complexo soja permanece liderando a pauta de exportações com 34,2% de participação, superior à do mesmo período de 2011 que registrou 29%.

Entre setembro de 2011 e agosto de 2012, as exportações dos produtos agropecuários brasileiros atingiram US\$ 96 bilhões, crescimento de 8,8% em comparação às vendas nos doze meses imediatamente anteriores. A balança comercial do período registrou superávit de US\$ 79,1 bilhões (alta de 10%). As informações foram elaboradas pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A China apresentou o principal aumento das exportações nos últimos 12 meses, de 46,1%, atingindo US\$ 19,7 bilhões em aquisições de produtos nacionais. Outros países que se destacaram foram Egito (+40,9%); Venezuela (+36,2%); Tailândia (+33,3%); e Coréia do Sul (+31,8%).

O saldo comercial no mês de agosto (US\$ 7,3 bilhões) foi 12% menor que em 2011. Houve queda também no total exportado no período em relação ao ano passado (10,5%), assim como nas importações (1,9%).

Confira aqui a Balança Comercial do Agronegócio

[Acesse aqui a tabela do resultado de agosto e o acumulado do ano \(janeiro a agosto\)](#)

## **Cooperação entre Mapa e Justiça fortalece segurança na fronteira do MS – Site do MAPA. 11/09/2012**

A medida foi assinada pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, e pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra

O Termo de Cooperação firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, e o Ministério

da Justiça, através do departamento da Polícia Federal, para vigilância da fronteira no Mato Grosso do Sul (MS) foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), nesta terça-feira, dia 11 de setembro. A medida foi assinada pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, e pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ), Leandro Daiello Coimbra.

O objetivo da cooperação é o apoio financeiro e operacional, com o intuito de manter a segurança na região de Nabileque, no Mato Grosso do Sul. A ação também visa permitir o acesso das equipes responsáveis pela sanidade animal (Iagro/Mapa) em área de conflito, além dos proprietários do gado às áreas onde o rebanho se encontra. O prazo de vigência do acordo é de 90 dias, contados a partir da publicação no DOU. Os recursos disponibilizados pelo Mapa são de R\$ R\$ 238.392,00.

O diretor do Departamento de Saúde Animal (DSA), Guilherme Marques, destaca que medidas como essa são feitas de forma continuada desde o aparecimento do foco de aftosa no Paraguai, no final de 2011. Segundo ele, o Brasil tem atuado de maneira pró-ativa junto com as autoridades federais e estaduais, com vistas a salvaguardar a condição sanitária do país. “Temos de atuar para não ter crise e não exclusivamente nos momentos que o problema aparece”, salientou o diretor.

---

#### **Conab já tem pronta prospecção de mercado para Safra 2012/2013 – Site da CONAB. 11/09/2012**

Já está publicado, no site da Conab, o trabalho Estudos de Prospecção de Mercado para a safra 2012/2013, realizado pela Superintendência de Gestão da Oferta (Sugof). O estudo faz uma análise da oferta e demanda mundial, apresenta o histórico do comportamento de preços e paridades, além de traçar perspectivas para o próximo ano para produtos como algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, carnes, feijão, lácteos, mandioca, soja, sorgo e trigo.

A apresentação é do diretor de Política Agrícola e Informações (Dipai), Sílvio Porto, que vê boas possibilidades para o crescimento do mercado agrícola brasileiro frente a situações externas, como declínio da produção de outros países, os preços internacionais e a taxa de câmbio brasileira. (*Assessoria de Imprensa*)

---

#### **Serviços de Ater receberão reforço do MDA. Site do MDA. 11/09/2012**

Políticas públicas e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) foram temas do primeiro dia de debate da 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf), que segue até quarta-feira (12), em Brasília. O evento contou, nesta terça-feira (11), com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) e presidente do Condraf, Pepe Vargas, secretários do ministério, delegados federais do MDA, conselheiros, movimentos sociais e convidados.

Durante o debate, Pepe Vargas ressaltou a importância de se qualificar ainda mais os serviços do MDA, em especial os de Ater. Para isso, entre outras ações, anunciou que aumentará o número de servidores. “Estamos buscando um novo horizonte para o

ministério. Queremos, com essas contratações, qualificar e ampliar cada vez mais os serviços de assistência técnica e extensão rural”, afirmou o ministro que aposta na medida para assegurar maior agilidade aos processos. As novas contratações são fruto de diálogo do MDA com a Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O ministro disse também que, para o próximo ano, haverá um aumento de cerca de 50% no orçamento para os serviços de Ater. O diretor para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, garantiu a importância dessa verba e de se promover discussões a respeito do assunto, para uma maior integração. “A universalização desses serviços é algo que devemos buscar, ela não vem de uma hora pra outra. Se não houver debate, não teremos uma Ater de qualidade.”

#### Agência de Ater

Na reunião, foi cogitada ainda a possibilidade de se criar uma instituição que cuide dos serviços de Ater, como uma agência, secretaria ou autarquia. O ministro se mostrou favorável a essa possibilidade, demandada pela presidência da República. “É uma oportunidade de construirmos os pilares de Ater, de universalizarmos e ampliarmos esses serviços. É um desafio e estamos abertos ao debate”, adiantou. O atual secretário da Agricultura Familiar – que como anunciado em nota oficial passará a secretário-executivo do MDA, Laudemir Müller -, referendou o discurso de Pepe Vargas e destacou a importância de chamadas públicas melhor direcionadas aos agricultores. “Precisamos ganhar mais capacidade e ampliar a qualidade desses serviços. Queremos trabalhar uma maneira de reformular as chamadas públicas, para que tenhamos uma relação mais direta com os estados.”

O representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Oriel Rodrigues, também participa do grupo que discute as chamadas públicas de Ater. “Acreditamos que essas políticas devem ficar com o MDA, pois já há uma centralização dessas ações. E mesmo que haja a criação de um órgão que cuide disso, somos a favor de que ele seja subordinado ao ministério”, disse.

O secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, reforçou o discurso da Conaq. “O Condraf é o espaço para esse tipo de debate, pois a Ater é um ponto vital. Acredito que a criação de uma instituição que cuide desses serviços não é o caminho. Deveria ser criado um órgão colegiado, com a participação da sociedade civil, ou uma autarquia, que tenha a execução das políticas dentro do MDA.”

Atanagildo Matos, conhecido em sua comunidade como Gatão, é presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e defende o debate sobre a questão. “É necessário que haja um sistema que cuide disso, para que tenhamos um processo contínuo. Se houver mesmo a criação de um órgão que cuide da Ater, sou a favor de uma autarquia, dentro do MDA, e com submissão à orientação política do Condraf, que é uma estrutura maior em relação a isso”, explicou o seringueiro. Ele frisou que é possível um novo debate acerca do tema e acredita na unanimidade das opiniões. “Estamos esperançosos, pois houve um avanço muito grande desde a Conferência Nacional de Ater, no início desse ano.”

Pauta

Para o segundo dia de reunião, haverá a continuação dos debates a respeito de Ater, informes dos comitês permanentes e uma discussão sobre a questão agrária, com encaminhamento de propostas. Além disso, será apresentado pelo Condraf o resultado da pesquisa de participação social nos conselhos nacionais, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS) também será debatida e grupos de trabalho construirão as propostas metodológicas e operacionais do evento.

---

### **Mapa planeja alterações na estrutura – Site do MAPA. 12/09/2012**

Secretário de Política Agrícola, Caio Rocha, assumirá comando do Projeto de Regionalização em todo o País

Para dar execução ao Projeto de Regionalização do Mapa, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, planeja algumas alterações internas. Dentre elas, o atual secretário de Política Agrícola da pasta, Caio Rocha, ganhará novas atribuições assumindo diretamente o comando da Regionalização em todo o País.

Rocha também acumulará novos projetos na área de sustentabilidade. “O secretário Caio Rocha tem demonstrado sua competência ao ter elaborado o melhor Plano Agrícola e Pecuário já realizado e ter equacionado a prorrogação das dívidas de diversos setores. Agora, ele terá novos desafios, regionalizando as políticas do ministério”, explica Mendes Ribeiro.

As mudanças ocorrerão somente após o período eleitoral, quando o ministro anunciará o novo secretário de Política Agrícola, que poderá ser do quadro interno, além de outras mudanças que estão sendo definidas.

---

### **Incra e Sebrae realizam encontro sobre assistência técnica – Site do INCRA. 12/09/2012**

A Superintendência Regional do Incra em Goiás e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realizam, nessa quinta e sexta-feira (13 e 14), o Encontro de Agentes de Desenvolvimento Rural que participam do convênio de Assessoria Técnica, Ambiental e Social. A finalidade do encontro é o treinamento dos técnicos e uma avaliação do andamento do convênio, que se encerra em maio de 2013.

A abertura do encontro acontece na quinta-feira, às 8h30, no Centro de Treinamento da Emater (Campus 2 da UFG - em frente a Faculdade de Medicina Veterinária). O superintendente regional do Incra/GO, Jorge Tadeu Jatobá, e o diretor técnico do Sebrae, Wanderson Portugal, irão expor as expectativas das instituições frente ao convênio e alinhar informações com os agentes que trabalham em campo.

Na sexta-feira, a ideia é compor um conjunto de propostas para que o convênio tenha seus resultados potencializados, indo além do que já está sendo conquistado. O convênio atende 5.581 famílias assentadas em 145 assentamentos da reforma agrária em todo estado de Goiás.

---

**Ministra Tereza Campello assinou acordo de cooperação com empresa estatal para investir R\$ 2,6 bilhões no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) até 2015. Sandra Fontella – Site do MDS. 12/09/2012**

*Ministros Tereza Campello e Mendes Ribeiro Filho assinam acordo que libera R\$ 2,6 bi ao PAA até 2015*

Brasília, 12 – Uma das principais ações do governo federal para superação da extrema pobreza nas áreas rurais, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) ganhou importante reforço na manhã da quarta-feira (12). Termo de cooperação assinado pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, e pelo presidente da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), Rubens Rodrigues dos Santos, destina R\$ 2,6 bilhões para que a empresa estatal operacionalize o programa até 2015. Com o recurso, serão beneficiadas 130 mil famílias de pequenos agricultores anualmente – 30% a mais do que as 100 mil atendidas hoje.

Tereza Campello ressaltou a importância do PAA dentro da estratégia do Plano Brasil Sem Miséria, sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento da agricultura familiar em todo o país. “Temos como desafio ampliar para mais municípios e diversificar os produtos adquiridos dos agricultores”, afirmou a ministra. Isso será realizado a partir da assinatura do termo de cooperação. Com os recursos, a Conab poderá comprar equipamentos que dão apoio logístico, como caminhões e computadores, e ampliar a quantidade de galpões de estocagem, levando o programa a regiões de difícil acesso.

O presidente da Conab destacou que o acordo “representa um novo marco no PAA para a companhia”, fortalecendo a infraestrutura que a estatal disponibiliza para o programa. Santos disse ainda que os conselhos municipais de segurança alimentar são importantes na “destinação dos produtos da agricultura familiar para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional”.

Leilão – Antes do evento, a ministra Tereza Campello abriu o leilão eletrônico da Conab para compra de produtos que irão compor as cestas de alimentos que atenderão famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, entre eles, povos e comunidades específicas, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas. A ministra fez a compra de 16 mil quilos de farinha de fubá, que será destinada para famílias do Distrito Federal.

---

**Valor da produção bate recorde no Brasil. Fernando Lopes – Valor Econômico. 12/9/2012**

O Valor Bruto da Produção (VBP) das 20 principais lavouras do país deverá alcançar o recorde de R\$ 227,7 bilhões em 2012, segundo estimativa divulgada ontem pelo Ministério da Agricultura. Em relação à projeção de agosto, o novo número é quase 3% maior. Na comparação com 2011, o aumento é de 0,8%. Ainda que modesta, esta é a primeira alta na comparação com o ano passado, quando o VBP foi o maior da série histórica até agora (R\$ 226 bilhões, já com os valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV de agosto).



A correção na estimativa do ministério foi determinada pelas disparadas de soja e milho, grãos que no primeiro semestre pressionaram o VBP para baixo em razão da quebra da safra no Sul, em decorrência da estiagem provocada pelo La Niña. Esse fator colaborou para sustentar as cotações internacionais e domésticas de ambos nos primeiros meses deste ano, mas os saltos rumo a níveis históricos aconteceram a partir do fim do primeiro semestre, quando a produção americana deste ciclo 2012/13 começou a ser prejudicada também por uma severa seca.



Para a soja, carro-chefe do campo brasileiro, o ministério passou a prever VBP de R\$ 66,6 bilhões em 2012, 7,2% mais que o estimado em agosto e 16,4% acima de 2011. No caso do milho, a projeção foi corrigida para R\$ 33,7 bilhões, com aumentos de 6,2% e 28,4%, respectivamente. Mesmo assim, o milho deverá perder para a cana, cujo VBP que passou a ser projetado em R\$ 39,6 bilhões, praticamente o mesmo patamar da estimativa de agosto e valor 4,9% inferior ao calculado para 2011. Somados, os VBPs de soja, cana e milho deverão atingir quase R\$ 140 bilhões, ou 61,4% do total projetado. Em 2011, a fatia do trio foi de 55,3%.

---

### **Virtudes e limites das políticas compensatórias no Brasil. Mailliw Serafim – Carta Maior. 13/09/2012**

*O atual cenário das políticas públicas compensatórias e da mobilidade social no Brasil foi o tema de discussão da mesa “Programas sociais compensatórios: saída da pobreza?”, realizada na terça-feira (11) durante o Simpósio Internacional A Esquerda na América Latina, que acontece na USP. Os palestrantes destacaram as virtudes e limites de algumas medidas tomadas durante as gestões do ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Roussef.*

São Paulo - O atual cenário das políticas públicas compensatórias e da mobilidade social no Brasil foi o tema de discussão da mesa “Programas sociais compensatórios: saída da pobreza?”, realizada na terça-feira (11) durante o Simpósio Internacional A Esquerda na América Latina, que acontece na Universidade de São Paulo (USP). Os palestrantes destacaram as virtudes e limites de algumas medidas tomadas durante as gestões do ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Roussef.

Rui Braga, professor do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, destacou a importância do conjunto de políticas públicas adotadas a partir do governo Lula para a ampliação do mercado de trabalho e a inserção neste da população mais carente – entre as políticas, Braga citou o programa de expansão do crédito

consignado, o Prouni, a valorização do salário mínimo e o estímulo à formalização.

Ele salientou, porém, que a inserção no mercado de trabalho se deu em postos de baixos salários e foi acompanhada de um aumento da terceirização e da taxa de rotatividade no emprego, contribuindo, portanto, para um aumento da degradação e alienação do trabalho que, por sua vez, ocasionou o aumento da pressão social pelo emprego formal de qualidade. Rui Braga vê nesse processo o limite do modelo atual de regulação do mercado de trabalho, centrado na aliança entre a burocracia sindical e o Estado.

Eduardo Januário, doutorando pelo departamento de História da FFLCH, apresentou um panorama histórico dos programas compensatórios no Brasil sob a ótica da desigualdade racial. Segundo ele, as chamadas políticas públicas universalistas não atingem a estrutura da desigualdade racial, mas constituem privilégios desiguais – não sendo, portanto, universalistas de verdade.

Januário criticou, ainda, o modelo de investimento em educação no estado de São Paulo. De acordo com ele, há um menor aporte de recursos em áreas com maior população negra. A associação entre investimentos recebidos pela escola e a sua nota no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) apenas reforçam a estrutura desigual vigente, disse, uma vez que as escolas de menores notas se encontram na periferia, áreas com maior proporção de negros em sua composição.

A psicóloga Fúlvia Rosemberg, professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, chamou a atenção para a imensa desigualdade etária no Brasil no que diz respeito ao acesso à educação. Segundo ela, a faixa de 0 a 3 anos é a que menos tem acesso a mecanismos educacionais – devendo, por tanto, ser objeto prioritário de políticas públicas. Fúlvia criticou medidas como o “vale creche”, que dá um auxílio financeiro para a família colocar seus filhos em creches. Segundo ela, tais medidas não dão incentivos para qualificação do setor, que já é precário.

Já Maria Cristina Cacciamali, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, ressaltou o papel das políticas compensatórias na mitigação da desigualdade no Brasil. Ela as vê como passos na direção correta, mas afirma ser necessário o redesenho dos programas sociais para que, em associação ao crescimento econômico, possam atingir seus objetivos de longo prazo: quebrar o ciclo de reprodução da pobreza.

---

### **Juros mais baixos e prazos maiores do Mais Alimentos estimulam agroindústria familiar. Site do MDA. 13/09/2012**

Importante programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Mais Alimentos já liberou – desde que foi criado, em 2008 – financiamentos no valor de R\$ 9,2 bilhões, atendendo a mais de 194 mil agricultores. Graças aos recursos, eles puderam adquirir, entre outros equipamentos, mais de 48 mil tratores, 4,3 mil caminhões, 537 colheitadeiras (inclusive de café e de cana-de-açúcar) e mais de dez mil ordenhadeiras de leite.

“Trata-se de uma linha de investimento de extrema relevância para a agroindústria familiar, pois aumenta e gera novas capacidades de produção. Nós facilitamos a compra do equipamento pelo agricultor familiar e, em contrapartida, temos um acordo com a montadora”, informou o então

titular da Secretaria de Agricultura Família (SAF/MDA) – e atual secretário executivo do ministério – Laudemir Müller. Segundo ele, além de prestar assistência técnica e desenvolver produtos em escala para a agricultura familiar e equipamentos modernos, a montadora também viabiliza preços mais vantajosos, com bons descontos.

A agroindústria familiar é uma categoria que tem se beneficiado com taxas de juros mais baixas e prazos mais longos. O limite do Pronaf Investimento, por exemplo, aumentou 160%, passando de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil, com três anos de carência e 2% de juros ao ano. “A partir de agora, o agricultor familiar poderá comprar máquinas e equipamentos para o processamento, para a agroindústria, com mais tranquilidade, já que o limite também aumentou. Isso melhora a renda. Esses equipamentos poderão ser comprados, também, dentro do Mais Alimentos”, explicou Laudemir.

### **Infraestrutura**

O Programa Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade rural e, assim, cria condições para o aumento da produtividade da agricultura familiar. O Mais Alimentos é uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem.

A linha de financiamento abrange, ainda, projetos associados à apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, arroz, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, cana-de-açúcar e palmácea para produção de palmito. Dentre as máquinas que o Mais Alimentos pode financiar as mais procuradas são motocultivadores, veículos de transporte de cargas e microtratores de duas rodas de 11 CV a 18 CV.

Um acordo entre o MDA e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) garante desconto até 17,5% em relação aos preços de mercado desses produtos. Especificações técnicas que excedam as listadas nos catálogos são de responsabilidade do fabricante e não configuram outra categoria, o que implica a manutenção do preço estabelecido.

### **Microcrédito rural**

Os novos números do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) anunciados no Plano Safra 2012/2012, no dia 4 de julho, pelo MDA, também beneficiaram o microcrédito rural, ampliando a renda dos agricultores do grupo B, de menor renda. Antes, os trabalhadores rurais interessados no financiamento podiam ter renda anual até R\$ 6 mil, limite que foi estendido para R\$ 10 mil por ano. O valor dos empréstimos também evoluiu, passando de R\$ 2,5 mil para R\$ 15 mil por estabelecimento. A linha de microcrédito visa possibilitar investimentos menores, como a compra de pequenos animais e materiais para artesanato, entre outros.

Esse grupo de agricultores poderá, a partir da safra 2012/2013, acessar os financiamentos de custeio agrícola e pecuário. Com isso, aqueles de menor renda passam ainda a ter acesso ao Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). As medidas – que têm como objetivo melhorar a vida dos agricultores familiares de menor renda e que vivem em, aproximadamente, 1,6 milhão de estabelecimentos

na zona rural brasileira – foram elogiadas por Laudemir, que as considerou de grande relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar de menor renda.

“Os agricultores com renda até R\$ 10 mil vão poder ter acesso ao Pronaf B, o que dá a eles a possibilidade de tomar crédito com 25% de bônus e juros de 0,5%. Outro ponto importante é que os agricultores do grupo B passaram a poder pleitear financiamentos de custeio. Eles poderão ter o seguro agrícola, o que é de grande importância, uma vez que abrange quase dois milhões de agricultores em condições de se enquadrar no Pronaf B, principalmente agricultores do semiárido”, explicou Laudemir Müller.

---

### **Pronatec Campo define pedagogia dos cursos voltados para agricultores familiares. Site do MDA. 13/09/2012**

O grupo de trabalho do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo) se reuniu nesta quinta-feira (13), em Brasília, para definir a pedagogia e a dinâmica dos cursos que serão oferecidos pelo Programa. O primeiro curso, de Agricultor Familiar, está previsto para outubro e atenderá 40 alunos. A iniciativa é uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC) e visa expandir, democraticamente, a oferta de educação profissional ao público rural.

A turma, já formada, de 40 alunos é piloto e receberá aulas no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), em Planaltina. Os demais cursos devem começar no início do ano que vem. Serão oferecidos, neste primeiro momento, os cursos de Agente de Desenvolvimento Socioambiental, Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Agricultor Agroflorestal, Agricultor Familiar e Agricultor Orgânico. “Estamos trabalhando de forma que governo e movimentos sociais caminhem na efetivação das políticas públicas para o jovem rural”, afirma a assessora especial para a Juventude do MDA, Ana Carolina Silva.

Em julho deste ano, movimentos sociais, reitores de institutos federais e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) se reuniram durante dois dias para definir a metodologia do Pronatec Campo, em Brasília. O acordo entre os dois ministérios prevê a oferta gratuita de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador (mínimo de 160 horas), e educação profissional técnica de nível médio, por meio da Bolsa-Formação Estudante (mínimo de 800 horas). Estão previstas 30 mil vagas para jovens, agricultores familiares, agentes de assistência técnica e extensão rural, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária até 2013.

#### **Plano Safra**

O Pronatec Campo está inserido no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, nos recursos voltados para a juventude rural, como o Pronaf Jovem e as chamadas públicas voltadas para esse segmento. “A ideia é que, dentro dos anos de 2012 e 2013, a gente propicie essa capacitação no campo, articulando políticas públicas para os jovens”, explica Ana Carolina.

#### **Agentes de Ater**

Os agentes de assistência técnica e extensão rural também serão beneficiados com o Pronatec Campo. A expectativa é que sejam qualificados profissionalmente quatro mil agentes. “É muito importante essa iniciativa, queremos fazer uma reciclagem com os agentes, pois alguns deles

não fazem cursos há muito tempo”, diz Ana Carolina. Agroecologia Aplicada à Produção na Agricultura Familiar, Sistemas Agroflorestais e Gestão de Empreendimento da Agricultura Familiar são os cursos iniciais para esse público.

#### Mulheres no Programa

A presidente da Rede de Mulheres de Ceilândia (DF), Edileusa Laurentino, atende em sua associação cerca de 80 mulheres. No começo, eram somente mulheres do campo, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Mas, com a grande demanda, começou a beneficiar, também, mulheres da área urbana. “Os cursos do Pronatec vão abrir o leque para essas mulheres, que têm muita dificuldade de arrumar trabalho”, relata a presidente da associação. “Isso vai ser um avanço para elas.”

#### Pronatec

O Pronatec é uma das linhas de ação adotadas pelo Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação. O objetivo é elevar a educação e qualificar a formação de jovens e adultos por meio da expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que, juntos, oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos.

---

### **Queimadas poupam áreas de soja em MT. Mariana Caetano – Valor Econômico. 14/09/2012**

*Segundo informações do Inpe, de 1º e 13 de setembro foram registrados mais de 33,8 mil focos de incêndios no Brasil*

A massa de ar quente e seco que impede a chegada de chuvas há dezenas de dias em boa parte do país tem inflado o número de queimadas. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), somente entre os dias 1º e 13 de setembro, foram registrados mais de 33,8 mil focos de incêndios no Brasil. O número é 51% maior do que em igual período de 2011, quando foram registradas 22,3 mil notificações.

Mato Grosso lidera a lista, com 7,1 mil focos no mês, seguido por Maranhão (4,5 mil) e Tocantins (3,7 mil). A propagação do fogo põe em alerta os produtores rurais. "A região está em chamas", diz Guilherme Nolasco, pecuarista de Chapada dos Guimarães (MT) e diretor da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat). A propriedade de Nolasco é vizinha ao Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que registra incêndios há uma semana.

A situação é agravada pela estiagem, que alcança 60 dias. As temperaturas estão na casa dos 40°C e a umidade chegou abaixo de 9%. Há três anos, Nolasco perdeu 110 de seu 1,4 mil hectares de pasto para o fogo. "Se a queimada chega, temos de diminuir o rebanho pela menor disponibilidade de pastagens, o que nos causa prejuízos por ter de vender sem estar programado", conta.

De acordo com Cléber Noronha, analista do Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (Imea), não há relatos de queimadas em lavouras de soja. Ainda assim, a estiagem deve protelar o início do plantio (liberado a partir de 15 de setembro) e colocar em risco a produtividade, estimada em 51 sacas por hectare. Pode haver ainda interferência na safrinha de milho, já que

quanto mais cedo se cultiva a soja, maior é a janela de plantio de milho no início do ano. Por isso, a área recorde de 2,9 milhões de hectares esperada em 2013 pode não se concretizar.

Por outro lado, a falta de chuvas pode compensar o atraso na chegada de adubos a Mato Grosso, por conta da paralisação dos servidores do Ministério da Agricultura e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A perspectiva é que a fuligem no ar ainda demore para dar trégua no país, especialmente no Centro-Oeste. "Os mapas não indicam chuvas consideráveis nos próximos 15 dias. O retorno das precipitações deve acontecer em outubro", diz Manoel Rangel, meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)

---

### **Alternativa polêmica – O Globo. 16/09/2012**

Os segredos da soja atraem pesquisadores de diversas partes do mundo. Ora respeitada, ora renegada pela ciência, sua produção mundial aumentou 150% em 20 anos, atingindo 263,7 milhões de toneladas na safra 2010/2011, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Sabe-se que o grão tem importantes características nutritivas, pode desempenhar papel contra doenças cardiovasculares e, inclusive, ser uma boa alternativa à terapia hormonal tradicional. Por outro lado, estudos apontam que a soja traz riscos de câncer de mama e até infertilidade masculina. Perigos que, por enquanto, são contestados.

Devido a suas funções sobre os hormônios, o departamento de ginecologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) vem, desde 2002, estudando as propriedades da soja. Apesar de todas as especulações, o professor José Maria Soares Júnior garante que o grão tem efeito comprovado no controle das ondas de calor das mulheres na menopausa. O motivo é a isoflavona, substância com características parecidas com o hormônio feminino estrogênio, geralmente usado em tratamentos de reposição hormonal.

#### **Soja alivia sintomas da menopausa**

— A indicação da soja é para ondas de calor de fraca a moderada intensidade. Quando é muito forte, aí só o estrogênio para controlar. O interessante é que ela não tem alguns dos impactos negativos do hormônio feminino, como o risco de trombose — defende Soares, que lembra que a soja brasileira tem baixas concentrações de isoflavona, o que torna necessário o consumo de medicamentos manipulados ou comprimidos prontos da substância.

A constatação não é apenas da Unifesp. Em abril deste ano, um artigo publicado no periódico “Menopause” examinou 19 estudos anteriores, dos quais participaram, ao todo, 1.200 mulheres. Na maioria deles, os pesquisadores apontaram para uma redução de até 26% (comparado com placebo) das ondas de calor quando a paciente consome soja diariamente.

— Quando juntamos todas as descobertas, vemos que seu efeito, de maneira geral, é positivo — afirma Melissa Melby, coautora da publicação e professora de antropologia médica da Universidade de Delaware.

A ingestão sugerida é de pelo menos 54 miligramas de isoflavona diariamente e por um período de seis semanas. Com o consumo prolongado, de 12 semanas ou mais, a redução da onda de calor foi três vezes mais bem-sucedida.

Por outro lado, a mesma substância, a isoflavona, pode ter influência no desenvolvimento de câncer de mama, de acordo com algumas pesquisas recentes. Apresentado no encontro anual da Associação Americana de Pesquisa sobre Câncer, em abril deste ano, um estudo da Universidade Georgetown sugeriu que o consumo de soja pode levar ao aumento da resistência a um remédio usado no tratamento dos tumores. O professor José Maria Soares Júnior aconselha que mulheres que já tiveram câncer de mama evitem o uso de soja como alternativa de tratamento. Mas a mesma recomendação é dada para a reposição tradicional, com estrogênio.

— Não há estudos suficientes que mostrem a relação da isoflavona com o câncer de mama ou de endométrio. Mesmo assim, pacientes com câncer não podem usá-la — afirma.

Já uma pesquisa do Centro Médico da Universidade Nashville, nos Estados Unidos, diz o contrário. Apresentado em 2011 no encontro anual da mesma associação, o estudo com 18.312 mulheres mostrou que o consumo de soja não aumenta os riscos de desenvolver câncer de mama.

— Mulheres que querem ter uma vida saudável podem, com segurança, incluir a soja em suas dietas — afirmou o professor Xiao Oh Shu, da Universidade de Nashville. — Além da isoflavona, que pode agir como o estrogênio no corpo, a soja tem propriedades contra o desenvolvimento de câncer.

### **Perigo ronda homens e mulheres**

Não são apenas as mulheres que podem sofrer os efeitos negativos da soja. Uma polêmica pesquisa da Universidade de Harvard, divulgada no periódico “Human Reproduction”, apresentada em 2008, até hoje gera discussão sobre o efeito do grão na fertilidade masculina. Homens que se alimentavam de grandes quantidades de soja poderiam ter a concentração de esperma reduzida. O estudo avaliou 99 homens entre 2000 e 2006.

Soares Júnior pondera que as “grandes quantidades” de soja descritas no estudo dificilmente seriam consumidas por um homem:

— Este risco é para o consumo intenso de soja, de mais de um quilo por dia. Mesmo que uma pessoa coma carne de soja, tofu, leite de soja, dificilmente atingirá este nível.

---

### **Tendências e novas tecnologias na feira agropecuária dos EUA – Site da CNA. 17/09/2012**

Imagine uma área cheia de máquinas e equipamentos agropecuários de última geração. Tratores gigantes que só faltam falar. Plataformas de colheitadeiras com sistemas que evitam a perda das sementes. Assim é a feira Husker Harvest Days, onde a equipe do Sistema FAMATO/SENAR percorreu na última semana, em Grand Island, no estado de Nebraska, Estados Unidos (EUA).

Na feira, considerada a maior da agropecuária totalmente irrigada do mundo, os norte-americanos mostram a importância do investimento em equipamentos para o bom desempenho das lavouras. Em Nebraska, por exemplo, dos 19,9 milhões de hectares que formam o Estado, 47% são áreas agrícolas e 56% do cultivo destas áreas é irrigado. São 52 mil pivôs centrais espalhados pelas propriedades. O clima mais seco na região torna a irrigação um procedimento indispensável. Por conta disso, os produtores investem pesado em máquinas de alta tecnologia.

Para o vice-presidente da FAMATO, Normando Corral, a visita foi uma boa oportunidade para ver de perto as tendências de máquinas e equipamentos tanto para a agricultura como para a pecuária. "É interessante ver como eles trabalham e comparar custos. Aqui nos Estados Unidos as máquinas custam de 50% a 60% a menos do que no Brasil. Os motivos que levam eles a investirem mais em maquinário são a mão de obra cara e os equipamentos mais baratos", comparou Corral.

Em Mato Grosso, há exemplos de feiras tecnológicas que também apresentam os equipamentos mais modernos e eficientes para as lavouras de soja e milho. Uma delas é a Parecis Super Agro, realizada em Abril, em Campo Novo do Parecis. O gerente do Sindicato Rural do município, Antônio de La Bandeira, gostou do que viu na Husker Harvest Days. "Achei a feira fabulosa. A diversidade de máquinas é muito grande. E a quantidade de pessoas visitando, fazendo negócios, também me surpreendeu", disse.

Segundo Bandeira, uma das maiores dificuldades para a realização da Parecis Super Agro é mobilizar não apenas pessoas envolvidas com o setor rural, mas também as que moram meio urbano para conhecer as tecnologias utilizadas nas propriedades de Mato Grosso. Para estimular novos visitantes, neste ano a organização criou um evento paralelo à Super Agro. Foi o 1º Festival do Milho e Cine Pipoca do Parecis - uma alternativa para atrair público de jovens e adultos ligados ou não ao agronegócio.

**Pecuária** - Além da agricultura, a feira apresenta equipamentos e tecnologias para a pecuária. O que chamou a atenção do analista do Núcleo Técnico da FAMATO, Carlos Augusto Zanata, foi ver animais de cruzamentos entre raças europeias (Angus e Gelbvieh), o que proporciona mais precocidade e melhoria na carcaça dos bovinos. "Um produtor me disse que o cruzamento dessas raças tem sido comercialmente bem aceito pelos confinadores, devido ao retorno que proporciona", informou Zanata.

O resultado do cruzamento das raças Angus com Gelbvieh gera os denominados Balancer. Segundo Zanata, ainda não existe essa raça em Mato Grosso. Os pecuaristas cruzam as raças Nelore com Angus que, em termos de genética, é bem inferior em relação à Balancer. "Mas temos que ter em mente a dificuldade de se executar este cruzamento de Angus e Gelbvieh devido ao nosso calor e a presença de parasitas, principalmente carrapato e moscas do chifre", argumentou.

A Missão Técnica da FAMATO e SENAR-MT aos Estados Unidos começou dia 11 e segue até 23 de setembro. O grupo, formado por produtores rurais, representantes de Sindicatos Rurais, Sistema FAMATO/SENAR, busca novos conhecimentos que poderão ser usados na abordagem e solução de problemas da agropecuária de Mato Grosso.

---

## **1º Fórum Nacional de Agronegócios concentra lideranças rurais e empresariais – Site do MAPA. 17/09/2012**

Um amplo debate sobre o agronegócio sustentável reunindo as principais autoridades no assunto será promovido em Campinas (SP), nos próximos dias 21 e 22 de setembro, com a participação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. O 1º Fórum Nacional de Agronegócios pretende concentrar 200 presidentes e dirigentes do segmento para



traçar estratégias e debater o papel dos pequenos e grandes produtores rurais, sustentabilidade e tecnologia. O encontro é promovido pelo Lide Grupo de Líderes Empresariais.

O principal objetivo do evento é debater as principais questões relativas ao agronegócio, com o objetivo de criar um projeto de economia verde. Na programação do encontro estão previstas palestras ministradas por especialistas e CEOs de empresas e entidades do agronegócio, que irão traçar painéis e apontar estratégias para contribuir no crescimento do setor no País e exterior. Entre as palestras promovidas no fórum, estão "O papel do pequeno produtor no desenvolvimento do agronegócio" (Luiz Barretto, Sebrae Nacional), "Desenvolvimento com Sustentabilidade" (Silvio Crestana, Embrapa), "Novos rumos para o financiamento do agro brasileiro" (Murilo Portugal, Febraban), "Os gargalos logísticos do agro brasileiro" (Pedro Parente, Bunge) e "Uma estratégia de espaço para o agronegócio no Brasil" (Mendes Ribeiro, Ministério da Agricultura).

Ainda entre os participantes que vão integrar a cerimônia de abertura, estão Geraldo Alckmin (governador do Estado de São Paulo), Roberto Rodrigues (ex-ministro da Agricultura), e João Dória Jr, presidente do Lide (Grupo de Líderes Empresariais). O evento acontece no hotel Royal Palm Plaza Resort, em Campinas. Para saber como participar do evento, envie um *e-mail* para [forumdeagro@grupodoria.com.br](mailto:forumdeagro@grupodoria.com.br).

---

### **Daqui para onde? Luiz Fernando de Paula – Valor Econômico. 17/09/2012**

Sem dúvida estamos vivendo um daqueles momentos em que a incerteza radical é percebida de forma extremada, relacionada principalmente às expectativas empresariais de longo prazo no que se refere a um futuro incerto e nebuloso. Keynes assim explicou o que entendia por incerteza não probabilística: "Desejo explicar que por conhecimento 'incerto' não pretendo apenas distinguir o que é conhecido como certo do que apenas é provável. Neste sentido, o jogo de roleta não está sujeito à incerteza; nem sequer a possibilidade de se ganhar na loteria. (...) Até as condições meteorológicas são apenas moderadamente incertas. O sentido que estou usando o termo é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra europeia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e da taxa de juros daqui a 20 anos, ou a obsolescência de uma nova invenção (...) Sobre estes problemas não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico. Simplesmente nada sabemos a respeito".

Quem consegue fazer um prognóstico sobre o futuro da economia mundial nos próximos, digamos, dois ou três anos? Costumo dizer aos meus alunos que para fazer prognóstico sobre o futuro da economia é melhor contratar um astrólogo do que um economista, e acrescento que não se trata de uma brincadeira. Isto porque acontecimentos econômicos são fortemente "path dependent", isto é, dependem do comportamento e da interação dos agentes ao longo do caminho, o que pode resultar em diferentes trajetórias. Contudo, como me pediram aqui para "arriscar previsões" a respeito do desenrolar da crise internacional, e os possíveis impactos sobre a economia brasileira, vou fazer algumas breves especulações.

O cenário internacional está bastante nebuloso quanto à recuperação econômica mundial, e em particular em relação ao risco de um novo contágio causado pelo aprofundamento da crise do euro, com fortes impactos sobre as outras regiões. Não há região hoje que puxe o crescimento mundial, seja os países mais dinâmicos asiáticos, EUA e muito menos a zona do euro. Temos

assim o forte risco de estarmos numa "double dip recession", uma dupla recessão, que pode ao fim e ao cabo vir a caracterizar uma Grande Recessão.

Cabe ressaltar que a Grande Depressão de 1929-1938, na realidade, foi a agregação de duas recessões em 1929-1933 e 1937-1938, entremeada por uma breve recuperação abortada pela tentativa, em 1937, de se fazer um ajuste fiscal prematuro nos Estados Unidos.

Observa-se na Grande Recessão atual, um primeiro período da crise, que foi de meados de 2007 ao início de 2009, iniciando-se com a crise do subprime e culminando com a falência da Lehman Brothers, quando procurou-se evitar a depressão com uso intenso de uma política econômica anticíclica, com o uso inclusive de instrumentos não tradicionais como a criação de instrumentos de liquidez para aquisição de ativos de diferentes maturidades na carteira das instituições financeiras pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano) e um pacote de estímulos fiscais de quase US\$ 800 bilhões nos EUA. Ao longo de 2009, contudo, com a recuperação dos preços dos ativos e dos lucros de muitas instituições financeiras, observa-se um ressurgimento de ideias liberais-conservadoras, e a atenção se volta para os desequilíbrios fiscais e dívida pública, abandonando-se prematuramente políticas contracíclicas na Europa e posteriormente (em 2010) nos Estados Unidos<sup>1</sup>.

Como se sabe, a vitória dos Republicanos, em novembro de 2010, tornou impossível a implantação de um novo programa de incentivos fiscais, ficando o governo de mãos amarradas. A tarefa de adoção de política contracíclica ficou, assim, a cargo do Fed, com suas medidas de afrouxamento monetário, que têm resultado na desvalorização da moeda americana e evitado uma deflação de preços e ativos.

Os limites desta política são claros: não adianta só colocar dinheiro na mão do setor bancário, se a demanda por empréstimos está baixa; dada a alta preferência pela liquidez dos agentes (bancos e famílias) há necessidade de uma política fiscal anticíclica mais ativa para restabelecer o nível geral dos gastos.

*O endividamento externo elevou os preços dos ativos, criando bolhas imobiliárias em vários países*

Hyman Minsky, economista keynesiano americano, sustentava que era fundamental, perante a eclosão de uma crise financeira, o governo atuar de forma estabilizadora através do "big bank" (BC como prestador de última instância, para estabilizar preços dos ativos e evitar crise de liquidez) e do "big government" (gasto público contracíclico para sustentar demanda agregada e estabilizar emprego e renda). Está claro que o papel do "big government" está enfraquecido nos EUA, sendo que no caso da zona do euro a coisa é bem mais complicada, face à ausência de um papel mais definido de prestador de última instância pelo BCE.

A semiestagnação da economia norte-americana, combinada com a crise da zona do euro e a desaceleração econômica recente dos países emergentes abrem uma segunda rodada de recessão mundial. A taxa de desemprego nos EUA encontra-se ainda acima de 8% da população economicamente ativa; já a na zona do euro a mesma taxa aumentou de 10% no início de 2011 para mais de 11% em 2012. Nesta última região, a recessão, embora atinja mais os países do sul da Europa, se aproxima de economias maiores, como França e Alemanha.

Evidentemente, o centro da crise atual é a zona do euro, às voltas com sérios problemas estruturais e, mais importante, com a falta de uma estrutura de governança global razoavelmente

eficaz para lidar com seus problemas. A questão estrutural está relacionada, entre outras, à existência de uma forte heterogeneidade econômica dos países da zona do euro devido a níveis de competitividade e de inflação distintos, em um contexto de uma moeda única.

Este problema foi agravado pela política alemã em 2003-05 de contenção do salário que, associado a sua alta produtividade, ampliou os problemas de assimetria. Assim, após a introdução do euro, Alemanha, Holanda, Finlândia e Bélgica ampliaram seus superávits comerciais em detrimento dos demais países da região, que foram se tornando cada vez mais deficitários.

Sem poder recorrer as ajustes cambiais para restabelecer a competitividade internacional da economia nacional e/ou emitir moeda para pagar suas dívidas, tais países tinham que escolher entre forçar a redução dos níveis de salários domésticos ou fazer uso de políticas fiscais para manter o crescimento do produto e emprego.

Os países da periferia europeia tiveram a facilidade de emitir dívida soberana e se endividar com juros alemães no mercado internacional. O endividamento externo alimentou espirais ascendentes dos preços dos ativos, permitindo bolhas imobiliárias em vários países. Como os governos não podem criar euros, eles devem gerar superávits fiscais suficientemente elevados para cobrir os juros e amortização da dívida, ou emitir dívida adicional para captar recursos junto ao setor privado, já que não podem se financiar junto ao BCE dada a restrição de atuar como prestador de última instância do sistema financeiro.

Ficam claras as dificuldades dos governos nacionais rolarem suas dívidas a partir da crise de confiança gerada por conta da crise grega, e premência de enfrentarem seus desequilíbrios fiscais, ainda que as custas de um aprofundamento da recessão, já que superávits fiscais teriam que ser compensados por déficit do setor privado e superávit externo, o que não ocorre. Nessas condições, o ajuste fiscal acaba por se revelar em boa medida inócuo, uma vez que acarreta um aprofundamento do processo recessivo dos países da periferia europeia, que por sua vez deteriora as receitas fiscais, ensejando um círculo vicioso 2.

#### *O futuro da economia mundial oscila entre o pessimismo moderado e o acirrado*

A recessão europeia transmite seus efeitos negativos para outras regiões, em particular países que dependem mais fortemente das exportações para seu dinamismo econômico, como a China, que sofre com o baixo dinamismo das economias avançadas e com a dificuldade do governo dar uma resposta a crise como fez em 2008-09, quando respondeu a crise com um forte programa de investimentos públicos em infraestrutura. Começa a aparecer problemas no sistema financeiro, relacionados ao aumento da inadimplência, agora agravados pela desaceleração econômica.

A economia chinesa transita assim de um crescimento de mais de 10% ao ano para um crescimento de cerca de 7% ao ano, o que acaba contagiando negativamente outros países com quem tem intensa relação comercial, como Japão e países exportadores de commodities, como o Brasil.

As perspectivas de recuperação econômica, portanto, não são animadoras. A zona do euro carece de um instrumento que permita os governos cumprirem suas obrigações financeiras sem adotar uma política fiscal que gere recessão, uma vez que o BCE não pode atuar como prestador de última instância.

Os EUA, por seu turno, às voltas com eleições presidenciais neste ano, poderão se defrontar com um problema de precipício fiscal ("fiscal cliff") em 2013, quando sofrerá o efeito do fim dos cortes de impostos estabelecidos no governo Bush (cerca de US\$ 700 bilhões) e a necessidade de um corte obrigatório nos gastos públicos no valor de US\$ 1,5 trilhão a partir de janeiro de 2013, se outros cortes não tiverem sido efetuados antes. Um ajuste fiscal desta magnitude resultaria em uma nova recessão americana. Por fim, a economia chinesa, sofrendo com o baixo dinamismo das demais economias, e sem capacidade de dar uma resposta mais robusta em termos de políticas anticíclicas, como em 2009, quando o governo adotou medidas de incentivo da magnitude de US\$ 630 bilhões, também deverá manter um crescimento mais baixo, cerca de 7% ao ano, que é a meta do plano quinquenal até 2015.

Os impactos da crise mundial sobre a economia brasileira já se fazem sentir por vários canais: redução da demanda e preços das commodities, com efeitos sobre as exportações; diminuição nos fluxos de capitais externos face a maior aversão ao risco dos investidores; e, mais importante, uma deterioração nas expectativas empresariais face a percepção de incerteza quanto ao futuro da economia mundial e da incapacidade de dar respostas adequadas para a crise atual.

Claro que num eventual contágio os efeitos serão ainda maiores. O país está preparado para enfrentar uma deterioração no quadro internacional? Em boa medida sim: tem bom volume de reservas cambiais, a situação fiscal está boa, têm bancos públicos fortes com capacidade de uma ação contracíclica no mercado de crédito, um banco central hoje mais pragmático e menos dogmático, e algumas variáveis macroeconômicas básicas estão melhores posicionadas, como a taxa de juros e a taxa de câmbio.

A capacidade de ter um crescimento mais robusto e sustentável a longo prazo é outra história, pois depende crucialmente da habilidade do governo de articular efetivamente um conjunto de investimentos públicos e privados nos próximos anos.

O futuro da economia mundial oscila entre um quadro de pessimismo moderado e de pessimismo acirrado (a partir de uma crise do euro em grandes proporções). Minha aposta é um cenário de "pessimismo moderado": a economia americana continua patinando em um crescimento baixo e elevado desemprego, sem uma recuperação mais robusta; a zona do euro vai ficar empurrando com a barriga a crise do euro, implementando soluções ad hoc conforme os problemas forem aparecendo.

Um cenário possível, neste contexto, é que a Grécia não agüente o ajuste recessivo e saia da zona do euro, o que vai implicar o contágio de outros países, como Espanha, Portugal e Itália. Neste caso os países do euro teriam que ampliar o fundo de socorro para compras de dívidas soberanas ou permitir que o BCE o faça. O resultado seria provavelmente não a implosão da zona do euro, mas a sua manutenção sem a Grécia. Os impactos seriam fortes sobre a economia mundial, mas não necessariamente devastadores como foi a quebra de Lehman Brothers, até porque de certa forma não seria um evento inesperado.

Karl Polanyi mostrou em seu livro "A grande transformação" que, na evolução histórica do capitalismo, o liberalismo econômico se tornou um credo, com a universalização dos mercados autorregulados, através da defesa permanente do laissez-faire e do livre comércio. Começou como uma tentativa de eliminar algumas leis e regulamentações da produção até atingir a economia inteira. Houve uma forte participação do Estado para atingir um nível de regulação que tornasse o "laissez-faire" um princípio ativo da economia. O paradoxo, para ele, é que

"enquanto que a economia laissez-faire foi o produto da ação deliberada do Estado, as restrições subsequentes ao laissez-faire se iniciaram de forma espontânea. O laissez-faire foi planejado; o planejamento não".

A sociedade, seguindo o princípio da autoproteção social, teria uma reação defensiva que se articula historicamente "não em torno de interesses de classes particulares, mas em torno da defesa das substâncias sociais ameaçadas pelos mercados".

A crise econômica atual é uma crise de um mundo excessivamente liberalizado, em particular no que se refere às finanças globais. A sociedade está ameaçada pelas forças avassaladoras do livre mercado e pela inação e miopia dos governantes e elites políticas. A reconstrução de uma nova era de prosperidade só será possível repensando-se profundamente a relação Estado e economia, a geopolítica mundial, o grau de autonomia das políticas públicas frente a globalização, o formato da regulação do sistema financeiro, e o sistema de proteção social. O mercado é e sempre será, como destacou Polanyi, uma construção política e social. Neste particular, é de se esperar que alguma mudança maior, se houver, só será possível por conta da pressão dos países emergentes. O futuro da economia mundial e a geopolítica global estão em aberto. Em particular, o "double dip" será tanto maior (ou menor) e profundo quanto menor (ou maior) for a capacidade dos governos nacionais darem respostas adequadas para a superação da crise atual, o que como sugerido neste artigo parece não ser o caso, pelo menos a médio prazo.

1 Ver Farhi, M. (2012), "A crise e os dilemas da política econômica". V Encontro Internacional da AKB, [www.akb.org.br](http://www.akb.org.br).

2 Ver Kregel, J. "Seis lições extraídas da crise europeia" e Freitas, M.C.P., "Do Tratado de Maastricht à crise financeira", no livro Sistema Financeiro e Política Econômica em uma Era de Instabilidade, Elsevier/AKB, 2012.

---

### **Política de subsídio aos extrativistas que comercializam produtos como açaí, babaçu, pequi e mangaba, entre outros, é reavaliada. Sophia Gebrim – Site do MMA. 18/09/2012**

Um balanço da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) está sendo feito durante toda esta terça-feira (18/09), na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Brasília. Participam do encontro representantes dos ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Conab, coordenadores da ação.

A política, executada desde 2009 pela Conab, é uma subvenção aos extrativistas que comercializam produtos da sociobiodiversidade como açaí, babaçu, pequi e mangaba, entre outros, garante o pagamento do preço mínimo na venda desses produtos. Dessa forma, se um seringueiro vender 1 kg de borracha por R\$ 2,00, a Conab poderá complementar com a subvenção de R\$ 1,50/kg, já que o preço mínimo da borracha natural do bioma amazônico é de R\$ 3,50.

### **PRÓS E CONTRAS**

Durante o encontro, representantes de associações, cooperativas e organizações de produtores que comercializam produtos da sociobiodiversidade apontaram os principais problemas e gargalos na operacionalização do programa de subvenção aos extrativistas. “Grande maioria apontou que, problemas na documentação, foi a principal dificuldade apresentada”, cita o analista ambiental da Gerência de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Luis Volei, que participa do encontro.

Segundo Volei, os benefícios do programa são claros e unanimidade entre todos os participantes do evento. “Vemos em todas as regiões que tem seus produtos da sociobio amparados pelo programa, melhoria na qualidade de vida da população, aumento de renda e certa liberdade na escolha para quem vender o produto”, explica. Ele mostra um exemplo dos produtores de açaí da região Norte que, ao invés de vender para um produtor específico, podem vender para quem quiser, abrindo mercado e ganhando autonomia no processo de venda e comercialização.

Ao término do dia de debates será elaborado documento com alternativas e recomendações ao Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas, visando o aperfeiçoamento do Programa.

## **SAIBA MAIS**

Entre os produtos da sociobiodiversidade que recebem a subvenção do governo estão os frutos do açaí, baru, mangaba, pequi e umbu, além da amêndoa do babaçu, borracha natural extrativa, castanha do brasil com casca, cera de carnaúba tipo 4, fibra de piaçava e pó cerífero tipo B.

Mais informações no site [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)

---

## **Estudo analisa relação entre o agronegócio e os meios de comunicação – Site do MST. 18/09/2012**

No ano de 2011 começou a ser veiculado nos meios de comunicação de massa brasileiros a campanha Sou Agro, um movimento articulado pelo agronegócio que visava criar uma imagem positiva do setor, ao associar tal modelo de produção agrícola como algo de mais moderno já criado no âmbito da agricultura, com alto grau de produtividade, respeito ao meio ambiente, etc, além de procurar conectá-lo com o dia a dia da sociedade, em geral.

E é dentro deste tema, que a professora Regina Bruno, doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) analisa, por meio do artigo *MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio*, tal estratégia do agronegócio junto aos grandes conglomerados de comunicação, com a finalidade de se criar um imaginário social longe de corresponder com a realidade deste modo de produção.

“É sobre o movimento Sou Agro concebido como lugar de institucionalização de interesses de grandes proprietários de terra, empresários rurais e agronegócio de que

trata este artigo. Meu propósito é identificar qual imagem está sendo construída pelo movimento e a quem ele se dirige. Busco ainda entender as razões para um investimento midiático dessa natureza e identificar seus idealizadores”. Abaixo, leia parte do artigo:

## **Introdução**

Em meados de julho de 2011, os meios de comunicação de massa veicularam filmes publicitários que ressaltavam o dinamismo do agronegócio e sua conexão com o dia a dia da sociedade. O horário nobre nos trouxe, como protagonistas dos filmes, Lima Duarte – de origem rural e ator de inúmeros papéis identificados com o campo, como "O Salvador da Pátria" – e Giovanna Antonelli, carioca, atriz global, representante de uma nova geração de atores. Nos anúncios, enquanto o primeiro louva a “Bendita Terra”, a segunda transformava, simbolicamente, sua geladeira em uma fazenda.

As cenas de Lima Duarte constroem simbolicamente a noção de "terra" ao envolver um conjunto de significações: terra, raiz da gente brasileira; terra fartura; terra respeito para quem trabalha; terra, lugar de todas as raças e alimentos do país e do mundo; terra Brasil – uma das maiores agronações do planeta; terra, motivo de orgulho de todos. Enfim, terra abençoada. Como imagem de fundo, uma representação do Brasil da fartura, da tecnologia sofisticada, da felicidade. Ao mesmo tempo, um Brasil sem gente, sem trabalhador, feito só de máquinas.

Giovanna Antonelli, por sua vez, chamou a atenção para a “fazenda” existente em todos os lares brasileiros. “Todo mundo tem uma fazenda. É só abrir a geladeira”, disse. O pomar, o gado de corte, a soja, além da plantação de algodão transformada em lençol e o canavial convertido em etanol. Tudo é agro. “É o Brasil pra frente”, enunciava Antonelli, em clara alusão ao jingle utilizado no rádio e na televisão para promover a Copa do Mundo de 1970, ocorrida durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A música “Pra frente Brasil7” anunciava “uma mesma emoção (...) e um só coração” e se transformou em propaganda política dos governos militares.

As peças publicitárias, patrocinadas pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A), fazem parte do Movimento de Valorização do Agro – Sou Agro. Este é definido como “uma iniciativa multisetorial de empresas e entidades de representação do agronegócio brasileiro e produtores rurais” que objetiva promover um “melhor conhecimento” sobre a importância do agronegócio de modo a reduzir o “descompasso existente entre a realidade produtiva atual e as percepções equivocadas sobre o universo agrícola”.

Para tanto, torna-se fundamental “reposicionar” a imagem do agronegócio nacional na sociedade, destacando suas contribuições econômicas e sua agenda social e ambiental de maneira a provar não ser destruidor do meio ambiente.

É sobre o movimento Sou Agro concebido como lugar de institucionalização de interesses de grandes proprietários de terra, empresários rurais e agronegócio de que trata este artigo. Meu propósito é identificar qual imagem está sendo construída pelo movimento e a quem ele se dirige. Busco ainda entender as razões para um investimento midiático dessa natureza e identificar seus idealizadores.

---

## **Chamadas públicas de Ater vão qualificar 289 cooperativas. Site do MDA. 18/09/2012**

A organização produtiva de 289 cooperativas e associações de agricultores familiares de todo o País contarão com mais um mecanismo para fortalecer e aprimorar suas atividades comerciais. O auxílio virá de duas chamadas públicas para seleção de entidades executoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Exclusivas para os empreendimentos familiares, as chamadas foram publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (18).

“A publicação dessas chamadas integra as estratégias do MDA para a área de organização econômica da agricultura familiar brasileira. Os empreendimentos selecionados para receber os serviços de Ater terão mais eficácia e maior capacidade para comercializar seus produtos. Ao capacitarmos as cooperativas capacitamos, também, os agricultores familiares”, avalia o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Argileu Martins da Silva.

Com o orçamento de R\$ 37,6 milhões, a primeira chamada beneficiará 265 cooperativas por meio da metodologia de Ater Mais Gestão, específica para organização e gestão de empreendimentos da agricultura familiar. As cooperativas beneficiadas por essa chamada estão nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os serviços que serão contratados irão qualificar sete atividades específicas do processo de administração. Entre elas, o diagnóstico dos empreendimentos, o plano de aprimoramento e as visitas técnicas.

### **Segunda chamada**

A segunda chamada, terá R\$ 4,1 milhões para atender 24 empreendimentos que desempenham atividades ligadas ao biodiesel. Eles estão localizados no Semiárido e no Centro-Oeste. Os serviços de Ater aplicados a essas cooperativas serão baseados na Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para empreendimentos da Agricultura Familiar, conhecida como MAT-Gestão. A assistência técnica dessa metodologia inclui a análise de oferta, o plano de aprimoramento e sua implementação.

As entidades interessadas em participar da seleção têm 30 dias para apresentar os projetos, contados a partir da publicação no DOU. A seleção das propostas será baseada em critérios técnicos. O resultado final das chamadas deve sair após 30 dias do prazo de recebimento dos projetos. Os serviços contratados serão executados em 24 meses.

---

## **Cenário de lucros move o lento início de plantio de soja em MT. Fernanda Pressinott e Mariana Caetano – Valor Econômico. 18/9/2012**

O que as previsões antecipavam se concretizou: o clima seco, de fato, solapou as chances de que a maior parte dos produtores de soja do Centro-Oeste do Brasil

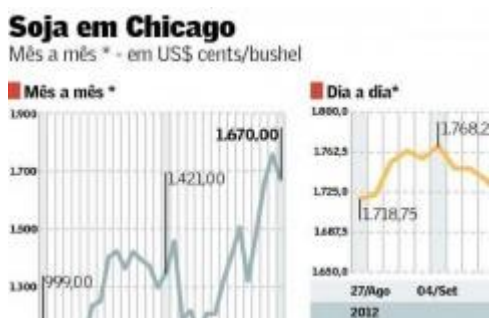


iniciassem o plantio tão logo fosse encerrado o período de vazio sanitário, em 15 de setembro. Em Mato Grosso, principal Estado produtor da oleaginosa, a semeadura começou no fim de semana, mas, basicamente, nas áreas com irrigação.

No município de Primavera do Leste, onde cerca de 30% das lavouras são irrigadas, já é possível ver as máquinas no campo, e a estimativa é de uma colheita da ordem de 65 sacas por hectare.

Em Rondonópolis, as chuvas do fim de semana foram insuficientes e a previsão é de que o plantio ganhe força entre 28 e 30 de setembro. Já em Sorriso, apenas entre 4 e 5 de outubro. "Mas está tudo providenciado para termos uma boa safra", garantiu o presidente do sindicato rural local, Laércio Lenz.

Depois que a greve de caminhoneiros e problemas com frete dificultaram a chegada de insumos em meados de agosto no Estado, cerca de 80% dos adubos já estão nas mãos dos produtores, de acordo com cálculos do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).



Se o tempo ajudar, os preços recordes da soja no mercado futuro podem trazer uma rentabilidade média de 25% por hectare para os agricultores de Mato Grosso. O Imea considera uma colheita de 50 sacas por hectare e um custo de 40 sacas - com o preço da saca a R\$ 45 (média pela qual já foram negociadas 46% da safra 2012/13). Desse modo, até o momento, os produtores gastaram R\$ 1.800 e obtiveram uma receita de R\$ 2.250 por hectare - um lucro de R\$ 450 por hectare.

Assim como Mato Grosso, o Paraná também deve ter atraso na semeadura, oficialmente liberada a partir de 21 de setembro. Como já são 70 dias sem chuvas significativas, os primeiros tratamentos culturais ainda não puderam ser feitos. "Esperamos que a chuva seja regularizada mais para o final do mês", afirma José Varago, superintendente técnico da Coamo. Com sede em Campo Mourão (PR), a maior cooperativa agropecuária do país espera colher 6 milhões de toneladas.

Segundo Varago, a estiagem pode estimular mais produtores a desistirem do plantio de milho (também postergado devido à estiagem) para apostar na soja, cuja expectativa de rentabilidade no Estado é ainda maior que em Mato Grosso. Cálculos do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, indicam uma rentabilidade média de 51,50% se toda a produção fosse comercializada hoje, com o custo de produção a 33 sacas por hectare e uma produtividade de 50 sacas.

Em termos de preços, a safra 2012/13 está sendo vendida a R\$ 55, diante de custo de R\$ 37.

Apesar da euforia em torno da soja, o mercado enfrentou ontem um revés na bolsa de Chicago. Os contratos para janeiro (que ocupam a segunda posição de entrega, normalmente as de maior liquidez) recuaram 4%, ou 70 centavos, para US\$ 16,70 por bushel. Milho e trigo também despencaram: 4,26% e 4,93%, respectivamente. Pesaram a expectativa positiva para o plantio na América do Sul, o avanço da colheita nos EUA e a reavaliação dos efeitos do recente afrouxamento monetário americano.

Em relatório divulgado ontem, a consultoria Céleres apontou que as vendas antecipadas de soja da safra 2012/13 estão em ritmo mais lento no Brasil: avançaram apenas um ponto percentual na semana passada, para 46% - mas ainda estão 29 pontos percentuais acima da média dos últimos cinco anos. **(Colaborou Carine Ferreira)**

---

### **Mato Grosso mais forte no ministério. Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/9/2012**

*Silveira, presidente da Aprosoja Brasil, confirmou a sondagem pelo Twitter*

No contexto de um "rearranjo de forças" determinado pela presidente Dilma Rousseff, um mato-grossense deverá assumir a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. O nome com mais apoio da bancada parlamentar do Estado no Congresso é o do atual presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira.

Na semana passada, a presidente pediu ao ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, que nomeasse um representante mato-grossense para a vaga. O Estado é o maior produtor de grãos do país. Mendes Ribeiro procurou o senador Blairo Maggi (PR-MT) e o deputado Homero Pereira (PSD-MT), que indicaram Silveira.

O senador disse que o objetivo é colocar o Estado na liderança das decisões que serão tomadas. "Resolvemos indicar o Glauber Silveira, que é um técnico e entende do assunto", disse Maggi. Na semana que vem, parlamentares de Mato Grosso deverão formalizar a indicação ao ministro. "A nomeação de Silveira será importante para o Estado", disse Maggi.

O atual secretário de Política Agrícola, Caio Tibério Dornelles da Rocha, que está no cargo desde outubro do ano passado, deverá assumir a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. A ida de Rocha para a secretaria que cuida de cooperativismo é vista, dentro do ministério, como um processo natural para o engenheiro agrônomo gaúcho que já foi presidente da Emater (RS) e secretário da Agricultura de seu Estado durante a gestão do peemedebista Germano Rigotto (2003-2007).

---

**Nova lei ameaça o escoamento da maior safra de soja. Patrícia Campos Melo –  
Folha de São Paulo. 19/9/2012**

*Regulamentação para os caminhoneiros passa a ser fiscalizada em 180 dias; produtores pedem prazo maior. Medida exige que motoristas descansem 30 minutos a cada quatro horas e 11 horas a cada 24 horas.*

A nova lei dos caminhoneiros vai causar caos no escoamento da maior safra de soja da história. Esse é o alerta de Fábio Trigueirinho, secretário-geral da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

O cumprimento da lei, que exige períodos de descanso de 30 minutos a cada quatro horas de rodagem para os motoristas, começa a ser cobrado daqui a 180 dias. O prazo coincide com o escoamento da safra de soja do ano que vem, que vai ser a maior da história, segundo a Abiove -81 milhões de toneladas.

"Se a lei vigorasse em um período normal, já haveria elevação de cerca de 30% no custo de logística. Com a mudança ocorrendo bem no meio do escoamento da safra recorde, não vai ter frete para escoar tudo isso, vai ser um caos", disse à Folha Fábio Trigueirinho.

Os produtores de soja do país querem que o prazo seja ampliado para um ano, em vez de 180 dias.

A lei ia entrar em vigor neste ano, mas o Contran (Conselho Nacional de Trânsito) baixou uma resolução estabelecendo um prazo de 180 dias para os ministérios dos Transportes e do Trabalho elaborarem uma lista das rodovias que têm áreas adequadas de descanso.

Nelas, será cobrado o cumprimento da lei e haverá fiscalização. São consideradas áreas adequadas aquelas que têm condições sanitárias e de conforto para descanso do motorista, com alojamentos e refeitórios.

A assessoria do Denatran (e do Contran) disse à Folha que não está prevista a prorrogação do prazo de 180 dias para o início da fiscalização.

A assessoria afirma que os produtores terão de buscar estradas alternativas para escoar a safra -estaduais ou federais nas quais não estará valendo a fiscalização- se acharem que a lei está impossibilitando o transporte.

Cerca de 70% do escoamento da soja é feito em caminhões, segundo a Abiove.

Não se sabe exatamente o que o governo vai considerar como áreas adequadas de descanso.

A BR-163 (Cuiabá-Santarém) é uma das principais estradas usadas para escoar a soja de Mato Grosso, e não tem áreas de descanso adequadas, diz Trigueirinho. Já em São Paulo, a Castelo Branco e a Bandeirantes, por onde também passa boa parte da safra, devem ser afetadas.

"Não somos contra a lei, mas precisamos de um prazo maior para aumentar o número de motoristas e de caminhões", diz.

Além dos descansos de meia hora, os caminhoneiros serão obrigados a respeitar uma hora diária para almoço e repousar por 11 horas a cada 24 horas trabalhadas.

Segundo o Ministério dos Transportes, só a minoria das estradas tem áreas de descanso. Muitas teriam de ser construídas ou adaptadas.

---

### **País é o nono em depósito de patentes de fertilizantes com uso de nanotecnologia. Carine Ferreira – Valor Econômico. 19/09/2012**

O Brasil é o nono entre os dez países com maior número de depósitos de patentes em produtos desenvolvidos à base de nanotecnologia aplicada a fertilizantes. É o que mostra um estudo realizado por analistas e pesquisadores da Embrapa Instrumentação, em São Carlos (SP).

Foram encontrados 369 documentos de patentes relacionados ao tema. Na liderança está a China, com 139 documentos, seguida pelos EUA, com 118. O Brasil tem cinco documentos e empata com a Austrália na nona colocação. Os documentos depositados pelo Brasil podem ter sido obtidos também por empresas estrangeiras que atuam no país.

As tecnologias recuperadas do monitoramento realizado são diversificadas, mas envolvem sobretudo o encapsulamento nanoestruturado ou compostos contendo nanomateriais - que provocam a liberação lenta ou controlada de fertilizante.

A pesquisa levou em conta uma base de patente mundial ("Derwent Innovations Index") e uma base de artigos científicos, a "Web of Science". É a primeira vez que a Embrapa realiza um estudo como esse, segundo Sandra Protter Gouvêa, analista de propriedade intelectual da Embrapa Instrumentação e supervisora do setor de Gestão da Prospecção e Avaliação de Tecnologias. "É um monitoramento tecnológico para tomada de decisões estratégicas em pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia", afirma.

O uso da nanotecnologia na área de fertilizantes é uma das principais demandas do Laboratório Nacional de Nanotecnologia aplicada ao Agronegócio, que fica na Embrapa Instrumentação. "As plantas continuarão a usar os mesmos nutrientes", afirma Caue Ribeiro, pesquisador da Embrapa Instrumentação. Segundo ele, várias empresas procuram a instituição em busca de parcerias para a pesquisa, mas até agora nada foi fechado oficialmente. A Embrapa busca parceiros para a realização de testes industriais nas pesquisas que estão sendo finalizadas.

A rede de nanotecnologia da Embrapa foi criada em 2006, mas as pesquisas relacionadas aos adubos começaram há cerca de cinco anos. Porém, nenhum produto teve a transferência de tecnologia, independentemente das patentes. Por isso, o pesquisador "desconfia" de alguns produtos que dizem ter esta tecnologia. "Há muitas empresas colocando no mercado micronutriente supostamente com nanopartículas, mas não temos certeza do que são, não estudamos esses produtos".

Depois de concluída a pesquisa, é preciso que a tecnologia seja colocada em parâmetros comerciais. Um exemplo é um nanocomposto que tem a parceria do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) nos testes de estrutura. O objetivo é verificar se vai acontecer com o nanocomposto a evaporação de óxido nitroso (comum em fertilizantes nitrogenados) com efeito significativo para a formação dos gases de efeito estufa.

---

### **Licitação da Tapajós-Teles Pires é suspensa para mudanças no edital – Folha de São Paulo. 20/09/2012**

DE BELÉM - A licitação para o projeto da hidrovía Tapajós-Teles Pires, que vai ligar o norte do Mato Grosso até Santarém (PA) e facilitar o escoamento de soja, foi suspensa para mudanças no edital, o que irá provocar atrasos na obra.

A licitação ocorreria na semana passada, mas foi adiada a pedido do Dnit, que não informou as razões. Segundo a Folhaapuro, o custo previsto para o projeto, de R\$ 14 milhões, foi considerado baixo pelos interessados.

---

### **MDA lança Manual de acompanhamento dos contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Site do MDA. 21/09/2012**

Mais agilidade no processo de monitoramento, orientações e esclarecimentos sobre conceitos, normas e procedimentos de acordo com a legislação atual. Esses são alguns dos principais benefícios incorporados pelo novo Manual de Acompanhamento de Contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), aprovado no dia 10 de setembro pela Portaria MDA 127/2012 e que entrará em vigor a partir de terça-feira (25) para auxiliar fiscais e gerentes de contratos.

O MDA promoveu nesta sexta-feira (21) a primeira apresentação das novidades do Manual e das mudanças que serão implementadas no Sistema Informatizado de Ater (Siater). Outras apresentações serão programadas para os fiscais das delegacias do MDA nos estados ao longo das próximas semanas.

De acordo com o assessor da Secretaria Executiva do MDA, Luiz Cláudio Campos, a intenção é fazer com que o processo de monitoramento e pagamento dos serviços seja agilizado, permitindo que a Ater chegue com mais qualidade aos agricultores familiares. “Além disso, o MDA poderá melhorar a relação com as entidades parceiras e o registro das atividades contratadas, visando transparência e prestação de contas perante aos órgãos de controle”, ressaltou.

Uma das novidades do manual é a criação de um sistema de amostragem para análise dos relatórios que as entidades inserem no Siater. Os atestes, que precisam ser analisados pelos fiscais, de agora em diante, serão sorteados pelo próprio sistema. “Exatamente como é feito em várias ações de monitoramento na administração pública, o próprio Siater fará o sorteio dos documentos, o que vai trazer mais agilidade na análise e correção dos relatórios, e nos pagamentos feitos às entidades”, explicou Luiz Cláudio.

Na avaliação da fiscal e gerente de contratos do MDA, Ingrid Lima, outra alteração que se destaca é a criação de uma minuta padrão de termo aditivo que vai permitir mudanças de cronograma, que não alterem a vigência contratual, de forma mais rápida e desburocratizada. “Como já houve aprovação da Consultoria Jurídica, o aditivo poderá ser assinado diretamente pelas secretarias, o que vai permitir que tais mudanças aconteçam mais rapidamente”, adiantou.

### **Orientações e procedimentos**

O manual também define a padronização das orientações e procedimentos adotados por fiscais e gerentes de todos os estados. Eles terão a mesma orientação e passarão a lidar com as entidades de forma mais isonômica. O manual também disponibiliza um conjunto de anexos com modelos de relatórios, ofícios e recibos fiscais a serem utilizados. “Com essas mudanças acreditamos que poderemos focar mais na fiscalização in loco, ou seja, ir a campo, fiscalizar os contratos, ter maior contato com agricultores familiares beneficiados com as ações”, afirmou Ingrid.

O manual de Ater faz parte de um processo mais amplo que começou com a edição e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 12.188/10, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar (Pnater) e criou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

Em sequência, foram publicados o Decreto 7.215/10, regulamentador da lei, e a Portaria MDA 136/11, a qual previu a edição do manual de Ater como forma de padronizar e detalhar orientações para fiscais e gerentes. “Aproveitamos esta oportunidade para também trabalhar melhorias no Siater”, observou.

O documento e um vídeo de tutorial estão disponíveis no site do MDA e podem ser acessados por qualquer pessoa.

---

### **Camponeses sofrem perseguição por produção agroecológica em RO – Site do MST. 21/09/2012**

Hormônio e agrotóxicos na produção de alimentos é legal. Produzir com base na agroecologia é crime. Essa é a conclusão que camponeses e camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) chegaram após várias intervenções realizadas pelo Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) contra a produção de alimentos agroecológicos e produtos oriundos da agricultura camponesa.

“Produzir com base na agroecologia virou uma atividade criminosa”, denuncia Valdeci Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alta Floresta e integrante da direção estadual do MPA de Rondônia, ao questionar as perseguições que a agricultura camponesa vem sofrendo pelo MAPA e as agências de defesa sanitária estaduais.

A primeira ação, ocorrida em maio desse ano (29), apreendeu produtos do Mercado Popular de Alimentos do município de São Gabriel da Palha-ES e impediu que fossem

comercializados pelos pequenos agricultores, com a alegação de não cumprirem com as exigências legais e causarem “riscos à saúde dos consumidores”.

Logo depois várias intervenções da vigilância sanitária, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) e polícia civil foram realizadas em pequenos comércios e açougues da região, gerando uma situação de vulnerabilidade e insegurança nos pequenos açougueiros e pequenos comerciantes.

Na última sexta-feira (14/09), foi a vez da propriedade de Valdeci Ribeiro ser acionada. O camponês, que produz alimentos com base na transição à agroecologia, teve a sua propriedade interditada por técnicos do MAPA e da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), e amostras de sal marinho, produzido artesanalmente por sua família para alimentar o gado, foram recolhidas para análise. As amostras seriam testadas e analisadas em laboratórios, para garantir a qualidade da carne do gado e do leite, e não “prejudicar a saúde dos consumidores”.

Além do recolhimento das amostras, Valdeci ficou impedido de comercializar leite e a carne do gado. E ainda foi avisado: os animais poderão ser sacrificados, caso o resultado dos testes não cumpra com as normas da legislação sanitária.

### **Sal Marinho - uma produção camponesa**

O sal mineral apreendido durante a ação do MAPA e IDARON, é resultado de cursos sobre agroecologia realizados em todo país e reconhecidos internacionalmente por várias organizações camponesas e estudiosos do tema. Valdeci participou da formação e passou a produzir o sal mineral e a utilizá-lo na alimentação do gado.

Para o camponês, o sal marinho, produzido de forma alternativa, não representa nenhum perigo à saúde humana, pois sua produção é feita a partir de estudos de resgate dos conhecimentos tradicionais, construídos historicamente pelas comunidades rurais. O resultado é um produto que garante qualidade à produção da carne bovina, pois supre as carências de alguns minerais e combate doenças causadas no gado, como carrapatos.

“Se a gente usasse hormônios e agrotóxicos no gado, nada disso estaria acontecendo. Mas essa é uma escolha política, uma postura ética do movimento, é o nosso compromisso com a produção de alimentos saudáveis, com o respeito ao meio ambiente e a cultura do nosso povo”, questionou o Valdeci.

### **Agronegócio X Agricultura Camponesa**

Segundo Valdeci, o que está por trás do falso discurso jurídico e científico de garantir qualidade sanitárias aos alimentos, é a garantia do lucro exorbitante das grandes empresas transnacionais, que ganham milhões com o modelo químico de produção vigente. “Isso tudo se dá às custas da saúde da população. Ao mesmo tempo em que essas empresas produzem as doenças advindas desse modelo, também produzem o remédio. É um negócio muito lucrativo”, denunciou.

É o que acontece, de acordo com o camponês, com o modelo de agricultura desenvolvido pelo agronegócio. Ao se utilizar livremente de hormônios e pesticidas nos seus gados, agrotóxicos e outros produtos químicos nas suas plantações, o agronegócio

cria um sistema “altamente perigoso à saúde humana, com a lei e o estado assegurando e financiando sua atividade”, questionou Valdeci.

“Reivindicamos uma legislação realmente comprometida com a saúde da população, que seja adaptada à realidade da pequena produção da agricultura camponesa e à produção agroecológica, para que possamos continuar produzindo alimentos saudáveis, com base em métodos naturais, sem uso de venenos e químicas, com respeito ao meio ambiente e à nossa cultura”, pontuou.

### **Resistência camponesa**

Ao final da inspeção, os técnicos pediram para que Valdeci assinasse documentos autorizando a ação do MAPA. Numa ação de resistência, ele se negou. Na segunda-feira (17), os técnicos voltaram à propriedade na companhia de policiais militares para que o camponês se sentisse intimidado e assim aceitasse assinar os documentos. Valdeci se manteve contrário e não assinou.

“Continuaremos resistindo, em nome de cada camponês e camponesa que trabalha arduamente para manter viva a agroecologia e a agricultura camponesa. Nós, enquanto MPA, pedimos a solidariedade à toda classe trabalhadora, do campo e da cidade, para que possamos vencer essa batalha contra essa legislação à serviço dos interesses das transnacionais e insensível à nossa realidade”, conclamou

---

### **Brasil - solução na agroindústria. José Milton Dallari – O Estado de São Paulo. 21/09/2012**

O Brasil sofre de miopia em relação à sua verdadeira vocação industrial. Temos um parque automobilístico moderno, mas que hoje precisa de incentivo fiscal, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para ajudar a economia a crescer. No setor têxtil, fomos ultrapassados pelos produtores chineses, coreanos e por vizinhos latino-americanos que têm ajuda do governo por meio de subsídios. Basta uma olhada nos números do PIB do 2.º trimestre para saber onde o Brasil deveria apostar as suas principais fichas: na agroindústria.

A economia brasileira cresceu 0,4% no 2.º trimestre deste ano, na comparação com o 1.º trimestre. E foi a agropecuária que sustentou essa alta, diga-se, muito aquém do que se esperava. O setor expandiu-se 4,9%, com destaque para uma safra recorde de milho e uma colheita abundante de café.

Se, no passado, o País tivesse escolhido a agroindústria como uma de suas prioridades, certamente já teríamos ultrapassado os EUA como maior produtor mundial de alimentos.

Ter um parque industrial diversificado é importante, mas é fato também que cada nação deve focar os setores em que pode ser mais forte para competir com vantagem no mundo globalizado. Tome o exemplo do Japão. O país fez uma transição gradual de sua indústria têxtil, de ferro e aço e de construção naval para automóveis, maquinaria e engenharia. Depois, focou nas indústrias de alta tecnologia, como computadores, semicondutores e eletrônica. A Alemanha, por sua vez, incrementou o setor de



construção de máquinas e equipamentos, que hoje já é o segundo maior da indústria alemã. Esse setor se caracteriza por empresas médias, com flexibilidade em reduzir ou aumentar a jornada de trabalho e grande capacidade tecnológica. Perde em tamanho apenas para o setor automobilístico.

Veja por que o Brasil poderia ser uma superpotência do campo. O País já tem 388 milhões de hectares cultiváveis, com alta produtividade, e mais 90 milhões ainda por cultivar. Até terras que eram improdutivas, como o Cerrado, se tornaram produtivas graças à tecnologia desenvolvida pela Embrapa. Quase 13% da água doce disponível no planeta está no Brasil. O clima é diversificado e o regime de chuvas, regular. Hoje, é possível colher três safras por ano, com muita tranquilidade. São essas as condições suficientes para que o País lidere a produção e a venda de alimentos no mundo.

Poderíamos ter aproveitado esses atributos para criar uma indústria capaz de agregar valor à carne bovina, ao suco de laranja, ao frango, ao café. Por que exportar esses produtos como simples commodities, com preço muito mais baixo do que o pago pelo produto industrializado? Por que o café da Colômbia conquistou fama mundial, e não o brasileiro? A Alemanha, que não planta café, é atualmente um dos maiores produtores de café industrializado do mundo. Ora, essa função é do Brasil.

Uma das explicações é que o agronegócio sempre foi considerado uma atividade "menor" entre os setores da indústria. Existe, sim, um problema cultural entre nós, uma espécie de preconceito velado, que vem causando prejuízo ao longo dos anos. A agricultura, para a elite, é uma atividade inferior à produção de automóveis ou maquinário. Nos EUA, criou-se um parque industrial sofisticado, mas a agricultura nunca foi deixada em segundo plano.

O estudo do governo Brasil - Projeções do Agronegócio mostra que a expectativa é de que a safra de grãos cresça 23% em uma década, com o incremento de 32,9 milhões de toneladas, para um total de 175,8 milhões de toneladas em 2020/2021. Isso levando em conta as culturas de arroz, feijão, soja, milho e trigo. Como se vê, dá para recuperar o prejuízo. O governo precisa investir em infraestrutura para que os produtos agrícolas sejam postos com rapidez no mercado internacional. A falta de ferrovias e as estradas ruins fazem nossos produtos perderem competitividade.

É preciso corrigir essa miopia em relação ao agronegócio.

### **Honduras planeja ceder novas cidades a estrangeiros. Vitor Paolozzi – Valor Econômico. 21/09/2012**

O governo de Honduras pretende levar o neoliberalismo no país a um novo patamar e está desenvolvendo um plano para entregar a investidores estrangeiros a criação e boa parte do controle de três novas cidades. Inicialmente, o projeto era para a construção de cidades-Estado inspiradas em Cingapura e Hong Kong, que contariam com suas próprias leis, sistema tributário, Judiciário e forças policiais, mas, devido à forte oposição que encontrou, agora a iniciativa está colocada num nível um pouco abaixo, de zonas livres autônomas que não colocariam em questão a soberania do país.

O objetivo do governo de Porfirio Lobo, que chegou à Presidência de Honduras em eleições realizadas após o golpe militar que destituiu Manuel Zelaya em 2009, é criar centenas de milhares de empregos e tornar o país mais atraente para investidores internacionais - de modo geral repelidos pela alta criminalidade, corrupção e instabilidade política.



A base de Lobo no Congresso, após a aprovação das "regiões especiais de desenvolvimento" (RED, na sigla em espanhol), ou ainda "cidades-modelo", anunciou que, com a medida, "Honduras se converteu em pioneiro no mundo na criação de espaços territoriais ideais para que capitais estrangeiros possam instalar-se em condições de maior segurança jurídica, para gerar dinamismo econômico no país".

Após a apresentação do projeto, críticos fizeram uma série de objeções. Argumentaram que a cidade-Estado, com o seu conjunto próprio de leis, poderia ignorar os direitos trabalhistas dos hondurenhos e adotar padrões baixos de proteção ao ambiente. Também apontaram a inconstitucionalidade do projeto, especialmente o fato de que o governo estaria abdicando da soberania sobre os territórios onde as cidades seriam construídas.

Houve, então, um recuo por parte do governo e do MGK Group, grupo de investidores que participa da iniciativa. Michael Strong, diretor do MGK, diz que foi feita uma nova versão do projeto, com várias alterações. Segundo ele, agora "as terras [para as cidades] serão compradas a preços de mercado de pessoas que estarão voluntariamente cedendo a propriedade". Depois, serão passadas ao Estado, que as devolverá por meio de um contrato de arrendamento.

Strong diz ainda que houve muitos mal-entendidos quanto às leis que valerão nas cidades. "Muitas pessoas acreditam que os hondurenhos não estarão sob a lei do país. A nossa proposta é que os hondurenhos dentro das REDs terão a possibilidade de escolher a lei hondurenha, se preferirem."

Além dos questionamentos jurídicos, a credibilidade do projeto foi colocada em dúvida também pela falta de informações sobre o grupo de investidores. Inicialmente, o governo anunciou que a parceria era com a empresa NKG. Depois, houve referências ao nome MKG. Em seguida, quando a mídia hondurenha publicou que havia uma MKG que tinha se envolvido em um escândalo na Venezuela, com a PDVSA, anunciou-se que o nome na verdade era MGK Group.

O governo hondurenho sofreu há cerca de duas semanas um revés, quando o economista americano Paul Romer, da Universidade de Nova York, anunciou que estava se

distanciando da iniciativa. Ele comandaria uma comissão encarregada de dar transparência ao projeto. Para desistir, Romer alegou falta de informações e de meios para fiscalizar as negociações do governo com o grupo de investidores.

Apesar das justificativas dos defensores do plano, a Suprema Corte aceitou a interposição de 14 recursos contra o projeto. Os recorrentes afirmam que o decreto afeta disposições pétreas da Constituição, como as relativas ao território nacional e à forma de governo. Também impugnam os locais escolhidos para receber as novas cidades, já que a Carta não permite a propriedade por estrangeiros de terrenos situados numa faixa de 40 quilômetros a partir do litoral e das fronteiras. Segundo o presidente da Corte Suprema, Jorge Rivera Avilés, a decisão será dada "oportunamente".

---

### **Cotação recorde dos grãos faz o preço da terra disparar. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 21/09/2012**

Empurrado pelos bons preços dos produtos agrícolas, o valor da terra subiu nos principais países produtores de grãos. No Brasil, a alta foi geral, segundo José Vicente Ferraz, diretor-técnico da Informa Economics FNP.

"A situação ficou um pouco mais complicada nas regiões produtoras de frutas", afirma ele. A crise econômica mundial provocou uma redução nas importações de frutas, afetando a renda desses produtores.

Nos últimos 12 meses, no entanto, quando os produtores colocaram o foco no mercado interno, os preços da terra começaram a se recuperar, obtendo alta de 32% em 12 meses.

A terra dedicada ao plantio de soja continua com forte ascensão, devido aos preços recordes da oleaginosa.

As pesquisas bimestrais da FNP indicam que o valor da terra nos Estados do Centro-Oeste e regiões do Norte e do Nordeste subiram 10% no primeiro semestre.

As próximas pesquisas podem indicar evolução ainda maior porque os preços dos grãos tomaram ímpeto maior a partir de julho.

Tendo a soja como base de referência nos preços, o hectare de terra já acumula elevação de 150% nos últimos 36 meses na cidade de Sinop, em Mato Grosso.

Outro setor que tem um bom cenário é o da pecuária, devido à recuperação do preço da carne. O aumento da terra atingiu 180% nos últimos três anos.

Mesmo com a valorização da carne, a pecuária não consegue competir com a renda da soja que, por ser mais rentável, ocupa parte das áreas de pastagens, diz Ferraz.

### **ESTADOS UNIDOS**

O cenário nos Estados Unidos não foi diferente. O aumento no preço da terra chegou a 36% nos últimos 12 meses, como o ocorrido no Estado de Nebraska.

No Meio-Oeste dos EUA, região mais propícia para a produção de grãos, o aumento médio no preço da terra foi de 19%, segundo acompanhamento do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Economistas da Universidade de Purdue disseram que esteve a favor desse aumento a elevação de renda líquida dos produtores, taxas de juros favoráveis, além da demanda forte por grãos e uma oferta reduzida.

---

### **Novas rotas do agronegócio. Felipe Luchete – Folha de São Paulo. 23/09/2012**

*Construção e expansão das ferrovias brasileiras deverão resultar em impulso às exportações de soja e carne bovina*

As novas ferrovias planejadas pelo governo federal deverão abrir caminhos de exportação principalmente para a soja e a carne bovina, ao ligar o Centro-Oeste a portos de quatro regiões do país.

Hoje, os trens só chegam à porta de entrada do agronegócio no país -Alto Araguaia (MT), na divisa com Goiás.

Paulo Resende, coordenador do núcleo de logística da Fundação Dom Cabral, diz que os novos corredores anunciados em agosto pelo Planalto irão reduzir os custos das cadeias produtivas.

O pacote prevê a construção ou o aumento da capacidade de 12 linhas -ou 10 mil km- em 30 anos.

Uma delas chegará a Lucas do Rio Verde, no centro de Mato Grosso, e permitirá que os grãos escoem até portos das regiões Sul, Sudeste, Nordeste ou Norte. A integração será possível quando estiver pronta a ferrovia Norte-Sul, que cortará o país.

Cerca de 60% da soja produzida hoje em Mato Grosso vai de trem para Santos. Os quase 10% que vão a Vitória dependem de caminhões até Araguari (MG). As novas linhas devem beneficiar também o escoamento da carne bovina e de frango.

A União Brasileira de Avicultura espera ainda o fim do gargalo para a chegada de grãos do Centro-Oeste. Além da extensão da malha, os produtores de Mato Grosso esperam uma redução no frete.

---

### **Agricultor familiar pode ser beneficiado com novas tecnologias. Site do MDA. 24/09/2012**

Com o objetivo de potencializar e dar mais competitividade para a agricultura familiar por meio do uso de tecnologias avançadas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa, pela primeira vez, nesta terça-feira (25), da Reunião da Câmara Setorial da Agricultura de Precisão. O coordenador da Rede Brasil Rural e do Programa Mais Alimentos, Marco Antônio Viana Leite, representa o MDA que, junto ao

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), visa difundir o conceito e as técnicas de Agricultura de Precisão.

De acordo com Marco Antônio, nesse primeiro momento, a ideia é introduzir inovações tecnológicas nas políticas públicas e programas direcionados aos agricultores familiares. “Queremos ver como podemos somar, o que podemos levar de novidade para dentro do Mais Alimentos que vai fortalecer e aumentar a competitividade do agricultor familiar”, explicou.

#### Técnica

Com essa técnica de automação agropecuária por meio de alta tecnologia o produtor consegue racionalizar e otimizar a produção reduzindo as perdas e o impacto ambiental. A prática utiliza dados estatísticos sobre o solo e o clima para estabelecer as condições ideais para as espécies cultivadas. O resultado é o aumento da produtividade e da renda.

---

### **Renda cresceu e ficou menos concentrada, aponta Pnad. Alessandra Saraiva e Diogo Martins – Valor Econômico. 24/09/2012**

A concentração de renda do trabalho no Brasil diminuiu entre 2009 e 2011. Mas, os mais bem remunerados ainda concentram mais de um terço do total de ganhos originados do trabalho no país, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira, ao divulgar a edição mais recente de sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Informações do levantamento mostram que, em 2011, 10% da população ocupada no mercado de trabalho brasileiro concentrava 41,5% do total de rendimentos do trabalho. Embora ainda elevado, este percentual representa uma melhora ante 2009, quando a fatia para a mesma faixa era maior, de 42,5%. Já os 10% da população ocupada no mercado de trabalho com os rendimentos mais baixos responderam por 1,4% do total dos ganhos - sendo que, em 2009, este percentual era de 1,2%.

Outra notícia salientada pelo instituto foi a performance do Índice de Gini para os rendimentos de trabalho no Brasil, que recuou de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011. O indicador mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Quanto mais próximo de zero, menos concentrada é a distribuição dos rendimentos.

O avanço da renda do trabalhador ocorreu em todas as regiões do país e em todas as categorias de emprego pesquisadas pelo IBGE. Houve um incremento de 8,3% na renda do trabalhador de 10 anos ou mais de idade entre 2009 e 2011, de R\$ 1.242 para R\$ 1.345 no período.

Entre as regiões, o maior avanço foi apurado na região Nordeste, onde a renda média real do trabalho saltou 10,7% no período, de R\$ 822 para R\$ 910. O ritmo de aumento no Nordeste foi seguido de perto pela alta registrada na região Centro-Oeste, que mostrou elevação de 10,6% na renda do trabalho no mesmo período, de R\$ 1.469 para R\$ 1.624. Ocorreram, ainda, elevações nas rendas dos trabalhadores das regiões Sudeste (7,9%); Norte (7,7%); e Sul (4%), cujos valores de renda média originada do trabalho

avançaram de R\$ 1.411 para R\$ 1.522; de R\$ 1.021 para R\$ 1.100; e de R\$ 1.405 para R\$ 1.461, respectivamente.

De maneira geral, a evolução da renda do trabalho nas regiões obedece a uma tendência detectada pelo IBGE na Pnad: os níveis de salários mais baixos foram os que mostraram maior magnitude de crescimento entre 2009 e 2011. Cálculos do instituto mostram que a maior elevação nos rendimentos do trabalho (29,2%), entre 2009 e 2011, ocorreu entre os 10% da população ocupada com rendimentos mais baixos. Neste período de comparação, nesta faixa pesquisada de menores ganhos, a renda média do trabalhador subiu de R\$ 144 para R\$ 186.

A Pnad também mostrou que a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade recuou de 9,7% para 8,6% no país entre 2009 e 2011. Porém, mesmo com o recuo, o Brasil ainda tinha 12,9 milhões de analfabetos em 2011.

A maior queda na parcela de analfabetos, no período, ocorreu na região Nordeste, cuja taxa passou de 18,8% em 2009, ano de referência da Pnad anterior; para 16,9% no levantamento anunciado hoje. Mas a redução não deve ser motivo de comemoração: o IBGE ressaltou que, mesmo apresentando quedas sucessivas nos últimos anos, a taxa de analfabetismo na região Nordeste atinge quase o dobro da média nacional.

---

#### **Rússia põe mercado de grãos em alerta. Emiko Terazono e Courtney Weaver – Valor Econômico/Financial Times. 24/09/2012**

A Rússia, um dos cinco maiores exportadores de trigo do mundo, deixou o mercado de commodities agrícolas em alerta na sexta-feira ao sugerir uma reviravolta política que poderá levar à restrição de suas exportações de grãos se os preços domésticos subirem ainda mais.

Andreu Belousov, ministro do Desenvolvimento Econômico do país, disse a jornalistas que uma eventual proibição das exportações de grãos é ainda possível. Foi o primeiro sinal de uma autoridade graduada do governo de que Moscou poderá reintroduzir restrições parecidas com as que impôs na temporada 2010/11, depois que uma seca derrubou sua produção.

Nos bastidores de uma conferência, Belousov disse ser "completamente possível" que o governo russo venha a limitar os embarques de grãos. A atual safra (2012/13) também foi afetada por uma severa estiagem e os traders de commodities agrícolas temem que o excedente de grãos para exportação esteja limitado.

No entanto, horas depois da declaração de Belousov, Arkady Dvorkovich, vice-primeiro-ministro russo encarregado da política agrícola do país, disse que a Rússia não imporá restrições às exportações, o que deixou os traders apreensivos quanto às vendas futuras de grãos de um dos principais produtores mundiais.

A posição oficial de Moscou nos últimos dois meses tem sido a de que o governo não pretende proibir as exportações, mas alguns especialistas temem que ele venha a recorrer a instrumentos informais e menos óbvios. Eles não descartam que o acesso às

ferrovias seja limitado propositalmente e que o transporte para os portos fique mais lento que o normal, o que poderia reduzir, assim, o fluxo dos embarques.

Belousov disse que qualquer decisão dependerá dos preços domésticos. "É claro que somos simplesmente obrigados a proteger o mercado interno (...) Não permitiremos uma alta nos preços dos grãos e dos alimentos".

Andrey Sizov, diretor da Sovecon, uma consultoria de Moscou especializada em agricultura, disse que os preços domésticos dos grãos, que começaram a subir no último mês, aumentaram cerca de 4% na semana passada porque os agricultores estão segurando suas produções antevendo preços mais altos.

"Os preços subiram cerca de US\$ 2 a US\$ 3 por tonelada nas últimas semanas. Esta semana [semana passada], os preços subiram cerca de US\$ 10", disse Sizov, acrescentando que a alta dos preços começa a afetar a pecuária na parte central do país.

Em Paris, o preço do trigo para moagem com entrega em janeiro de 2013 recuou 0,6%, para 261,50 a tonelada na sexta; nas bolsas dos EUA houve valorização

---

### **Harmonização agroindustrial. Decio Zylbersztajn – O Estado de São Paulo. 24/09/2012**

A cada leitura que faço de notícias sobre tensões entre agricultura e indústria, lembro-me de Ray Goldberg. Foi o octogenário professor de Harvard que motivou o estudo da agricultura não como um setor isolado, mas conectado aos demais setores da economia. Parece óbvio, mas, na prática, está longe de sê-lo.

No trabalho de 1968 chamado Agribusiness Coordination, o professor Goldberg estudou os sistemas de produção de trigo, laranja e soja nos EUA. Identificou duas tendências: a necessidade de aprimorar os mecanismos de coordenação agroindustrial; e o crescente poder da indústria e da distribuição de alimentos. Do valor total gerado nos sistemas produtivos de base agrícola, uma parcela crescente caberia ao processamento e distribuição, renunciando que as margens da fase agrícola seriam mais apertadas.

Goldberg inovou ao criar o termo agribusiness, para significar o atrelamento da fase agrícola aos demais setores. Para ele, a produção agrícola é parte integrante de um sistema que tem por objetivo levar os produtos à mesa do consumidor. O termo "agronegócio", na sua origem, nada tinha que ver com a "grande produção", tal como é interpretado no Brasil. Basta ver a série dos estudos de caso do programa de agribusiness de Harvard dos últimos 30 anos, que cobrem grandes e pequenas organizações.

O professor Goldberg não é um economista agrícola típico, cuja tradição foi o estudo da economia da produção agrícola. Diferentemente, ele nos convida a estudar as estratégias dos atores envolvidos nos sistemas agroindustriais. Em vez da mão invisível dos mercados, a abordagem de sistemas agroindustriais abriu caminho para o estudo das estratégias de coordenação caracterizadas por contratos e acordos entre produtores de insumos, agricultores, processadores e distribuidores de alimentos.

Os preços não são suficientes para a coordenação dos sistemas agroindustriais modernos. Mecanismos contratuais são adotados refletindo estratégias conjuntas de geração e compartilhamento de valor. Elaborar estratégias conjuntas não significa que os conflitos são eliminados, só que são explicitados e gerenciados. A ideia central é cooperar para gerar valor com base em regras de compartilhamento de resultados e riscos.

Desde que Goldberg escreveu seu texto, nos anos 60, as necessidades de coordenação aumentaram. Os consumidores passaram a exigir características especiais nos produtos; aumentou a regulação dos mercados de base agrícola; a biotecnologia causou reações inesperadas em grupos de consumidores; cresceu o movimento de alimentação orgânica, com todo um espectro de significados para o termo. A década de 2010 vem se caracterizando pela elevação e volatilidade dos preços dos produtos agrícolas, acompanhada por maiores custos de produção, redução dos estoques mundiais e choques de oferta, associados às mudanças climáticas.

Os mecanismos de coordenação refinados se tornaram mais necessários nos sistemas agroindustriais tanto dos produtores corporativos como de produtores empresariais familiares. Ambos têm a responsabilidade de alimentar uma população global de 7 bilhões de pessoas com renda crescente e, ao mesmo tempo, atender às exigências de sustentabilidade socioambiental. Os dois paradigmas são fortemente interligados e interdependentes. A produção em larga escala e baixos custos permite concentrar áreas de produção globais e atender ao aumento da demanda. A produção de base empresarial familiar, por sua vez, é necessária para ofertar alimentos e atender ao crescente mercado que valoriza a produção familiar. Os dois paradigmas utilizam tecnologias de ponta, estão premidos pela elevação dos custos de produção, são expostos ao choque climático e têm suas margens reduzidas.

Não há como não corroborar a visão de Goldberg. Ele acertou, nos anos 60, ao apontar para a necessidade de ferramentas especializadas de coordenação. As notícias recorrentes dos conflitos em sistemas agroindustriais, como os da laranja e da carne bovina no Brasil, nos fazem perceber que as lideranças desses setores perdem uma oportunidade preciosa. São setores que demonstraram competência tecnológica para produzir a custos competitivos e ampliaram a sua participação nos mercados globais. Ao mesmo tempo, ignoram as oportunidades existentes de geração de modelos de estratégias compartilhadas, redutoras de custos de transação.

Outros setores do agronegócio incorporaram uma visão inovadora que considera conceitos como direitos das terceiras partes; cogeração de conhecimento; adoção de padrões de transparência; e responsabilidade socioambiental além do discurso. Os gestores das organizações de base agrícola, ao mesmo tempo que enfrentam desafios de custos - dados os limites de recursos disponíveis, a elevação da demanda global e o aumento da volatilidade dos mercados agrícolas -, também têm desafios para gerenciar relações de produção transparentes e duradouras.

Os conselhos das corporações atuantes nos sistemas de base agrícola, os governos e as entidades de representação setorial podem observar uma regra simples: se a agenda setorial é tomada exclusivamente pelo debate de preços e custos, algo me diz que perdem grande oportunidade de preparar o futuro.

---



## **CNA apresenta primeiro vídeo da campanha Time Agro Brasil – Site da CNA. 25/09/2012**

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, em palestra intitulada “A Importância da Comunicação no Agro”, durante o Global Agribusiness Forum, em São Paulo, apresentou a campanha publicitária Time Agro Brasil, que terá Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, como garoto-propaganda.

Segundo a senadora, o objetivo da campanha, feita em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), é dar confiança e credibilidade ao produto brasileiro perante o público urbano, resgatando a auto-estima, o orgulho e a confiança do produtor brasileiro. "Ninguém como o Pelé, com credibilidade internacional, para mostrar o quanto os nossos produtos são saudáveis e confiáveis", afirmou. A campanha publicitária conta, ainda, com a participação dos ex-ministros da Agricultura Alysson Paulinelli e Roberto Rodrigues, além da própria senadora.

A presidente da CNA destacou que a entidade vem investindo em comunicação para mostrar a realidade do setor, quebrar preconceitos e fortalecer a agropecuária. Citou, ainda, uma série de ações desenvolvidas pela entidade desde que assumiu a presidência da entidade. "Distribuímos aparelhos blackberry para os presidentes de Federações e de sindicatos rurais. Agora, eles estão em sintonia direta conosco e podemos retransmitir mensagens em tempo real para os produtores. Nós também criamos o site Canal do Produtor, entramos nas redes sociais, visitamos as redações de todos os grandes jornais e, recentemente, passei a escrever uma coluna no jornal Folha de São Paulo, fato que muito me alegra."

Segundo ela, a intenção da CNA é combater os preconceitos reproduzidos tanto pela mídia nacional quanto internacional contra o produtor brasileiro. "Combatemos aqueles que nos taxavam de destruidores do meio ambiente, ao mostrar que, mesmo com o novo Código Florestal, as atividades agropecuárias continuarão a ocupar apenas 27,7% do território nacional, e que os 61% do território cobertos com vegetação nativa continuarão preservados." Para debater o Código Florestal, Kátia Abreu ministrou 150 palestras sobre o Código Florestal, visitou embaixadas e os principais veículos de mídia impressa e on line no exterior.

### **Código Florestal**

Sobre a votação do novo Código Florestal, nesta terça-feira, a presidente da CNA afirmou que está satisfeita, como cidadã, com o resultado do Código Florestal que será votado nesta terça-feira, em Brasília. "Como produtora, eu posso ter minhas ressalvas em relação ao Código, mas como cidadã acredito que esse documento é um grande avanço para as discussões entre agricultura e meio ambiente no Brasil", afirmou.

---

## **Oficina do MDA discute maneiras de trabalhar Ater para quilombolas. Site do MDA. 25/09/2012**

Encontrar uma maneira de trabalhar no campo seguindo sua cultura e tradição diferenciada é o principal tema do debate entre representantes dos povos e comunidades tradicionais na primeira oficina de constituição da Rede Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola. O evento, promovido pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater /MDA) e pela Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT/MDA), começou nesta terça-feira (25) e termina na quarta-feira (26).

O coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, aponta que o encontro vai servir como base para estruturação da rede que pretende qualificar especificamente povos e comunidades tradicionais levando em consideração suas características. “O MDA está proporcionando esse momento porque foi uma necessidade levantada por eles e queremos ouvi-los e ajudá-los”, explicou.

A criação da Rede Temática de Ater Quilombola foi uma das propostas aprovadas durante o 1º Seminário Nacional de Ater Quilombola, realizado em março deste ano. Como primeiro passo, a oficina reúne representantes de entidades oficiais e da sociedade civil prestadoras de Ater e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Para o coordenador nacional da Conaq, Denildo Moraes, a oficina é importante para que seja reforçado o conceito de que o campo é múltiplo, tem diversidades e que os povos e comunidades tradicionais estão inseridos nesse universo. “As comunidades quilombolas são diferentes em vários quesitos, por isso, tem que haver uma discussão de Ater específica para esse público. Queremos que as entidades prestadoras de Ater também levem em consideração essa diversidade”, ressaltou. “Temos que entender Ater dentro de um conjunto mais amplo, que não vem só com o técnico, é um conjunto de metas e respostas que vem para atender esse povo”, concluiu.

Lúcia Helena Ramos, representante da entidade prestadora de Ater, que atua em Pernambuco, Instituto Vida, espera que por meio da criação da Rede Temática de Ater Quilombola seja possível articular todas as entidades que trabalham com essa atividade. “Isso é importante porque é uma forma de darmos uma visibilidade maior para as políticas e atividades que estamos promovendo com as comunidades”, afirmou.

Com a expectativa de que se forme uma rede temática que discuta fundamentalmente as atividades e ações inerentes à produção dos povos e comunidades tradicionais, Samuel Feldman, representante da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), descreve a oficina como um momento fundamental para reafirmar a história e cultura desses povos. “É uma tradição que precisa ser preservada, que têm valores que precisam ser recuperados, pessoas que precisam produzir, se sustentar e sobreviver dentro do universo da agricultura familiar”, pontuou.

Redes Temáticas

As redes temáticas foram criadas em 2007 com o objetivo de fortalecer e qualificar temas significativos para a agricultura familiar. Atualmente, estão em funcionamento 13 redes que envolvem mais de 500 agentes de assistência técnica e extensão rural e suas respectivas entidades.

---

### **Pobreza no Brasil caiu em uma década o que era previsto para 25 anos – Site do MDS. 25/09/2012**

Pela primeira vez, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostra redução na desigualdade de forma sustentada, diz Ipea. Instituto destaca ainda a importância do Bolsa Família para a melhoria das condições de vida dos brasileiros mais pobres

Brasília, 25 – Em uma década, as linhas de pobreza e extrema pobreza no Brasil se reduziram mais de 55%. Em 2001, população com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza era de 24% do total. Em 2011, esse índice chegou a 10,2%. “Ou seja, a gente cumpriu a meta do milênio, que era fazer isso em 25 anos”, afirmou nesta terça-feira (25) o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Néri. Ele apresentou o relatório “A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda”, feito a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última sexta-feira (21). O estudo do Ipea mostra ainda a importância do Programa Bolsa Família, aliado ao aumento do salário mínimo, para a melhoria das condições de vida dos brasileiros menos favorecidos economicamente.

Segundo o relatório, durante a última década, o Brasil reduziu a desigualdade social, fato que não ocorria de forma contínua e não chegava a índices tão baixos desde 1960, quando a série histórica começou a ser construída. “Este é o menor nível de desigualdade da história documentada, embora o Brasil ainda seja desigual”, enfatizou Néri. O Índice Gini, que mede a desigualdade, chegou a 0,527 em 2011 – quanto mais próximo de 0, menos desigual é um país. Em 2001, o Índice Gini do país era 0,61 e, em 1960, era 0,535.

O presidente do Ipea destacou a importância das políticas públicas brasileiras para este bom desempenho. Ele lembra que, quando houve a crise dos alimentos em 2007, com aumento dos preços das commodities, o governo federal reajustou o valor do Bolsa Família, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para garantir a alimentação. Outro exemplo importante citado por ele foi a ação Brasil Carinhoso, lançada em maio, que já está sendo paga e vem reduzindo ainda mais a extrema pobreza.

Ele ressaltou a efetividade do Bolsa Família para a redução da desigualdade, com custo menor para o Estado que outras transferências. “Cada real que você gasta com o Bolsa Família reduz a desigualdade 350% mais que cada real que você gasta com Previdência”. A avaliação do Ipea é que se todos os recursos gastos com a Previdência Social na década fossem para o programa, a desigualdade teria caído 129%.

A redução da desigualdade foi resultado da elevação da renda, sobretudo do trabalho (responsável por 58%), da Previdência (19%), do Programa Bolsa Família (13%), do Benefício de Prestação Continuada (4%) e outras (6%). “Ou seja, há muitos programas

sociais, aposentadoria, pensões e PBC, mas o principal motor desta subida na vida e saída da pobreza no Brasil foi a renda do trabalho, embora esses programas sejam importantes”, avaliou Néri.

A pesquisa também mostrou que a renda subiu mais para os analfabetos (88,6%) do que para aqueles que têm mais de 12 anos de estudo (queda de 11,1%). Segundo Neri, isso é reflexo de um “apagão de mão de obra” não qualificada. Ou seja, como a escolaridade do brasileiro melhorou, menos gente quer fazer trabalhos não qualificados.

Mais igualdade – Segundo os dados da Pnad, os 10% mais pobres tiveram aumento real de renda (91,2%) maior que os 10% mais ricos (16,6%). Do mesmo modo, cresceu mais no Nordeste (72,8%) que no Sudeste (45,8%) e teve elevação maior nas zonas rurais pobres (85,5%) que nas cidades (57,5%).

Néri afirmou que os números mostram que a melhoria das condições sociais devem continuar na década atual. A partir da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE, os pesquisadores do Ipea demonstram que a renda média do brasileiro continua crescendo – 5,7% entre junho do ano passado e de 2012. No mesmo período, o Índice Gini caiu 3,2% e a pobreza nas metrópoles foi reduzida em 11,1%.

---

#### **PIB do agronegócio cai 1,6% no 1º semestre. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 25/09/2012**

O Produto Interno Bruto do agronegócio (PIB) acumulou uma retração de 1,55% no primeiro semestre de 2012. A estimativa foi divulgada ontem pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq).

De acordo com o levantamento, o setor apresentou retração em todos os seis primeiros meses do ano. Em junho, a produção encolheu 0,22%, em termos anualizados, ante uma redução de 0,40% em maio. O indicador leva em conta o desempenho de toda a cadeia ligada à produção agropecuária, inclusive os segmentos de insumos (“antes da porteira”), distribuição e processamento industrial (“depois da porteira”).



Considerando-se o agronegócio como um todo, no primeiro semestre, os segmentos industrial e de distribuição foram os principais responsáveis pelo resultado negativo, com quedas de 3,95% e 1,49%, respectivamente. O resultado da indústria foi

comprometido principalmente pelo desempenho da produção de calçados (-4,65%), vestuário (-6,55%), açúcar (-7,01%), têxteis (-10,53%) e etanol (-19,31%).

"Desde o ano passado, a indústria ligada ao setor vem perdendo competitividade em relação aos produtos importados, e essa é a principal explicação para a queda", afirma Adriana Ferreira Silva, pesquisadora do Cepea. Ela chamou ainda atenção para a retração da produção sucroalcooleira, decorrente da menor produtividade das lavouras e da menor demanda por etanol hidratado nos postos.

Já a produção primária ("dentro da porteira") ficou praticamente estagnada no primeiro semestre (+0,02%). A atividade agrícola amargou uma queda acumulada de 2,18%, apesar da alta de 0,52% em junho - a primeira desde novembro de 2011.

O movimento reflete em grande parte a quebra da produção em culturas como soja, algodão, cana-de-açúcar e trigo, além da baixa nos preços de produtos como o café e a laranja - ao contrário das metodologias convencionais para cálculo de PIB, nas quais os preços são constantes, o Cepea leva em conta a variação dos preços reais em sua análise.

Em compensação, a produção pecuária acumulou crescimento de 3,03% no primeiro semestre, anulando a retração da atividade agrícola. Segundo o levantamento, a suinocultura e a bovinocultura de corte recuaram 2,2% e 5,31%, respectivamente, pressionados principalmente pela queda dos preços. Em contrapartida, a atividade avícola experimentou um crescimento de quase 15%, acompanhada pelo segmento leiteiro, com alta de 3,28%.

Apesar do fraco desempenho do PIB do agronegócio, a receita dos produtores agrícolas e pecuaristas deve crescer em 2012. De acordo com CNA e Cepea, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) deve chegar a R\$ 351,88 bilhões no ano, um aumento de 7,9% sobre o faturamento de R\$ 326,26 bilhões registrado em 2011.

Segundo o levantamento, a receita da agricultura deverá somar R\$ 216,91 bilhões, uma elevação de 8,9% sobre o resultado de 2011 (R\$ 199,2 bilhões). Já o faturamento da produção pecuária deve crescer 6,2%, de R\$ 127,05 bilhões para R\$ 134,97 bilhões. O aumento é explicado, em grande parte, pela alta dos preços - que mais do que compensou a queda na produção de várias commodities. É o caso da soja, principal fonte de receita no campo brasileiro.

Apesar da queda de 11,9% no volume produzido, para 66,38 milhões de toneladas, o valor bruto da produção de soja deve fechar o ano com crescimento de 19,4%, em R\$ 67,04 bilhões. Já a receita da cana-de-açúcar deverá crescer 20,9%, a R\$ 39,05 bilhões, apesar da queda de 8,1% na colheita, para 657,18 milhões de toneladas.

Por outro lado, o valor bruto da produção de carne bovina deverá cair 5,4%, para R\$ 54,72 bilhões, apesar de um ligeiro aumento na produção. Da mesma maneira, a receita da suinocultura deve desabar 9,2%, para R\$ 9,47 bilhões. Já o faturamento da produção de frango deverá fechar com ano com crescimento de 33,5%, em torno de R\$ 37,5 bilhões.

---

## **Conheça o Brasil Rural Contemporâneo 2012. Site do MDA. 26/09/2012**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza, pela oitava vez, a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo. Entre 21 e 25 de novembro, na Marina da Glória, no Rio de Janeiro, o ministério reúne 650 empreendimentos da agricultura familiar de norte a sul do País para apresentar ao público os produtos deste setor que alimenta o Brasil.

“Queremos fortalecer a imagem da agricultura familiar na sociedade. O Brasil Rural Contemporâneo que nós queremos é um Brasil com gente, com sustentabilidade, com responsabilidade social, com qualidade e diversidade nos produtos, com valorização do conhecimento tradicional e muito mais. E tudo isso poderá ser apreciado pelo visitante da Feira”, afirma o coordenador-geral do evento, Arnaldo de Campos.

### **O que encontrar**

No espaço de 40 mil m<sup>2</sup>, agroindústrias e cooperativas estarão organizadas por regiões, de forma que o visitante possa conhecer a amplitude produtiva e cultural do meio rural brasileiro, com foco na produção sustentável na agricultura familiar. Também haverá espaços especiais para receber o setor privado, fazer negócios e visitas guiadas para potenciais compradores.

Na Praça da Sociobiodiversidade, produtos de alta qualidade da Caatinga, Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal trazem para perto do consumidor o que de melhor esses biomas têm a oferecer. A Casa do Incra apresenta importância da reforma agrária e como é possível produzir de forma sustentável nos assentamentos. O Programa Talentos do Brasil vem com uma nova coleção de roupas e traz alimentos, bebidas e artesanatos pensados especialmente para o setor hoteleiro.

As praças da Cachaça, dos Orgânicos e a Casa do Queijo são uma oportunidade para mostrar a variedade nas formas de produção do mesmo artigo em diferentes regiões. Enquanto isso, na Praça dos Ofícios, será possível acompanhar passo a passo o feito de artesanatos. A Feira também é chance de ter contato com o trabalho das mulheres rurais e dos povos e comunidades tradicionais em ambientes especiais, pensados para cada segmento.

Para os amantes de boa comida, o Brasil Rural Contemporâneo traz uma praça de alimentação baseada nos princípios do movimento Slow Food, sobre a alimentação com consciência e responsabilidade, reconhecendo as conexões entre o prato e o planeta. Nesse espaço será possível consumir produtos da alimentação regional, que valorizam os hábitos alimentares de cada lugar.

O evento ainda conta com uma ampla programação cultural. “Estamos trazendo apresentações coerentes com o nosso objetivo de valorizar o meio rural. É uma programação com fortes raízes”, explica Arnaldo de Campos. Além disso, os pais podem contar com um espaço infantil onde as crianças podem ficar enquanto eles aproveitam a Feira.

### **Quem produz**

A produtora orgânica Diva Vani Deitos participará da Feira pela quinta vez. Ela representa a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), que estará presente no evento pela sétima vez. Para ela, essa é uma iniciativa muito importante para fortalecer a agricultura familiar. “Para nós, produtores, é uma grande oportunidade de ver nosso produto sendo divulgado e inserido no mercado”, conta.

A Apaco tem 33 cooperativas associadas, das quais 13 levarão os produtos à Feira. Sob o selo Sabor Colonial, grande parte dos quase mil itens do catálogo estarão em exposição. Este ano eles trazem novidades nas receitas de panificados, embutidos e outras, mas sem esquecer os sabores tradicionais de salames, queijos e geleias, que segundo Diva, não podem faltar.

A agricultora faz um apelo ao consumidor brasileiro. “Se não for possível ir à Feira, no Rio de Janeiro, vá ao mercado, e peça o produto da agricultura familiar para que esse trabalho continue dando certo”, convida.

---

### **Ditadura matou 1.196 camponeses, mas Estado só reconhece 29 – Site da CPT. 27/09/2012**

Financiada pelo latifúndio, a ditadura “terceirizou” prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados de camponeses que se insurgiram contra o regime e contra as péssimas condições de trabalho no campo brasileiro. O resultado disso é uma enorme dificuldade de se comprovar a responsabilidade do Estado pelos crimes: 97,6% dos camponeses mortos e desaparecidos na ditadura militar foram alijados da justiça de transição.

“É uma exclusão brutal”, afirma o coordenador do Projeto Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência, Gilney Viana, autor de estudo inédito sobre o tema. O estudo revela que pelo menos 1.196 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos do período pré-ditadura ao final da transição democrática (1961-1988). Entretanto, os familiares de apenas 51 dessas vítimas requereram reparações à Comissão de Anistia. E, destes, somente os de 29 tiveram seus direitos reconhecidos. Justamente os dos 29 que, além de camponeses, exerceram uma militância político-partidária forte, o que foi determinante para que fossem reconhecidos como anistiados. “Os camponeses também têm direito à memória, à verdade e à reparação”, defende Viana.

Segundo ele, dentre os 1.196 mortos e desaparecidos no campo, o estudo conseguiu reunir informações sobre 602 novos casos excluídos da justiça de transição, suficientes para caracterizá-los como “graves atentados aos direitos humanos”. Esta caracterização é condição primordial para que sejam investigados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo Gilney, o objetivo é alterar o quadro atual e permitir que essas vítimas usufruam dos mesmos direitos dos militantes urbanos, estabelecidos pela Lei 9.140, de 4/12/1995, que reconheceu como mortos 136 desaparecidos e criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), com mandato para reconhecer outros casos e promover reparações aos familiares que assim o requererem.

As novas vítimas que poderão entrar para a lista oficial de mortos e desaparecidos políticos do país são 75 sindicalistas, 14 advogados, sete religiosos, 463 lideranças de

lutas coletivas e 43 trabalhadores que tomaram em conflitos individuais. “Os dados revelam a ponta de um iceberg de um conjunto bem amplo de perseguidos políticos pela ditadura militar até agora pouco estudado”, acrescenta Viana.

### **Terceirização dos crimes**

Destes 602 casos, em apenas 25% é possível comprovar a efetivação de inquérito policial e, somente em 5%, desfecho judicial. Ainda assim, o estudo conseguiu comprovar a ação direta de agentes de estado em 131 casos, o que facilita o reconhecimento deles como vítimas da ditadura. O problema é que em 471, ou 85% dos casos, as evidências apontam para o fato de que os crimes foram cometidos por agentes privados, ainda que sob a anuência dos representantes da ditadura.

“O Estado se omitiu, encobertou e terceirizou a repressão política e social no campo, executada por jagunços, pistoleiros, capangas e capatazes, a serviço de alguns fazendeiros, madeireiros, empresas rurais, grileiros e senhores de engenhos, castanhais e seringais. Esta hipótese explicativa principal é compatível com o papel importante que a classe dos latifundiários, fazendeiros, senhores de engenho, castanhais e seringais tiveram no golpe, na sustentação da ditadura e na coligação de forças políticas que fizeram a transição”, diz o estudo.

Apesar da dificuldade, Viana avalia que a CNV tem poderes para incluí-los no escopo de investigados. Segundo ele, o Art. 1º da Resolução nº 2, de 20/8, define que caberá ao órgão “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas (...) por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”. “Isso incluiu os crimes realizados pelos agentes do latifúndio em concurso com os da ditadura”, observa.

### **Comissão Camponesa**

Embora o estudo da SDH tenha sido concluído, as mortes e desaparecimentos dos demais camponeses já identificados pelo órgão continuarão sendo apuradas, agora pela Comissão Camponesa pela Anistia, Memória, Verdade e Justiça, criada durante o Encontro Unitário, que reuniu, em agosto deste ano, em Brasília, 37 entidades de camponeses, trabalhadores e militantes dos direitos humanos.

No documento final do encontro, as entidades assumiram o compromisso de “lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão”.

A Comissão, que conta com o apoio da SDH, já se reuniu duas vezes para definir os eixos de luta, buscando, inclusive, conhecer a experiência na reparação de camponeses pelas comissões da verdade de outros países. “Nos encontramos, por exemplo, com o ativista Eduardo Gonzalez, que foi membro da Comissão da Verdade do Peru, onde muitos camponeses foram reconhecidos como vítimas da ditadura”, conta Viana.

A Comissão Camponesa já se reuniu também com membros da CNV, em especial a



psicanalista Maria Rita Kehl, responsável pelo grupo de investigação dos crimes cometidos pela ditadura contra os camponeses.

---

### **Condraf apresenta proposta de Entidade Nacional de Ater. Site do MDA. 27/09/2012**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) apresentou, em reunião extraordinária realizada na manhã desta quinta-feira (27), a proposta da criação de uma Entidade Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para coordenar os serviços de Ater no meio rural brasileiro. A criação do órgão foi reforçada pela presidenta Dilma Rousseff no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, em julho.

O evento contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário e presidente do Condraf, Pepe Vargas, conselheiros, convidados permanentes e representantes das unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O ministro destacou a importância do espaço de debate promovido pelo conselho. “Estamos cumprindo o compromisso que assumimos, de valorizar o Condraf enquanto espaço de discussão e debate sobre a universalização da Ater”, afirmou.

De acordo com as propostas do Grupo de Trabalho Estratégico (GTE), no âmbito do Condraf, a nova entidade vai desempenhar a função de organizar e coordenar o sistema de Ater, regulamentar e descentralizar a execução dos serviços, credenciar entidades executoras e promover a formação e qualificação permanente de agentes de Ater conforme a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Além disso, será estimulada e garantida a participação social ativa dentro da nova entidade, que atenderá prioritariamente o público definido na Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006).

O ministro Pepe Vargas elogiou a proposta do conselho, destacando afinidade com as políticas do ministério. “Temos total identidade com a proposta apresentada, que dialoga com o trabalho do MDA”, ressaltou. Sobre a definição do público atendido, o ministro afirmou que a prioridade é atender as famílias agricultoras definidas na lei, mas o novo órgão não deverá ignorar segmentos que não se enquadrem como agricultura familiar e que eventualmente necessitem de Ater. “Nosso objetivo é garantir um processo em que nosso público tenha prioridade no acesso a esses serviços”, pontuou.

#### **Debate**

O secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, enfatizou a participação social no debate das políticas de Ater. “A proposta vem no âmbito mais abrangente. É um processo em diálogo permanente com a sociedade civil”, afirmou. A reunião extraordinária dá sequência à 51ª Reunião Ordinária do Condraf, realizada em Brasília nos últimos dias 11 e 12 de setembro, em que o tema de Ater foi pauta central de debate.

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes de Guedes, salientou o papel que a Ater desempenha como serviço público, destacando as necessidades das políticas. “É preciso mostrar onde está a carência dos serviços de Ater e como suprir essas demandas.” Guedes exemplificou citando estados

em que os assentamentos são totalmente assistidos enquanto em outros o serviço é precário.

Os conselheiros aprovaram que o MDA utilize como base as propostas do GTE para a criação da entidade nacional de Ater, no debate junto a outras instâncias do governo. O secretário-executivo do Condraf, Roberto Nascimento, comemorou as resoluções da reunião, reafirmando o compromisso do conselho com a agricultura familiar. "Hoje foi um dia histórico porque saímos deste debate cumprindo o objetivo de elaborar proposta que visa melhorar a vida dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e todo o público beneficiário das políticas públicas".

---

### **Desigualdade caiu forte nos últimos dez anos no País. Ayr Aliski – O Estado de São Paulo. 26/09/2012**

Ipea mostra que, mesmo assim, estamos entre os 12 países onde o índice é maior

O Brasil reduziu drasticamente a distância entre os mais ricos e os mais pobres nos últimos dez anos, mas ainda assim a desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo. A conclusão é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que lançou ontem o estudo A década inclusiva (2011-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda.

A pesquisa indica que "não há na História brasileira, estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada desde 2001". Paralelamente, entretanto, ao apresentar a pesquisa, o novo presidente do órgão, Marcelo Neri, ressaltou que os brasileiros ainda vivem sob extremas distâncias, quando o assunto é renda. "O brasileiro mais pobre é tão pobre quanto os intocáveis indianos e o mais rico não é menos rico que o russo abastado e quase como o americano abastado", disse Neri.

O estudo do Ipea considera dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uma das conclusões é que entre 2001 e 2011, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu 91,2% no período.

"Se se fizesse uma conta simples, seria um crescimento de 9% ao ano. A renda dos 10% mais pobres cresce 5 vezes e meia mais rápido que a dos 10% mais ricos", disse Neri. O Ipea ressalta também que a evolução da renda dos 20% mais ricos no Brasil foi inferior ao de todos os Brics, enquanto o crescimento de renda dos 20% mais pobres supera o de todos os demais, com exceção da China.

Por nível de escolaridade, o estudo do Ipea ressalta que no caso das pessoas que vivem em famílias chefiadas por analfabetos, a renda sobe 88,6%. Por outro lado, houve decréscimo de 11,1% daquelas cujas pessoas de referência possuem 12 ou mais anos de estudo completos. Por regiões, o estudo aponta que a renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. Da mesma forma, a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres (85,5%) que nas metrópoles (40,5%). Além disso, o Ipea apurou que no período considerado, a renda dos brasileiros que se identificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos.

Bolsa-Família. A pesquisa mostra, ainda, que nos dez anos considerados, a renda das crianças de zero a quatro anos sobe 61%, contra 47,6% daqueles de 55 a 59 anos. Neste último caso, o movimento é explicado por ações como o Bolsa-Família e o Brasil Sem Miséria, argumenta o Ipea. A pesquisa destaca que tais programas privilegiam as mães como titulares dos benefícios. O estudo considerou dados das Pnads de 1995 a 2011.

Neri, que assumiu a presidência do Ipea dia 12, compara o movimento traçado recentemente pelo Brasil como uma combinação do que ocorre na China e na Índia e chega a denominar essa trajetória de efeito "Chindia". "Os indianos e os chineses saindo da pobreza é mais ou menos a mesma cena que os nordestinos, pessoas de cor preta, analfabetos, a parte mais pobre do Brasil está percorrendo."

Na conclusão do estudo, o Ipea destaca que "na verdade, a desigualdade no Brasil levaria pelo menos 20 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos EUA". Para a nova década, o Ipea ressalta, várias vezes, a importância do Bolsa-Família. "A segunda década do novo milênio parece ser a de múltiplos caminhos em direção à superação da pobreza. Diversos deles serão trilhados sobre a estrutura do Bolsa Família", conclui o estudo.

---

#### **Alta de fretes de grãos em MT já chega a quase 40%.Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 27/09/2012**

A entrada em vigor da nova lei trabalhista dos caminhoneiros, o aumento do diesel e o aquecimento da procura por veículos provocaram forte aumento dos preços dos fretes para o transporte de grãos em Mato Grosso. Entre janeiro a agosto, a média foi quase 40% superior à praticada no mesmo período de 2011, enquanto em todo o país chegou a cerca de 20%. E a expectativa é que novos reajustes aconteçam nos próximos meses, quando a fiscalização da lei trabalhista ficar mais intensa. Com isso, o escoamento da produção da segunda safra (safrinha) de milho do Estado, que caminhava a passos largos, foi praticamente paralisada nas últimas duas semanas.

"As transportadoras já vêm repassando esses aumentos desde maio, mas houve uma pausa em setembro", diz Cléber Noronha, analista do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). "A lei trabalhista foi a principal causa do aumento, mas não a única". A Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012 e que entrou em vigor em 17 de junho, determina que o motorista profissional trabalhe no máximo dez horas diárias ao volante, com descansos de 30 minutos a cada quatro horas e paradas de 11 horas durante a noite.

Uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) de duas semanas atrás determinou que o Ministério do Trabalho e o Ministério do Transporte indiquem os locais em que o caminhoneiro pode descansar nas estradas e recomendou que não haja multas referentes nesta frente até que esses locais seja definidos, por isso os preços não subiram em setembro como se imaginava. Mas a resolução não altera a lei. "Quando a fiscalização começar de fato e quando a colheita de soja tiver início, em fevereiro, os preços poderão subir mais 20%", diz José Machado Diniz Neto, presidente da ATR Brasil, que representa transportadores com foco no agronegócio.

Segundo a NTC&Logística, os custos operacionais das transportadoras para o agronegócio (carga de lotação) aumentarão 28% com a nova lei, para R\$ 132,30 a tonelada de carga para distâncias médias de 800 quilômetros. Em distâncias mais curtas, próximas a 400 quilômetros, o impacto será de 30,62%, para R\$ 86,89 a tonelada de carga. Já para distâncias muito longas (mais de 6 mil quilômetros), a alta prevista é de 26,35%, para R\$ 722,70. Segundo a empresa, se não fosse a nova lei o custo do frete seria até menor que há cinco anos. Em agosto de 2007, o custo para o transportador era de R\$ 106,34 a tonelada para a média de 800 quilômetros, de R\$ 68,16 para 400 quilômetros e de R\$ 566,38 para a média de 6 mil quilômetros.

### Frete mais caro

Custos operacionais de carga lotação ou grandes massas



Machado Diniz concorda com os dados da NTC e explica que, no agronegócio, os aumentos são sazonais - maiores no período de colheita e menores na entressafra -, mas que em geral mantinham-se estáveis há cerca de sete anos. "Até este ano, mesmo alterações importantes como o fim da carta-frete para pagamento dos caminhoneiros não criaram custos tão elevados para os transportadores, e o excesso de concorrentes mantinha os preços estáveis", diz. "Entretanto, a nova lei, que vai exigir muitas pausas do caminhão, vai diminuir a disponibilidade de veículos e fazer o preço do frete subir. É a lei da oferta e demanda".

Embora os percentuais dos aumentos sejam expressivos, a alta dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional fez o peso do frete cair no custo final dos produtores. No Paraná, por exemplo, historicamente o peso do frete para o transporte de soja varia de 8% a 10% do valor final; para o milho, entre 18% e 22%. Atualmente, esses pesos são de 5,6% e 15%, respectivamente. "É um momento diferente para o setor porque os preços agrícolas estão muito elevados, mas normalmente o cenário não é tão positivo", afirma Flávio Turra, analista técnico da Ocepar, entidade que representa as cooperativas do Paraná.

Para o cálculo, o analista levou em conta a distância média de 400 quilômetros (entre Maringá ou Campo Mourão até o porto de Paranaguá, por exemplo), um frete de R\$ 70 por tonelada e os valores pagos pelas sacas de 60 quilos de soja e milho no dia 28 - R\$ 75 e R\$ 28, respectivamente. Em Mato Grosso, o frete tem maior impacto, já que as distâncias para o escoamento são maiores. "Calcula-se que, para a soja de Rondonópolis sair por Paranaguá, de 20% a 25% do valor do produto final seja frete", afirma Nelson Costa, superintendente adjunto da Ocepar.

Segundo José Carlos Silvano, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística (Setcergs), a lei dos caminhoneiros, além de elevar o frete, fará subir o tempo das viagens em 56%, em média, e provocar a falta de caminhões. Essa escassez

já afeta Mato Grosso, diz Osvaldo Pasqualotto, presidente do Sindicato Rural de Rondonópolis. " Até o fim de agosto, 70% da produção de milho do Estado havia sido vendida. Agora, os outros 30% estão presos na mão dos produtores porque eles não conseguem vender às tradings, que dizem não conseguir movimentar a carga de milho". Por isso, diz o sindicalista, a saca de milho que era vendida em Rondonópolis por R\$ 25 até o mês passado não sai mais nem por R\$ 23.

No Rio Grande do Sul, não há excesso de produtos para escoamento no momento, mas as negociações com as transportadoras já mostram um impacto de 28,9% no custo do frete para o transporte de produtos do agronegócio nos últimos dois meses, diz Silvano. No Paraná, o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura calcula apenas quanto o produtor gasta até o cerealista mais próximo (raio médio de 30 quilômetros). Neste caso, o reajuste médio de janeiro a agosto sobre o mesmo período de 2011 foi de 10%, para R\$ 19,53 a tonelada.

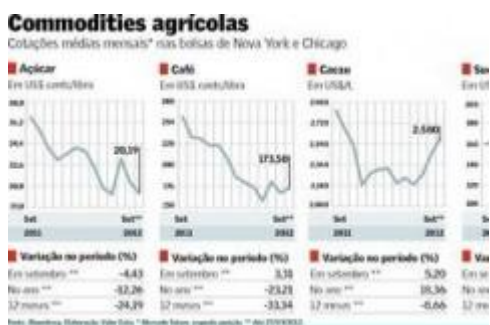
A Ocepar, que acompanha os valores a partir dos cerealistas ou das grandes tradings até a ponta final, ainda não compilou os dados sobre frete, mas informou que está fazendo um estudo amplo sobre os impactos da lei dos caminhoneiros para os cooperados paranaenses. "Sabemos que o frete aumentou depois da nova lei nos patamares que dizem por aí [20%], mas seria leviano garantir esse valor", diz João Gogola Neto, coordenador de desenvolvimento da Ocepar.

---

### **Escalada dos grãos perde força em setembro. Fernando Lopes, Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 28/9/2012**

Mesmo em meio a intensos movimentos especulativos e grande volatilidade, os "fundamentos" voltaram a prevalecer nas principais bolsas americanas de produtos agrícolas em setembro. Essa influência foi particularmente marcante no mercado de grãos de Chicago, onde a escalada das cotações foi contida com a ajuda do avanço das colheitas desta safra 2012/13, mas também ficou evidente nas negociações de contratos de "soft commodities" em Nova York, com destaque para o peso do Brasil nas transações de açúcar e café.

Foco das preocupações globais em torno de uma eventual crise "agroinflacionária" global como em 2008 ou 2010, as cotações de soja, milho e trigo, básicos para a alimentação humana e para a produção de rações, comportaram-se em linha com a maior parte das previsões e acomodaram-se nos elevados patamares alcançados em julho e agosto. Nada capaz de empolgar criadores de frangos e suínos, que viram os custos subirem e as margens caírem nos últimos meses, mas o suficiente para tranquilizar um pouco a FAO, braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, que já descarta a possibilidade de uma nova crise.



Segundo cálculos do Valor Data com base nas médias mensais dos contratos futuros de segunda posição de entrega de Chicago, o milho encerra setembro (o balanço foi fechado no dia 27) com queda de 5,32% em relação a agosto, enquanto o trigo cai 0,35% na mesma comparação. A soja, colhida mais tarde que o milho nos EUA (principal celeiro de grãos do Hemisfério Norte e do mundo), ainda aguarda resultados mais consolidados sobre os prejuízos da severa estiagem que atingiu as lavouras do país, e sobe 0,49% - ajudada pela demanda firme, mesmo com preços recordes. Foi essa seca, que afetou sobretudo o milho, que levou as cotações dos três grãos às máximas de julho e agosto.

Se nas últimas semanas a entrada das colheitas americana e europeia de milho e soja no mercado serviu para acalmar os preços, o fato de os volumes serem menores que os inicialmente estimados provoca incertezas em relação ao comportamento dos preços até o fim deste ano. Novas safras de soja e milho estão agora sendo plantadas na América do Sul, mas aqui a colheita só começará a ganhar fôlego em janeiro. As primeiras projeções sinalizam produção recorde de soja na região, puxada pelo Brasil, mas no milho a tendência é de queda.

Nesse contexto, Fabio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores, prevê certa estabilidade das cotações no quarto trimestre. Já o banco holandês Rabobank projetou aumentos moderados, inferiores a 5%, para milho e trigo até o primeiro trimestre de 2013, mas queda para a soja, por conta do cenário sul-americano. Mas a publicação alemã especializada "Oil World" não descarta picos de até US\$ 20 por bushel em Chicago nos próximos meses, valor quase 20% superior ao atual, em decorrência dos estoques curtos do grão.

Com as variações observadas em setembro, o Valor Data mostra que seguem elevadas as variações positivas dos grãos em Chicago na comparação com as médias de dezembro de 2011. Nesse quadro, a maior valorização é a da soja (45,71%), seguida por trigo (43,37%) e milho (25,43%). Em relação a setembro de 2011, o trio também apresenta saltos dos preços médios - de 24,76%, 25,25% e 9,14%, respectivamente. Para Greg Page, CEO global da americana Cargill, maior empresa de agronegócios do mundo, são patamares que encorajam os produtores a ampliar a oferta, o que normalmente confere maior equilíbrio aos mercados.

Na bolsa de Nova York, o grande destaque de setembro foi a disparada do suco de laranja, que encerra o mês com cotação média 10,18% maior que a de agosto e reduz as baixas acumuladas sobre dezembro e sobre agosto do ano passado para 26,14% e 22,64%. Mas o ganho foi diretamente influenciado pela tradicional temporada de furacões nos EUA e os danos que ela pode causar ao parque citrícola da Flórida, o segundo maior do mundo, atrás apenas do paulista. O problema é que, uma vez

frustrada a expectativa de prejuízos a tendência é de desidratação, e isso pode ocorrer em breve.

Incertezas sobre a política da Costa do Marfim para o cacau colaboraram para que os preços da commodity chegassem ao fim de setembro com uma média 5,20% maior que a de agosto, o que resulta em ganho de 18,36% em relação à média de dezembro e na redução da queda sobre agosto de 2011 para 8,66%. Mas previsões de clima favorável no país africano, o maior produtor e exportador do produto, prometem pressionar as cotações no curto prazo.

No mercado de café, incertezas sobre a atual safra brasileira, que enfrentou adversidades climáticas, e o fato de boa parte dos produtores do país ter segurado as vendas à espera de preços melhores colaboram para que a média nova-iorquina em setembro seja 3,31% maior que a de agosto. No caso do açúcar, o avanço da colheita de cana no Centro-Sul do país influencia uma queda de 4,43% em igual comparação. Em ambos os casos, as variações acumuladas em relação às médias de dezembro e de setembro de 2011 são negativas (*ver infográfico*). O mesmo acontece no algodão, que permaneceu estável.

---

### **Mapa e Conab instituem Comitê de Acompanhamento e Avaliação – Site do MAPA. 28/09/2012**

Medida integra o planejamento estratégico que prevê a reestruturação administrativa da estatal para torná-la eficiente, moderna e valorizada

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Mendes Ribeiro Filho, e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rubens Rodrigues dos Santos, por meio da Portaria nº 879, instituíram o Comitê de Acompanhamento e Avaliação que prestará assessoramento técnico ao acordo de gestão que visa ao aperfeiçoamento administrativo da Conab. A Portaria foi publicada nesta sexta-feira, dia 28 de setembro, no Diário Oficial da União (DOU).

Integram o comitê representando o Mapa, Gustavo Pereira da Silva Filho; Lúcia Aída Assis de Lima; Ângela Mara Lemos Soares; e Carlos Henrique Neves. Já os indicados pela Conab são Paulo Ricardo Grazziotin Gomes; Dalmo Mendes Vieira; Rafael Ferreira Fontes; e Eugênia Maria Rocha de Oliveira. A presidência do Comitê caberá ao representante do ministério, Gustavo Pereira da Silva Filho.

Em agosto deste ano, o Mapa e a Conab firmaram um acordo de gestão cujo objetivo é o aperfeiçoamento administrativo da companhia. O documento, assinado por Mendes Ribeiro e Rubens Rodrigues foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Conab e avaliado pela Consultoria Jurídica do Mapa e atendeu a uma determinação do ministro, com base nas legislações vigentes. O texto indica os objetivos a serem alcançados pela Companhia para qualificar e fortalecer a instituição, as responsabilidades e o prazo para a execução dos trabalhos internamente.

A medida integra o planejamento estratégico que prevê a reestruturação administrativa da estatal para torná-la eficiente, moderna e valorizada dentro de um cenário positivo da agricultura brasileira.

---

## **Agroecologia X Agronegócio: a resistência contra o poder. Najjar Tubino – Carta Maior. 28/09/2012**

Em 2001, a FAO previu que demoraria 60 anos, seguindo o ritmo atual, para acabar com a fome no mundo. O poder dominante do agronegócio vende a ideia de que está matando a fome do mundo, como se a distribuição de alimentos fosse gratuita e generalizada. O que é uma mentira histórica. As culturas de exportações, como soja, cana, café sempre acabaram com as comunidades tradicionais de agricultores familiares, parceiros, ou trabalhadores rurais. O artigo é de Najjar Tubino.

Esta é a história da luta dos novos guerreiros e guerreiras da humanidade. Não, tradicionais guerreiros armados. No caso, as armas são alimentos produzidos sem veneno, respeitando os princípios fundamentais dos sistemas naturais, não degradando o solo, aniquilando matas na beira dos rios ou no interior das terras, conservando as diversas formas de vida e, principalmente, conseguindo sobreviver. Mesmo sendo considerados os pobres do mundo. As estatísticas da ONU sempre apontam o um bilhão de pessoas que passam fome, concentradas basicamente em sete países – Bangladesh, Indonésia, Etiópia, Índia e China, os principais. Também registra as populações que não tem saneamento básico, atinge um número superior a 2,5 bilhões. Em 1974, uma comissão de pesquisadores e autoridades mundiais previa que era possível acabar com a miséria em uma década.

Em 1996, a ONU decidiu estabelecer uma meta menos ambiciosa: reduzir o número pela metade até 2015. Faltam três anos, e a porcentagem dos famintos não caiu dos quase 15% da população mundial. Em 2001, a FAO, organismos da ONU para agricultura e alimentação, previu que demoraria 60 anos, seguindo o ritmo atual, para acabar com a fome no mundo. É também conhecida a política expansionista do modelo agroindustrial mundial, que prevê necessidade de aumentar a produção em até 60%, em face do aumento populacional – para nove bilhões em 2050.

Significaria, seguindo o mesmo raciocínio, um aumento de mais 120 milhões de hectares, uma área equivalente ao dobro do que os Estados Unidos plantam hoje – 64 milhões de hectares. A pergunta é óbvia: como será a expansão? No modelo industrial, seguindo o coquetel de químicos (fertilizantes), conforme a previsão dos cartéis do agronegócio a venda de fertilizantes aumentará de 120 milhões de toneladas para 180, em 2020.

Mais os agrotóxicos, conforme previsão da Syngenta, maior fabricante mundial, o mercado deverá crescer de US\$70 para US\$200 bilhões até 2025. O faturamento do próprio grupo deverá saltar de US\$11,6 bilhões para US\$17 bilhões, crescimento de 46%. Inclui semente e agrotóxico, na verdade é quase a mesma coisa. A planta já contém o veneno, não sobrevive, nem cresce, sem o outro.

Portanto, no manual das sete irmãs agroquímicas – Basf, Bayer, Dupont, Syngenta, Monsanto, entre elas-, não há nenhuma previsão de mudança em suas posturas. Muito pelo contrário, a Monsanto, líder mundial em venda de sementes transgênicas, tem comprado empresas na área de hortaliças, desde 2005. Muito menos o cartel dos processadores e compradores de grãos, reduzidos a quatro grandes grupos – ADM, Cargill, Bunge e Dreyfus, duas delas, Cargill e Dreyfus ainda sob controle dos herdeiros dos fundadores.

---



Claro, o mundo precisa de 2,3 bilhões de toneladas de grãos, contando milho, trigo e arroz, as três mais produzidas, e depois soja, em menor escala, usada, no modelo industrial, como ração para o gado europeu, galinhas e porcos na China. Também no Brasil, que é o segundo maior produtor mundial, e deve chegar a 80 milhões de toneladas, no próximo ano. Mas não são para a boca do bilhão de famintos, 75% vivendo na zona rural. O índice de “insegurança alimentar”, usando o termo do momento, é 9,3% no nordeste, enquanto a média no Brasil rural é 7% e a urbana 4,3%.

Na América Latina e Caribe atinge 35%, conforme o estudo recente da FAO. Não é uma coincidência: a América Latina produz metade da soja mundial, Brasil e Argentina são especialistas na produção de alimentos, mas o povo que não come, mora ao lado. Acontece que o poder dominante do agronegócio vende a ideia de que está matando a fome do mundo, como se a distribuição de alimentos fosse gratuita e generalizada. O que é uma mentira histórica. As culturas de exportações, como soja, cana, café sempre acabaram com as comunidades tradicionais de agricultores familiares, parceiros, ou trabalhadores rurais que pelo menos mantinham um quintal para plantar o feijão, milho, mandioca e algumas verduras, além da criação de pequenos animais, para o sustento da família.

O planeta tem uma área de 8,7 bilhões de hectares. Dois bilhões já foram detonados desde a segunda guerra mundial. Estão degradados por erosão, perda de solo, perda de nutrientes, perda da vegetação e, por último, perda de espécies naturais dos ecossistemas. Um hectare de terra do cerrado, por exemplo, tem 150 toneladas de micro-organismos, que se proliferam na mesma quantidade em que morrem. Não existe solo sem vida microbiana. As leguminosas, inclusive a soja, que fixam nitrogênio no solo, fazem por intermédio de micorrizas, que são associações de fungos e bactérias. O nitrogênio faz parte da atmosfera, mas a agricultura usa o nitrogênio processado do petróleo, ou do gás metano (CH<sub>4</sub>).

Por isso, o setor agrícola é citado como grande emissor de gases de efeito estufa: pela mudança no uso do solo, pelo nitrogênio liberado dos fertilizantes, pelo metano liberado pelos animais – bovinos, segundo inventário do Ministério de Ciência e Tecnologia, liberam 170 milhões de toneladas por ano. Um boi precisa comer 10% do seu peso vivo de pasto.

O Programa do Meio Ambiente da ONU (PNUMA) calcula que o solo, no planeta, armazena 2,2 trilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, três vezes mais do que a quantidade na atmosfera. Também já anunciou recentemente que 25% da área agrícola do mundo está degradada pelo uso intensivo da agricultura industrial.

O Brasil tem uma referência dessa degradação. A desertificação, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente, já atinge 16% do território, atingindo 1,3 milhão de quilômetros quadrados em 1.488 municípios. E mais de 30 milhões de brasileiros. As perdas de solo alcançam mais de três bilhões de toneladas por ano. Além disso, 1.500 bacias hidrográficas precisam de intervenção. Somente nos estados de SP, PR, MG e MS foram detectadas 2.250 voçorocas (crateras no meio do campo, na beira de estradas). Uma voçoroca carrega uma tonelada de terra por ano. Em Rondonópolis (MT), a terra levada pela água para os córregos e afluentes do rio Taquari, empanturraram o rio de areia, e ele perdeu o sentido, literalmente. Espalhou e invadiu

outras áreas. Rondonópolis é a sede história do Grupo Amaggi. As lavouras engoliram as matas ciliares.

Muito interessante também é o estudo que a UNESCO junto com o WorldWatch Institute apresentou na Rio + 10, num dos capítulos do livro “Estado do Mundo”, sobre agricultura: mundialmente os agricultores gastam 10 vezes mais fertilizantes hoje (2002) do que em 1950, com um aumento de três vezes na produção. Também gastam 17 vezes mais em valores com pesticidas (valores deflacionados), entretanto, as perdas na colheita em consequência de pragas continuam as mesmas. Daí a conclusão:

-“Talvez a maior comprovação da disfunção do nosso sistema alimentar seja o fato dos agricultores como grupo serem as pessoas mais pobres do planeta. Dos cerca de 1,2 bilhão ganham um dólar por dia, 75% trabalham e vivem nas áreas rurais da África, América Latina e Ásia”.

Só para acrescentar mais uma dado do estudo: das sete mil espécies de culturas foram domesticadas pela humanidade, apenas 30 espécies proporcionam 90% do consumo global de calorias, sendo que o milho, trigo e arroz são responsáveis por mais de 50%.

#### A História dos guerreiros

-“ A medida que avança o modelo exportador avançam também o empobrecimento das áreas rurais afetadas. As populações perdem o controle sobre os cultivos e os alimentos tradicionais. E perdem poder aquisitivo para poder comprar alimentos importados, que inundam os mercados a preços subsidiados da agricultura dos países ricos. Esse processo de neocolonização dos sistemas alimentares locais não é uma mera erosão da autossuficiência alimentar. Supõe também o desaparecimento de um modo de vida e uma cultura”. É um trecho do trabalho “Sistema Agroalimentar Globalizado”, de Manuel Delgado Cabeza, do departamento de economia aplicada da Universidade de Sevilha (Espanha).

A partir de 2003-05 terminou a época dos preços baixos dos alimentos. Chegaram a aumentar 57,1% em 2008, quando aconteceram as revoltas no Haiti, Paquistão, México, Senegal e Bangladesh. O Haiti até a década de 1970 produzia todo o arroz que consumia. Depois, em função dos empréstimos dos organismos internacionais, e a pressão pela abertura dos mercados, passou a importar arroz dos Estados Unidos, a preços subsidiados. Em 2008, o Haiti era o terceiro importador de arroz norte-americano. Acabaram com a produção interna do cereal.

No México aconteceu a mesma coisa com o Nafta e a abertura do milho transgênico americano. O país plantava 10 mil variedades de milho. Hoje em dia duas ou três empresas, sócias da Cargill e ADM, casos da Gruma e da Minsa compram todo o milho dos produtores e processam o milho importado. Como o preço subiu 50%, o povo mexicano tem que comprar pão de farinha de trigo, e não a tradicional “tortilla”. No mesmo período 1,3 milhão de camponeses deixaram suas terras. Foram para a periferia das cidades, ou trabalhar ilegalmente na Califórnia.

Manuel Cabeza também relaciona a esquizofrenia do modelo agroindustrial com os números da obesidade no mundo: 396 milhões de obesos e 937 milhões com sobrepeso, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os americanos consomem

em média 3.830 calorias por dia – o recomendável é 2.500 para um adulto. Além disso, nos últimos anos o país mais poderoso do mundo enfrentou 13 casos nacionais de contaminação ou de doenças de origem animal – contaminação em alfaces, tomates, couves, pimentão enlatados, pepinos e carne. Mais produtos com resíduos tóxicos importados da China (alimentos frescos), sem contar os casos de peste suína, vaca louca, frango com dioxina, hormônios na cadeia de engorda, ocorridos na Europa.

Na América Latina aproximadamente 17 milhões de camponeses com suas unidades produtivas ocupam cerca de 60 milhões de hectares, corresponde a 34,5% da terra cultivada. São propriedades em média com 1,8 hectare. A África tem cerca de 33 milhões de pequenos produtores, representam 80% de todas as propriedades da região. Com média de dois hectares. Na Ásia são mais de 200 milhões de pequenos produtores de arroz. No Brasil, são mais de quatro milhões de unidades da agricultura familiar.

Eles produzem a maior parte do milho, do feijão, da mandioca, enfim dos alimentos básicos. É a história dos pequenos agricultores e agora agricultoras. Na Índia, cerca de 40% das famílias no interior são chefiadas por mulheres. Esses dados são do professor Miguel Altieri, da Universidade da Califórnia.

“- Pequenos incrementos nos rendimentos destes agricultores que produzem grande parte dos cultivos básicos a nível mundial têm um maior impacto sobre a disponibilidade de alimentos, em escala local e regional, do que os duvidosos incrementos previstos por corporações em grandes monoculturas manejadas com agrotóxicos e com sementes geneticamente modificadas.”

No mundo também existem 37 milhões de hectares cultivados com alimentos orgânicos, sem uso de químicos de qualquer tipo, usando apenas os ensinamentos da agroecologia, onde trabalham 6,5 milhões de pessoas. No Brasil são 7,7 milhões de hectares com mais de 90 mil estabelecimentos registrados. Esse mundo orgânico envolve negócios de US\$60 bilhões.

Até a década de 1980, a opção de produzir alimentos sem químicos, mas que envolve outros cuidados, era vista como uma alternativa, ou melhor, uma pequena alternativa. Nas últimas três décadas os projetos se multiplicaram, as experiências se reforçaram, o número de produtos aumentou consideravelmente, e a opção alternativa é uma realidade. Não se trata de produzir alimento sem veneno para quem tem dinheiro para comprar, como já é uma moda entre os países ricos e mesmo entre a classe média alta emergente.

Trata-se da realidade de pequenos agricultores e suas famílias, ou famílias chefiadas por agricultoras que traçaram uma nova etapa nos seus projetos. Principalmente: é uma realidade mundial. Pode ser no semi-árido brasileiro, como nos casos descritos num trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), citando a organização de produtores na Paraíba, em Pernambuco, na Bahia, ou em Minas Gerais. Ou o caso do MST, que em 2014 completa 30 anos, citando casos do Rio Grande do Sul em 327 assentamentos e mais de 13 mil famílias trabalhando com arroz orgânico – marca Terra Livre e fornecendo para a rede Pão de Açúcar -, sementes de hortaliças, leite, suco de uva e feijão. Produtos comercializados para o Programa de Aquisição de Alimentos ou para o Programa de Merenda Escolar.

---

Certamente este é um movimento que a mídia brasileira desconhece. O problema, para as elites deste país, é que este povo foi se organizando lentamente, com suas próprias forças. Nos últimos anos os canais com o governo federal foram abertos, e os dois programas citados são exemplos disso. Mas tem muito mais coisa acontecendo e que precisa evoluir. A sistematização de experiências da ANA envolve soberania e segurança alimentar. Mesmo conceito utilizado no vale do Deccan, na Índia, onde cinco mil mulheres trabalham com projetos agroecológicos e de autossuficiência. Uma coisa é ter um, dois ou três dólares (ou reais) e comprar comida no armazém ou na bodega mais próxima. A outra é ter o alimento em casa e poder inclusive, ganhar uns trocados a mais, vendendo o excedente. Ou trocando por outros produtos. Como diz o relato do grupo de Lagoa do Pau Ferro (Ouricuri-PE):

-“As famílias têm acesso à água e aos alimentos em quantidade e qualidade em todas as épocas do ano, tendo soberania para escolher o que vão plantar e comer. O alimento, inclusive a água, é entendido como um direito básico de todas as pessoas, sendo isto maior e mais importante que o lucro advindo de sua renda como produto”.

O trabalho deles começou com 200 famílias em 2004 e hoje vendem seus produtos na Cooperativa de Produtores Agroecológicos de Araripe. Trabalham com plantas medicinais, produzem xaropes, sabonetes, e a multimistura usando ingredientes locais, ajudou a combater problemas de verminose e de visão das crianças. No Rio Grande do Sul, na região de Erechim, norte do estado, os produtores se reuniram na ECOTERRA.

“- Com esta cultura produtivista, com o passar dos anos, cada vez mais agricultores estão deixando o meio rural e indo para as cidades em busca de uma ‘vida melhor’. Ainda existe uma onda forte que só a tecnificação total das propriedades poderá levar a viabilização dos agricultores, como por exemplo, as integrações (aves e suínos), chamam de parceria. O sistema exclui a biodiversidade da propriedade levando os agricultores a não produzirem mais para sua autossustentação alimentar e passam a comprar fora sua alimentação”.

É o registro da ECOTERRA que, atualmente, comercializa os produtos em feiras diárias na cidade de Erechim e uma regional em Passo Fundo.

A pamonhada na casa da dona Nenê

É um evento no interior do nordeste, realizada em ocasiões especiais, principalmente nas festas juninas. No Polo Sindical da Borborema, envolve mais de 15 municípios no semi-árido da Paraíba, eles usam esse exemplo como encenação teatral. A pamonhada começa com o seu Chico indo buscar o milho pontinha, sementes herdadas do avô, no roçado, foi irrigado com água de cisterna, construída com o dinheiro do sistema de microcrédito comunitário. Colheram verduras na horta, irrigada com água da barragem subterrânea, cultivada usando adubos naturais, enquanto isso, cozinham a galinha de capoeira criada no terreiro, regam as plantas com água da cozinha. O vizinho elogia a diversidade de plantas no quintal e a quantidade de árvores no sítio. Podiam escolher para cozinhar no almoço feijão ou fava. Comeram doce de caju de sobremesa.

Enquanto isso, na casa do seu José Cosme, no agreste da Borborema é dia de plantio, mas não há semente. Vai comprar fora. A mulher compra água no carro pipa, a filha vai à bodega comprar cuscuz para o café da manhã. A terra da família é muito pequena, são

obrigados a arrendar um pedaço de um fazendeiro. Cada ano fica mais fraca. Para pagar a bodega e a semente a família foi obrigada a vender o boi, mas antes espera pelo dinheiro da aposentadoria para comprar um novo bezerro.

A experiência da dona Nenê representa as inovações que mais de quatro mil famílias estão realizando desde o ano 2000 na região da Borborema. Um resumo do que o povo do semi-árido reivindica: “reorientação das políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar, garantindo uma política agrícola que privilegie ações de convivência com o semi-árido em bases agroecológicas, apoio técnico contínuo e de qualidade, linha de crédito adequada e condições de saneamento básico, eletrificação, educação, saúde, moradia e previdência social”. Atualmente o Polo Sindical da Borborema conta com uma rede de 230 fundos já viabilizou a construção de 1.835 cisternas domésticas. Conta com 76 bancos de sementes comunitárias que beneficiam diretamente três mil famílias. Desde 2004 em parceria com a CONAB foram armazenadas 161 toneladas de variedades locais.

O MST, comemorará os 30 anos na Copa do Mundo em 2014, fez um balanço dos 327 assentamentos, em 41 municípios, onde vivem 13.535 famílias. Na região de Bagé, municípios de Candiota, Hulha Negra, além de Livramento, Viamão e as Missões, 200 famílias trabalham com a produção de sementes em 42 grupos. Na safra de inverno (2011) produziram 10 toneladas de hortaliças de 74 variedades, além de 35 toneladas de forrageiras. Na cadeia produtiva do arroz ecológico: 407 famílias, 28 grupos e quatro cooperativas em 12 municípios. Na safra 2011/12 a previsão de colheita era de 285 mil sacas.

Na produção de leite, média de 35 litros por família, 4.400 famílias envolvidas, volume recolhido em Tupã foi de 5,9 milhões de litros, em Hulha Negra e Candiota mais 5,4 milhões e em Livramento outros 5,2 milhões. A comercialização dos produtos é feita para os programas PAA e PNAE. Na merenda escolar atendem 255 escolas na região metropolitana de Porto Alegre, em Livramento em 11 escolas, em Tupã, o Laticínio Santa Maria atende 200 escolas em 11 municípios. A comercialização direta é realizada em quatro feiras em Canoas, região metropolitana, cinco feiras em Porto Alegre, duas em Eldorado, duas em Nova Santa Rita e uma em Viamão. Uma cooperativa de técnicos com 127 profissionais trabalha no assessoramento, ainda mantém quatro escolas de nível médio e 65 de ensino fundamental.

---